

Território e Segregação Urbana

O "lugar" da população
negra na cidade



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

REITORA

Berenice Quinzani Jordão

VICE-REITOR

Ludoviko Carnascialli dos Santos

Maria Nilza da Silva
Mariana Panta
(Organizadoras)

Território e Segregação Urbana

O "lugar" da população
negra na cidade

Londrina
2014

Obra disponível em formato digital no sítio: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/publicacoes-da-equipe-leafro.php>

Preparação de originais: Mariana Panta
Revisão ortográfica: Aluysio Fávoro
Capa: Edinaldo Oliveira

Programa UNIAFRO / MEC / SESU / SECADI
Convênio MEC / FNDE n. 400105/2010
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB
LEAFRO – Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros
Coordenação: Profa. Dra. Maria Nilza da Silva
Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina

Catlogação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

T327 Território e segregação urbana : o “lugar” da população negra na cidade
/ Maria Nilza da Silva, Mariana Panta (orgs.). – Londrina :
Universidade Estadual de Londrina, 2014.
166 p. : il.

Vários autores.
Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7846-272-7

1. Negros – Segregação. 2. Negros – Condições sociais – Londrina
(PR). 3. Discriminação racial. 4. Segregação urbana. I. Silva, Maria
Nilza da. II. Panta, Mariana.

CDU 323.118

Sumário

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO.....	11
ALGUNS ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DOS NEGROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA	17
<i>Maria Nilza da Silva</i>	
SEGREGAÇÃO GEOGRÁFICA, DESIGUALDADES RACIAIS E MIGRAÇÕES: LONDRINA COMO DESTINO DE FLUXOS MIGRATÓRIOS MINEIROS E NORDESTINOS (1940-1980).....	37
<i>Mariana Panta</i>	
NAS FRANJAS DA CIDADE: O COTIDIANO DE NEGROS MORADORES DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA	67
<i>Alexsandro E. P. de Souza</i>	
EDUCAÇÃO DAS POPULAÇÕES NEGRAS: UMA HISTÓRIA DE SEGREGAÇÃO E NEGAÇÃO	87
<i>Margarida de Cássia Campos</i>	
RACISMO E DISCRIMINAÇÃO DENTRO DA ESCOLA: MALES DE ORIGEM.....	109
<i>Leandro Moreira; Marivânia Conceição de Araujo</i>	
MEMÓRIA E ESQUECIMENTO DA TRAJETÓRIA NEGRA EM LONDRINA	131
<i>Thiago Lima</i>	
O NEGRO NA IMPRENSA EM LONDRINA: SERÁ QUE A NOTÍCIA É BOA?.....	149
<i>Guilherme Souza Costa</i>	



Prefácio

A coletânea intitulada *Território e Segregação Urbana: O “lugar” da população negra na cidade* traz diversas reflexões sobre alguns temas (segregação, exclusão, discriminação, pobreza e desigualdades) que têm tido grande relevância nas Ciências Sociais brasileiras, as quais, desde os seus primórdios, estiveram empenhadas em compreender, através de muitos enfoques e vieses, a condição social do negro. Como a população negra teve um papel primordial na formação socioeconômica do país, foram formuladas, na Sociologia, ao longo do século XX, várias indagações sobre o processo histórico que levou a grande maioria de indivíduos pertencentes a este grupo étnico-racial a uma vivência na qual se experimentavam todos os tipos de exclusão social. As investigações sobre as situações precárias de moradia, de educação e de emprego têm dado destaque à necessidade de averiguar de que modo os negros se encontram, em um grande número, afetados por inúmeras privações.

Vistos em conjunto, todos os textos que compõem esta coletânea, estão, de uma forma ou de outra, dando destaque às muitas privações que afligem a vida da população negra na cidade de Londrina. Dar visibilidade ao modo como essas precariedades e privações se constituíram e se têm reproduzido no cotidiano das formas de interações sociais urbanas é o objetivo central dos materiais reunidos nesta obra. Cada pesquisador aborda um aspecto (precariedades, estigmas, estereótipos, discriminações, invisibilidades, silenciamentos e preconceitos) das muitas maneiras de segregar e excluir simultaneamente. Fica evidente que tais processos têm elementos objetivos e subjetivos.

No que tange aos elementos objetivos, basta verificar o nível de renda, a inadequação e/ou precariedade da moradia e o grau de escolaridade das populações negras. Elas têm sido severamente atingidas por um padrão de organização social que as condenam

não somente à privação material, mas também a muitas formas de discriminação e exclusão. A noção de territórios estigmatizados está presente, de um modo ou de outro, em grande parte dos textos da coletânea e serve como uma ponte entre as condições objetivamente e subjetivamente experimentadas pelas crianças e adultos negros da cidade de Londrina.

Viver em locais estereotipados e marcados por contínuas referências negativas impactam as pessoas negras, não somente no que diz respeito à renda e à dificuldade de obtenção de trabalho, mas também no que se refere às suas subjetividades (perspectivas, expectativas, atitudes, disposição, motivação). Pode-se perguntar: De que modo crianças negras, vivendo em bairros estigmatizados e plenos de referências negativas, têm as suas expectativas e motivações abaladas todos os dias, em relação à ampliação de suas chances de empregabilidade através da escolarização? De que maneira as mulheres e os homens negros têm suas perspectivas de aquisição de um trabalho que lhes garanta direitos, inteiramente, destruídas ao perceberem que o empregador não lhes daria qualquer chance se descobrisse onde vivem segregados involuntariamente? Qual é a sensação da criança negra que começa a entender o mundo através de estigmas que acompanharão a sua vida na escola e fora dela?

Estes questionamentos acompanham esta obra e chamam a atenção para a conexão entre os muitos aspectos objetivos (nível de pobreza, de renda, de escolaridade) e subjetivos que devem ser levados em conta quando se estudam processos de segregação e de discriminação. Os estudos situados territorialmente têm o mérito de captar as singularidades presentes em espaços específicos. Neste caso, as regiões periféricas, denominadas, neste livro, de franjas urbanas que circundam as cidades, devem ser estudadas não somente no que têm de objetivamente constatado através de dados quantitativos, mas também através de dados qualitativos capazes de revelar subjetividades que afetam a vida dos negros diariamente. Por esta razão, os autores (as)

que compõem a coletânea dão valor, constantemente, às narrativas e aos argumentos colhidos através de entrevistas com a população negra que habita estes territórios estigmatizados.

O que trazem os dados quantitativos demonstrados? Os autores (as), ainda que não tenham a quantificação como o recurso principal de análise, lançam mão de alguns dados para demonstrar o quão segregador tem sido o modelo de ocupação urbana na cidade de Londrina. Pretendem ainda chamar a atenção para o fato de que a distribuição da população obedece a uma orientação que vai empurrando para as zonas mais e mais periféricas as populações pobres e negras. Basta verificar historicamente como tem se dado este recorrente processo de afastamento delas dos bairros melhor equipados com infraestrutura urbana (asfalto, saneamento, escolas, postos de saúde, água potável, moradia adequada).

O que trazem as entrevistas, ou seja, os dados qualitativos? Chama a atenção nas falas apresentadas o enorme grau de sofrimento social acumulado ao longo de toda uma existência. As pessoas discorrem longamente sobre as jornadas árduas de trabalho e sobre o medo da violência. Ganham prevalência estes dois aspectos, mas sobressaem as falas que se referem às jornadas extensivas que consumiram sua vida nas lavouras e/ou na cidade. Adultos, quando crianças, tinham de assumir muitas tarefas, incluindo o cuidado de irmãos menores, porque os pais tinham que trabalhar de sol a sol.

Ao trabalhar com os migrantes negros que vieram para Londrina durante o ciclo do café, uma das autoras apontou que eles se constituíram numa força de trabalho essencial para aquele tipo de agricultura que necessitava de muitos braços e de muitas horas de trabalho. Os silenciados são trazidos à tona através das entrevistas que relatam como sua existência esteve pautada pelo trabalho incessante e pelas dificuldades impostas pela pobreza.

É uma obra que reúne elementos suficientes para demonstrar a necessidade de que as políticas públicas, os pesquisadores, os

governantes, os movimentos sociais e a sociedade civil organizada se atenam mais detidamente às condições dessas populações que experimentam cotidianamente diversas dificuldades provocadas por prolongados processos de exclusão social. Hoje, há um debate mundial sobre o desenvolvimento humano, o qual insiste na melhoria das condições de acesso à renda, à educação, à moradia e à saúde. O Relatório do Desenvolvimento Humano, do ano de 2004, encomendado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), faz uma ampla discussão sobre o quanto é desafiador superar as discriminações e os preconceitos que inviabilizam os avanços rumo ao desenvolvimento humano. Trabalhos como estes, constantes nesta coletânea, oferecem subsídios para se indagar sobre os caminhos que se têm ainda de trilhar para a construção de cidades mais justas e democráticas. Abarcar as regiões estereotipadas e as populações excluídas e estigmatizadas num longo e contínuo processo de desenvolvimento humano é, por certo, uma das tarefas mais árduas que o país terá, nas próximas décadas, de enfrentar no âmbito local, regional e nacional.

Maria José de Rezende
Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Londrina

Introdução

A história da população negra no Brasil mostra que não houve preocupação com seu processo de integração na sociedade de classes e nem com seu desenvolvimento socioeconômico no período pós-abolição. Como consequência, o contingente negro, em sua maioria, tem ocupado, historicamente, as periferias mais distantes e pobres das cidades brasileiras. Não diferente de outras localidades, Londrina tem em sua construção histórica a invisibilidade da história e da cultura do negro. Passaram-se 80 anos para que a população negra pudesse ter maior visibilidade e para que os seus problemas fossem discutidos de forma mais ampla, tendo em vista a reversão das perversas consequências do racismo.

Este livro traz à tona pesquisas sócio-historiográficas desenvolvidas sobre a realidade social e a histórica da população negra em Londrina. A produção dos textos aqui apresentados é o resultado de um processo de trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa e Estudos de Relações Étnico-Raciais e Afro-Brasileiros (CNPq/UEL). A formação inicial do Grupo de Pesquisa ocorreu no ano 2000 e teve grande impulso com o ingresso de estudantes dos programas UNIAFRO¹ e AFROATTITUDE² e, em seguida, foram incorporados outros estudantes com interesse na temática das relações étnico-raciais. No Grupo destacam-se os projetos de pesquisa: *Território e Segregação*

¹ O Projeto UNIAFRO foi lançado pelo MEC no início de 2005 com o objetivo de estimular as universidades a contribuir para o cumprimento da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas.

² O Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros (Brasil AfroAtitude) foi uma parceria entre o Programa Nacional de DST e AIDS do ministério da Saúde e as universidades públicas que possuíam Programa de Ação Afirmativa para negros e que adotavam o regime de cotas para acesso ao Ensino Superior. O objetivo foi fortalecer a resposta setorial de combate à epidemia e das práticas para a implementação de ações afirmativas inclusivas, sustentáveis e permanentes, por meio do apoio a ações diversas nos âmbitos acadêmico e assistencial, destinadas a estudantes universitários negros e cotistas, socialmente precarizados. Na UEL o Programa teve dois anos de durabilidade e atendeu 50 alunos que receberam uma bolsa, cujo valor correspondia àquele das bolsas de iniciação científica das instituições de fomento. Cada bolsista estava vinculado a um orientador e aos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

*Urbana: O Lugar da População Negra na Cidade de Londrina*³ e *A População Negra em Londrina: Memória e Realidade Social*⁴ que deram origem a diversos subprojetos de Iniciação Científica, monografias e dissertações.

Os estudos têm contribuído para maior conhecimento da história política, econômica, cultural e social da cidade, visto que a população negra, embora preterida nos registros oficiais e na história conhecida e divulgada, é parte integrante da realidade paranaense e londrinense. Em março de 2009, o Grupo de Pesquisa deu origem ao projeto de extensão *Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros – LEAFRO*, cujo objetivo é realizar atividades extensionistas como conferências, palestras, oficinas e outras ações voltadas à comunidade sobre os temas da Lei 10639/03, ou seja, referente à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

As pesquisas apresentadas neste livro foram desenvolvidas no âmbito destes projetos de pesquisa e de extensão. Ao reunir artigos que abordam problemáticas específicas da população negra, em seus diferentes enfoques, pretende-se continuar a luta contra o racismo que permeia o cotidiano de negros e negras criando-lhes barreiras em todas as esferas da vida social.

Assim, o livro se inicia com o texto de Maria Nilza da Silva, *Alguns aspectos da trajetória dos negros na região metropolitana de Londrina*, e, discute as evidências empíricas das dimensões raciais da segregação urbana em Londrina com base em dados do IBGE-2010 e nas entrevistas com moradores da cidade. Mostra, ainda, as principais consequências da segregação involuntária da população negra em

³ Esse Projeto de Pesquisa, cadastrado na PROPPG/UDEL sob o nº 04312 teve duas fases, a primeira de 2006 a 2008 e de 2009 a 2012 foi realizada a sua segunda etapa. Nesta, o Projeto contou com o apoio da Bolsa Produtividade PQ2 para a coordenadora.

⁴ Desenvolvido desde 2012 e registrado na PROPPG/UDEL sob o nº 07915, conta com apoio da Bolsa Produtividade PQ2. O projeto coordenado por Maria Nilza da Silva desde 2009 tem como objetivo a realização e a divulgação de estudos sobre personalidades negras que se destacaram e fizeram história em Londrina, no entanto, estavam praticamente esquecidas na memória social do município. As principais publicações desenvolvidas no âmbito deste projeto estão disponíveis na página do LEAFRO: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/publicacoes-da-equipe-leafro.php>. Acesso em: 26/04/2014.

territórios marginalizados da cidade, a saber: a discriminação racial articulada aos estigmas territoriais que intensificam as barreiras impostas ao grupo negro; as condições limitadas de acesso aos bens e serviços essenciais oferecidos pela cidade; e a maior exposição à violência policial, criminal ou referente à violação dos direitos humanos.

Em seguida, Mariana Panta, em *Segregação geográfica, desigualdades raciais e migrações: Londrina como destino de fluxos migratórios mineiros e nordestinos (1940-1980)*, analisa a origem dos negros silenciados e invisibilizados na história de Londrina e o processo migratório de famílias negras para a cidade, cujo fluxo mais intenso se deu entre as décadas de 1940 e 1980, principalmente para configuração da mão-de-obra nas lavouras de café. Mostra que as famílias (os pais) da maioria dos negros entrevistados é proveniente de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro e que as primeiras favelas de Londrina, iniciadas na década de 1950 – Pito Aceso e Vila do Grilo – foram justamente iniciadas por famílias provenientes dessas regiões. Elucida assim que famílias pobres e negras que migravam para Londrina em busca de melhores condições de vida, muitas vezes eram condicionadas a assumir ocupações precárias.

Alexsandro Eleotério Souza, no texto *Nas franjas da cidade: o cotidiano dos negros moradores do Jardim União da Vitória*, mostra a realidade vivenciada pelos negros que habitam o Jardim União da Vitória, o primeiro e maior assentamento urbano de Londrina que, como mostra o Mapa de Distribuição da População Negra em Londrina, está entre as áreas com a maior concentração de negros da cidade. A partir das análises teóricas e empíricas por ele desenvolvidas, tornam-se evidentes as desvantagens da população negra em relação à branca de mesma origem social. Os negros, além de lidarem cotidianamente com a pobreza, têm ainda de lidar com manifestações concretas e subjetivas do racismo.

Thiago Lima, no trabalho *Memória e esquecimento da trajetória negra em Londrina*, analisa a história do negro através da imagem e mostra o percurso sociocultural, político e econômico da população negra, com foco na trajetória de personalidades negras que desempenharam e ainda desempenham importantes ações desde o início da colonização da cidade: Dr. Justiniano Clímaco da Silva, Cypriano Manoel, Dr. Oscar do Nascimento, Vilma Santos de Oliveira e tantos outros negros e negras anônimos que contribuíram, e muito, para a formação e consolidação de Londrina.

Margarida Campos, em *Educação das populações negras: uma história de segregação e negação*, faz uma análise histórica sobre os mecanismos que cercearam as possibilidades educacionais da população negra, do século XVII até a nossa época, bem como o papel fundamental do Movimento Negro para inserção desse contingente populacional no sistema educacional. Ela também discute as mudanças nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDBs), a importância da Lei 10639/03 e as Políticas de Ação Afirmativas.

Em seguida, com diferentes e complementares abordagens, que incorpora a pesquisa empírica, Leandro Moreira e Marivânia Conceição de Araujo discutem práticas preconceituosas e discriminatórias no ambiente escolar de estudantes de uma escola estadual de Londrina. No texto *Racismo e discriminação dentro da escola: males de origem*, eles mostram, o modo como as ideias eugênicas e higienistas, que influenciaram profundamente a formação da nacionalidade brasileira – tendo como base discursos e políticas sólidas de embranquecimento nacional como símbolo de progresso – ainda estão presentes na atualidade em uma das mais importantes esferas da vida social, que é a educação. A discriminação, a violência e a intolerância estão diretamente relacionadas à herança deixada pelas teorias de inferioridade racial.

Por fim, Guilherme Souza Costa, em *O negro na imprensa: será que a notícia é boa?* discute o modo como o negro tem sido retratado

pela imprensa londrinense, mais especificamente, nas manchetes de jornais. A invisibilidade, o reforço de estereótipos depreciativos e a ausência de referência positiva em relação a história e a cultura negra fazem parte do cotidiano da cidade que reflete a tendência observada na maioria das cidades brasileiras.

Os estudos convidam-nos a conhecer um pouco mais sobre Londrina, mais especificamente, sobre a realidade histórica e social da população negra na perspectiva de reverter o relativo esquecimento em que se encontra.

Maria Nilza da Silva e Mariana Panta



ALGUNS ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DOS NEGROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

Maria Nilza da Silva¹

INTRODUÇÃO

Londrina, desde os seus primórdios, é considerada uma promissora cidade e, para alguns, representa o exemplo do que convencionou chamar - em termos de propaganda desenvolvimentista - o “*Sul maravilha* do Brasil”. A cidade é uma das principais do sul e a segunda do estado do Paraná. Fundada em 1934, é referência por sua importância social, econômica, cultural e política. Sua população se caracteriza como etnicamente heterogênea resultante que é de migrações e imigrações de indivíduos de todas as partes do Brasil e do mundo. Porém, a história da população negra é, ainda hoje, pouco conhecida e estudada na cidade, porquanto o que se destaca é a presença do “brasileiro” e do imigrante.

Vale lembrar que o contexto social do Brasil, em que a cidade foi fundada, era o da valorização da brancura e do desprezo por todos aqueles que não se enquadravam no imaginário social como símbolo de desenvolvimento e de riqueza nacional. Os mestiços e os negros eram considerados inferiores e com baixa potencialidade para contribuir com o desenvolvimento do país. A desvalorização de grande parte da população brasileira influenciou as políticas nacionais impactando profundamente o destino da população mestiça, indígena e negra no Brasil. E, um dos resultados dessa realidade é a quase ausência de registros sobre a população negra e indígena.

¹Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da UEL, Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB/UEL e do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros - LEAFRO/UEL. E-mail: mnilzap@gmail.com.

Como em outras regiões do país, a população negra foi vítima de discriminação, habitou áreas periféricas e estigmatizadas e esteve mais sujeita a sofrer violência. É justamente alguns aspectos dessa dura e injusta situação que este texto quer expor, com o objetivo de recuperar alguns aspectos da realidade social.

Foi mencionado em um trabalho anterior² que alguns *sites* das prefeituras de vários municípios no Paraná procuram enaltecer a presença da população de origem europeia, como elemento valorativo do município. Faz parte do imaginário social a ideologia do branqueamento, que se constitui num dos maiores problemas para o reconhecimento da identidade nacional formada pela contribuição de pessoas de várias origens étnico-raciais e culturais. Muitos negros não tiveram a oportunidade de conhecer a própria origem, história e cultura e por isso, alguns manifestam dificuldades em reconhecer a própria identidade racial.

Desde o período pós-abolição e ao longo do século XX, as políticas urbanas do país, juntamente com outras políticas públicas, notadamente as referentes à educação brasileira tentou com êxito, salvo raras exceções, esconder e excluir uma parte significativa da população, que hoje representa 51% do total no país e, na cidade de Londrina, o contingente populacional negro soma 26%. As consequências desse silenciamento sobre a trajetória de parte da população da cidade se manifesta nas desigualdades raciais e em todos os indicadores sociais, da atualidade.

Hoje, os negros representam mais de 1/4 do total da população da cidade, contudo, é o contingente mais vulnerável, pois a maioria habita as franjas da cidade e é o que mais sofre a violência policial. Com aspectos semelhantes a de outras regiões do país, vive as consequências do racismo que se expressam nas desigualdades de oportunidades em todos os aspectos sociais. Aqui apresentam-se exemplos dos problemas vivenciados pelos negros em Londrina, notadamente aqueles ligados à

² SILVA, Maria Nilza da. "População negra: segregação e invisibilidade em Londrina". SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis, DP e *Alli*, 2012. Págs. 105-134.

segregação urbana, ao racismo e à violência. Para explicar essa realidade foram selecionados alguns depoimentos oriundos das 73 entrevistas realizadas no âmbito do projeto de pesquisa *Território e Segregação Urbana: O Lugar da População Negra na Cidade de Londrina*.³

UMA METRÓPOLE PARA TODOS?

A cidade de Londrina é considerada uma das principais do Sul do país e a segunda do estado do Paraná. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2010, contava com 506.701 moradores. A ela cabe o conceito de cidade média sendo considerada uma das 40 cidades mais importantes do país. Nessa perspectiva, alguns meios de comunicação motivados, em especial, por interesses mercadológicos e comerciais, publicaram matérias⁴ destacando a região metropolitana da cidade. As matérias procuraram mostrar uma cidade com grande potencial e, em especial, os benefícios de uma metrópole, mas nem sempre mostraram os inúmeros problemas de uma cidade que não estava preparada para o rápido crescimento e nem as questões como as relacionadas à segregação urbana e de determinados grupos sociais.

Os grandes problemas sociais da cidade e região, muitas vezes, são desconsiderados priorizando-se a imagem de uma cidade do interior que se transformou em metrópole. Porém, as metrópoles são concentrações urbanas repletas de problemas. Londrina e sua região não é uma exceção, pois também sofre com o desemprego, a violência, a discriminação e o racismo. Rosa Moura cita Milton Santos para definir metrópole:

³ Projeto desenvolvido entre os anos de 2006 e 2012 pelo Grupo de Estudos Afro-Brasileiros e de Relações Raciais – CNPq.

⁴ Conf. “A força das cidades médias” <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx?edicao=2180&pg=76> Revista publicada em 1. de setembro de 2010. Acesso em 17 de agosto de 2011. E, também, “Censo deve confirmar Londrina como a metrópole “caçula” do Brasil. Conf.: <http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?tl=1&cid=1045079&tit=Censo-2010-deve-confirmar-Londrina-como-a-metropole-cacula-do-Brasil> acesso em 17 de agosto 2011. Ou ainda, “Pesquisa mostra concentração de ricos em Londrina. http://www.bonde.com.br/bonde.php?id_bonde=1-39-2-97-20100910 Acesso em 17 de agosto de 2011.

A noção de metrópole, que na visão de Santos “são os maiores objetos culturais jamais construídos pelo homem”, embasa a maioria das definições que qualificam as principais aglomerações urbanas de um país – estando presente em todos os arranjos urbano-regionais identificados em território brasileiro. Associa-se ao processo de urbanização, concretizando-se pela extensão e densificação das grandes cidades (Moura, 2009, p. 55).

O Sul do país possui 12 regiões metropolitanas⁵. Segundo o estudo realizado pelo Observatório das Metrópoles, as regiões metropolitanas se multiplicam sem o acompanhamento de uma política competente e aparelhada⁶. As RMs⁷ crescem em importância demográfica e econômica. Os antigos problemas, porém, permanecem com tendência de recrudescimento, como aqueles relacionados à violência, à desigualdade e à segregação de determinados grupos

⁵ A maioria das RM da região sul do país, concentra-se no estado de Santa Catarina, são elas: Carbonífera, Chapecó, Florianópolis, Foz do Itajaí, Lages, Norte/Nord Catarinense, Tubarão e Vale do Itajaí. No Paraná são três as RM, Londrina, Maringá e Curitiba. No Rio Grande do Sul, apenas uma, a capital Porto Alegre. ”. *As Metrópoles no Censo 2010: novas tendências?* http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/texto_MetrolopesDez2010.pdf Acesso em 5 de julho de 2011.

⁶ Relatório de análise das Regiões Metropolitanas do Brasil, 2004. Pesquisa coordenada por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf Acesso em 13 de agosto de 2011.

⁷ “Até 31 de março de 2010, constatamos que o Brasil conta com 35 regiões metropolitanas (RMs) e 3 regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE’s). As 38 RMs/RIDEs comportam 444 municípios e estão distribuídas por 22 unidades da federação nas cinco grandes regiões”. *As Metrópoles no Censo 2010: novas tendências?* http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/texto_MetrolopesDez2010.pdf Acesso em 5 de julho de 2011. A Região Metropolitana de Londrina, instituída conforme Lei Complementar Estadual 81, de 17 de junho de 1998, contava com oito municípios: Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Londrina, Rolândia, Sertanópolis e Tamarana. Em 14 de julho de 2010, três novos municípios foram integrados a Região Metropolitana de Londrina, são eles: Primeiro de Maio, Assaí e Alvorada do Sul. Contudo, em novembro de 2013, o governo altera a Lei Complementar: “**Art. 1º**. Fica alterado o art. 1º da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, que institui a Região Metropolitana de Londrina: “**Art. 1º** Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertanópolis, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Assaí, Sabáudia, Jaguapitã, Pitangueiras, Florestópolis, Porecatu, Centenário do Sul, Guaraci, Lupionópolis, Miraselva, Prado Ferreira e Uraí, Rancho Alegre e Sertaneja.” **Art. 2º**. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação. Palácio do Governo, em 14 de novembro de 2013”. Conf.: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=109356&codItemAto=698832> Acesso em 08 de julho de 2014.

sociais. As metrópoles estão hoje permeadas de problemas. Sobre o tema Londrina Metrópole,⁸ Fábio Cunha (2005) afirma:

[...] a iniciativa de instituir a Região Metropolitana de Londrina se inscreve dentro de uma representação social “Londrina Metrópole” que foi sendo instituída ao longo do desenvolvimento da cidade de Londrina e região. Esta representação é consequência de outras representações que existiram desde a fase pioneira, nas décadas de 30 e 40 – até mesmo antes dela – quando esta cidade já “nasce” com o objetivo de ser o centro regional de atuação da Companhia de Terras do Norte do Paraná – CTNP. Na fase inicial, as representações “Londrina Novo Eldorado” e “Londrina Nova Canãa”, passaram a ser construídas e propagadas com o objetivo de se divulgar para o Brasil e para o mundo as férteis terras do norte do Paraná. Num segundo momento, passaram a ser veiculadas pelas propagandas de venda dos lotes da Companhia de Terras. Estas representações formaram um discurso que se encarregou de promovê-la tanto no Brasil como no exterior, carregando consigo a ideia de que a região de Londrina era naquele momento o “Novo Eldorado”, a “Nova Canãa” (CUNHA, 2005)⁹.

Contudo, deixam de lado os profundos problemas vivenciados por grande parte da população, como os problemas raciais¹⁰ e da segregação vivenciados pelos moradores, em especial aqueles das periferias.

SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADE

A população da cidade convive cotidianamente com as dificuldades de acesso à saúde e a uma educação de qualidade, além de outras

⁸ Ou “Censo deve confirmar Londrina como a metrópole “caçula” do Brasil. Conf.: <http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?tl=1&cid=1045079&tit=Censo-2010-deve-confirmar-Londrina-como-a-metropole-cacula-do-Brasil> acesso em 17 de agosto 2011.

⁹ http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20FabioCesarAlvesdaCunha.ED11.pdf Acesso em 15 de agosto de 2011. Conf.: CUNHA, Fábio César Alves da. “De ‘novo eldorado’ à região metropolitana: representações e discurso no espaço londrinense”. *Revista Formação Online*, n. 18, volume 1, p. 39-62, jan./jun., 2011 Acesso em 9 de novembro de 2014.

¹⁰ Raça entendida como construção social.

desvantagens e carências¹¹. No caso dos negros, é notório que eles são vítimas do racismo e, frequentemente, da violência policial.

As análises que se fazem das cidades têm, em geral, focado, a partir do século XIX as características do desenvolvimento provocado pelo processo de urbanização. Todavia, Londrina escapa a essa tipologia. Por ser jovem, ela poderia apresentar uma característica mais inclusiva e de maior aceitação, no que se refere aos negros, quase todos migrantes, mas tidos como eternos estrangeiros em seu próprio território. Estrangeiros num sentido mais complexo, já que uma das características dos estrangeiros do Paraná foi a criação de determinadas comunidades que mantêm certa endogamia para garantir a própria sobrevivência socioeconômica e cultural, tanto nas regiões rurais quando nas áreas metropolitanas, como ocorreu com os ucranianos, poloneses, alemães e seus descendentes.

O problema da segregação racial continua presente em nosso cotidiano. Diante da persistência da situação em diferentes contextos sociais, vale a pena revisitar alguns autores clássicos que tratam das relações raciais e da segregação espacial. Ao analisar a problemática da segregação, Henri Lefebvre (2008) afirma que a vida cotidiana é decupada e fragmentada, assim como o ser humano está fragmentado em seu ser. Diz ele:

Eis uma vida cotidiana bem decupada em fragmentos: trabalho, transporte, vida privada, lazeres. A separação analítica os isolou como ingredientes e elementos químicos, como matérias brutas (quando na verdade resultam de uma longa história e implicam uma apropriação da materialidade). Ainda não acabou. Eis o ser humano desmembrado, dissociado. Eis os sentidos, o olfato, o paladar, a visão, o tato, a audição, uns atrofiados, outros hipertrofiados. Eis funcionando separadamente, a percepção, a inteligência, a razão. Eis a palavra e o discurso, o escrito. Eis a cotidianidade e a festa, esta última moribunda. Com toda certeza, e com a máxima urgência, é impossível continuar nessa situação (LEFEBVRE, 2008, p. 101).

¹¹ SILVA, Maria Nilza da. A população negra em londrina: invisibilidade, cultura e resistência. Trabalho apresentado no *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro*, entre os dias 4 a 9 de fevereiro de 2009 em Braga, Portugal.

Para Lefebvre, o direito à cidade pressupõe a superação dessa fragmentação para que o ser humano possa viver em plenitude. Ao analisar o direito à cidade e ao urbano como “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao *habitat* e ao habitar” o autor afirma que o ser humano deve ter as suas necessidades satisfeitas. Nesta perspectiva podemos afirmar que grande parte da população, em especial os negros, em situação de pobreza, de discriminação, racismo e fragmentação, carece de meios para satisfazer as suas necessidades básicas:

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num “mundo”. A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismos, de imaginário, de atividades lúdicas. Através dessas necessidades específicas vive e sobrevive um desejo fundamental, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares e, que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhos. Enfim, a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas que tentam aqui se isolar e abrir horizontes (LEFEBVRE, 2008, p. 105)

LONDRINA: ASPECTOS DA SEGREGAÇÃO URBANA E RACIAL

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2001 a população negra¹² na cidade era 21,74% do total e em 2010 passou¹³ para 26,06%. O contingente populacional de cor parda é de 110.305 e os da cor preta de 21.791 pessoas, que somam 26% do total de 506.701 habitantes¹⁴.

A pesquisa desenvolvida nos projetos anteriormente citados mostra uma população pobre, moradora, em sua maioria, no entorno da cidade, com problemas de infraestrutura e falta de acesso aos direitos básicos, situações que tem se deteriorado. Como em todas as regiões do país, a situação socioeconômica da população negra na cidade apresenta desvantagens quando comparada com outros grupos populacionais¹⁵.

O mapa da cidade de Londrina¹⁶ e da distribuição da população negra mostra a concentração dos negros nas regiões mais pobres e periféricas tanto na zona sul como na zona norte.

¹² Somatória de pretos mais pardos.

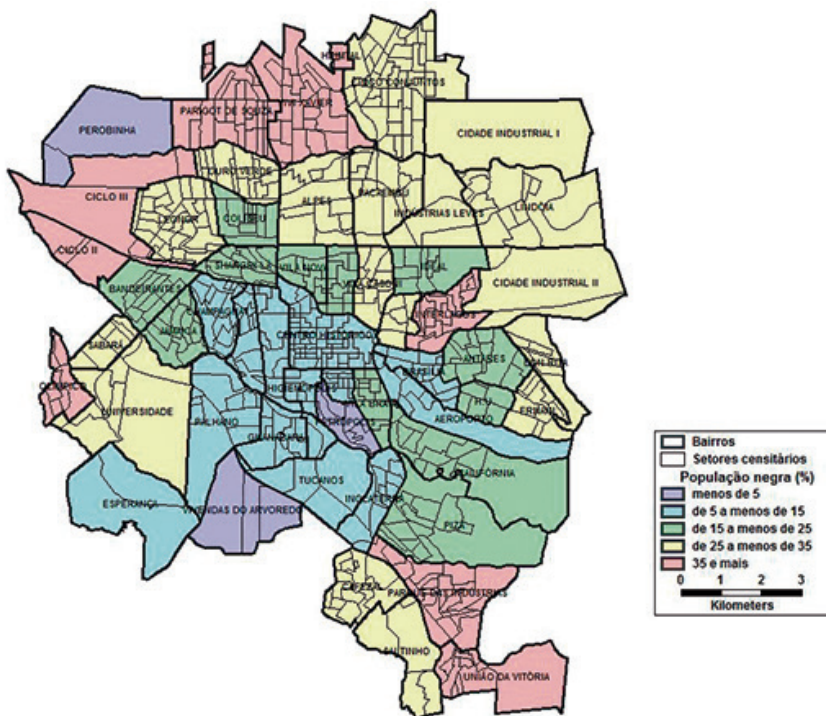
¹³ Conf.: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun=Londrina&codmun=411370&tema=result_prel_univer_censo2010&desc=Resultados%20Preliminares%20do%20Universo%20do%20Censo%20Demogr%25E1fico%202010&legenda=Fonte%253A%20IBGE%252C%20Resultados%20Preliminares%20do Acesso em 15 de agosto de 2011.

¹⁴ Negros são a somatória de pretos e pardos, categorias utilizadas pelo IBGE. Em alguns momentos será utilizada a categoria não-negros para fazer referência aos demais grupos de cor/raça representados, predominantemente pelo grupo branco.

¹⁵ Silva, Maria Nilza da. <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/187.pdf> Acesso em 17 de agosto de 2011.

¹⁶ Censo 2010.

Distribuição da população negra na cidade de Londrina (Região Urbana) 2010



O COTIDIANO

Para melhor compreender a trajetória da população negra na cidade, apresentamos alguns depoimentos que ilustram a situação dos negros moradores das regiões periféricas da cidade. Convém destacar que essa realidade não difere da experiência vivida pela maioria da população negra de outras regiões do país. A maior preocupação é mostrar essa realidade, embora com características semelhantes à de outras experiências, visto que o principal objetivo das pesquisas desenvolvidas sobre os negros em Londrina é tornar visível a trajetória de parte da população que é silenciada na história oficial da cidade.

Na busca da superação das dificuldades e do incentivo ao reconhecimento da própria identidade, acredita-se que a visibilidade da

história, da cultura e da experiência da população negra possa contribuir para a diminuição das desigualdades e, sobretudo, possibilitar a criação de estratégias de combate ao racismo e às desigualdades raciais.

Um dos aspectos que chamou a atenção durante o desenvolvimento da pesquisa é que a maioria dos entrevistados é composta por migrantes que buscaram na cidade melhores condições de vida. Os primeiros foram motivados especialmente pela propaganda da Companhia de Terras. Segue o depoimento de Maiara¹⁷ sobre a sua origem e a de seus pais, que, como a maioria dos pais dos demais entrevistados, são originários dos estados da Bahia, Minas Gerais e São Paulo:

Os meus pais são da Bahia. Eles vieram da Bahia para cá. Nasceram lá, ficaram até a idade de casar, depois que se casaram ficaram lá um pouco até ter os dois primeiros filhos. Aí vieram em busca de uma vida melhor. Foram para o estado de São Paulo, ficaram pouco tempo também, depois se instalaram no Paraná [...]. No Paraná passaram por Loanda¹⁸ primeiro até chegar em Londrina [...] Em Londrina, estou há quase quarenta anos, porque cheguei aqui na faixa de 8 a 10 anos de idade (Maiara, 48 anos, Dona de Casa).

Quando se analisam os dados socioeconômicos relacionados à população negra de Londrina constata-se, como em outras regiões, situações de desigualdades, se comparadas às de outros grupos de Cor/Raça¹⁹. Muitos começaram a trabalhar ainda crianças; tiveram poucas oportunidades para estudar por causa da necessidade de contribuir com o sustento da família ou para fugir da discriminação de que eram vítimas no ambiente escolar.²⁰

A maioria não teve oportunidade de se qualificar profissionalmente, o que levou muitos a exercer profissões que não necessitam de qualificação profissional, como a de empregada doméstica, zeladora, cozinheira, serralheiro, saqueiro, auxiliar de serviços gerais, carpinteiro,

¹⁷ Para preservar a identidade dos entrevistados os mesmos serão identificados por pseudônimos.

¹⁸ Município da Região Norte do Estado do Paraná.

¹⁹ Categoria utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

²⁰ BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branco e Negros em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1971.

pedreiro, entre outras. Sobre o bairro, Ana afirma que o fato de morar no Jardim União da Vitória²¹ também foi muito complicado, pois, além de enfrentar o preconceito e o racismo sofre com o estigma relacionado ao local onde mora. Segue seu depoimento:

[...] no começo era muito difícil, bom aqui realmente de fato no começo foi difícil porque eu sofri o preconceito da cor quando arrumei primeiro emprego e por causa do lugar que eu morava... que eu tava morando. Sofri muito preconceito . [...] as pessoas que não moram aqui, a maioria não fala muito bem, mas aqueles que moram aqui, já se acostumaram e não falam mais mal [...]. Às vezes falam que é um bairro perigoso. Eu não tenho medo de morar aqui, eu não tenho mais medo, porque eu acho que eu não tenho inimigo, eu fiz muita amizade, tanto é que eu estou há 21 anos morando na mesma rua e é tranquilo, ali é tranquilo [...]. O que eu não gosto daqui é que deveria ter uma praça, ou alguma coisa assim, um lugar pra gente ir à noite tranquilo e hoje não tem, não sei se é o medo. O que eu mais gosto daqui é do colégio em que meus filhos estudaram, estudam e que eu trabalho (Ana, 51, Servente, Jardim União da Vitória).

O problema da violência é muito preocupante, contudo, o trecho acima não expressa o problema de forma objetiva, mas ao longo das entrevistas, Ana manifestou o sofrimento causado pela ausência de segurança. Em praticamente todos os depoimentos, os entrevistados demonstram uma enorme preocupação com a dolorosa e explosiva violência que castiga a cidade.

VIOLÊNCIA E RACISMO

As necessidades fazem parte do cotidiano do ser humano, e uma das principais é a do sentir-se seguro. A violência que acomete a sociedade brasileira impacta profundamente o cotidiano de milhões de pessoas. No caso dos negros a violência é ainda maior. Para tentar superar a realidade em que a vítima é especialmente os jovens negros,

²¹ Zona Sul da cidade.

o governo brasileiro lançou o programa Juventude Viva e a Anistia Internacional lançou o Programa Jovem Negro Vivo²².

Nessa perspectiva, o Mapa da Violência publicado em 2007, mostrou que a população negra continuava a ser o alvo principal dos crimes de homicídios:

A taxa de homicídio da população negra é bem superior à da população branca. Se, na população branca, a taxa em 2004 foi de 18,3 homicídios em 100.000 brancos, na população negra foi de 31,7 em 100.000 negros. Isso significa que a população negra teve 73,1% de vítimas de homicídio a mais do que a população branca. Só três unidades federadas – Acre, Tocantins e Paraná – registraram, em 2004, maior proporção de vítimas brancas. Nas restantes 24 unidades federadas, prevalece a vitimização de negros. Em alguns casos, como o da Paraíba ou o de Alagoas, a situação é muito séria, ultrapassando a casa de 700% de vitimização negra. Isso significa que, proporcionalmente ao tamanho dos grupos, esses Estados exibem acima de oito vítimas negras por cada vítima branca (WAISELFISZ, 2007, pág. 24-16).

Alguns estudos têm mostrado que a violência no Brasil, antes concentrada em regiões de aglomerados urbanos, nos últimos anos vem se deslocando para as cidades do interior. O Mapa da Violência, publicado em 2012 por Julio Jacobo WAISELFISZ, mostra que, entre os anos 2000 e 2010, as mortes por homicídio aumentaram 86% no Paraná. O estado passou da 16ª para a 9ª posição nacional²³. O autor apresenta, em 2012, a tendência à interiorização da violência no país:

²² Cf.: <http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano> Acesso em 05 de novembro de 2014. Conf.: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,anistia-lanca-campanha-contra-homicidios-de-jovens-negros,1590104> e <https://anistia.org.br/entre-em-acao/evento/9denovembro/> Acesso em 9 de novembro de 2014. Os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Ministério da Saúde mostram que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino. Conf.: <http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano> Acesso em 9 de novembro de 2014.

²³ Cf. WAISELFISZ, 2012, p. 44.

Desmembrando (a série analisada 1993/2002) em dois períodos, no primeiro, de 1993 a 1999 os índices de crescimento dos homicídios nas capitais e municípios das regiões metropolitanas mais que duplicam os índices de crescimento do interior dos estados. Já no segundo período – 1999 a 2002 – aumentam drasticamente as taxas anuais de crescimento dos homicídios no interior para 8% aa, caindo de forma drástica as taxas das capitais e regiões metropolitanas. Isso estaria indicando uma forte tendência de interiorização da violência homicida.” Mais recentemente, no último Mapa da Violência, divulgado em fevereiro deste ano, apontávamos a existência de dois “processos concomitantes de desconcentração. Por um lado, [...]um fenômeno de interiorização da violência homicida. Se até 1996 o crescimento dos homicídios centrava-se nas capitais e nos grandes conglomerados metropolitanos, entre 1996 e 2003 esse crescimento praticamente estagna e o dinamismo se transfere aos municípios do interior dos estados. A partir de 2003, as taxas médias nacionais das capitais e regiões metropolitanas começam a encolher, enquanto as do interior continuam a crescer, mas com um ritmo mais lento [...]. Esses mesmos fatores parecem impulsionar um segundo tipo de desconcentração, agora entre os estados (WAISELFISZ, 2012, p. 41-42).

Se antes as cidades do interior eram o consideradas mais tranquilas e seguras, atualmente não é possível garantir a satisfação dessa necessidade humana, do sentir-se seguro, como lembra Henri Lefebvre. Essa realidade é percebida por moradores de diferentes bairros da cidade de Londrina. Segue o depoimento de Inez, do jardim Santa Rita:

Um pouco violento, agora está mais calmo. Quando eu vim pra cá eu fui roubada três vezes, fora as mortes. Eu moro na última rua do Santa Rita 5, em frente ao pátio ferroviário. Quando eu vim pra cá, eu vi três corpos na rua, todos numa mesma semana. Aqui em baixo, bem próximo aqui da minha casa! Eu morava no Jardim do Sol antigamente, morei 20 anos lá, morava na ponta da avenida do Sol. Quando nós morávamos lá, naquela favela Bratak, que agora chama N. S. da Paz, quando a gente morava ali, tava iniciando (a favela). Pra nós lá era muito violento, dentro da favela, não na vila onde a gente morava, no bairro onde a gente morava... (Inez, 43 anos, Agente Educacional, Jardim Santa Rita).

A violência e o sentimento de insegurança estão muito presentes na vida dos entrevistados, pois o problema foi frequentemente mencionado nos depoimentos. Contudo, muitos procuraram minimizar as dificuldades enfrentadas ao afirmar que antes violência era maior ou que ela se manifesta longe de suas casas. Parece haver uma necessidade de colocar o fato no passado e de se distanciar, ainda que seja mediante o discurso. Para Inez, uma das razões da violência era porque havia um conflito entre os moradores de diferentes bairros, provavelmente pelo envolvimento com o tráfico de drogas. Segue seu relato:

Olha, o que a gente ficou sabendo por boca... por boca não, a gente via mesmo, era conflito entre bairros. Foi uma época muito difícil pra gente, porque eu tenho um filho adolescente. Nesse tempo, ele era pequeno mas ele sempre gostou de festa, ele é muito baladeiro, queria ir de um canto pra outro e a gente sempre tinha que tá levando, buscando, sabendo onde era, com quem que ele estava, com quem ele ia andar... É bem complicado. Então foi uma época muito difícil... E a maioria das pessoas ...a maioria era de negros, a gente conhecia, que morreram... Roubaram a minha casa, esse foi um fato bem chato que aconteceu. A segunda vez que entraram na minha casa eles destruíram tudo, tudo. A parede da sala aqui ficou forrada de ovo, no chão escreveram que eu ia morrer. Eles quiseram apavorar mesmo! Foram pessoas que a gente conhecia de outro bairro que acertou com esses uns que fizeram isso com a minha casa. Pra mim foi muito triste isso, porque não foi assim um acerto de morte, mas foi um acerto de deixar a pessoa com gesso, quebraram uma coisa e outra. [Depois] eu vim saber dos motivos [...]. Eu sou uma pessoa que convivo com todo mundo e não tenho conflito com uma coisa ou outra, mas eles eram assim, se conhecesse a pessoa que fosse do outro bairro e era pessoa de bem, como a nossa família, eles se vingavam! Isso pra mim não é uma coisa boa não... Fiquei muito chateada com isso ... Foi uma coisa horrorosa que fizeram na minha casa. Eles passavam ameaçando com arma, coisa que nunca tinha feito, eu nem sabia o porque eles tinham feito aquilo. Ai há tempos atrás vieram me contar... [foi] porque meu marido trabalhava de segurança e eles achavam que tinha arma dentro de casa, então eles ficavam apavorando, fazendo mesmo graça pra poder deixar a pessoa péssima. Isso foi um fato muito chato (Inez, 43 anos, Agente Educacional, Jardim Santa Rita).

Como a exemplo de Inez, são inúmeras as famílias que convivem com a insegurança, em especial, diante violência da qual os jovens, sobretudo, os negros são as principais vítimas. Muitos pais estão submetidos ao grande sofrimento causado pela ausência de segurança e pela constante preocupação. Atualmente várias campanhas estão sendo lançadas para o combate à violência, como as mencionadas da Anistia Internacional – Jovem Negro Vivo e do governo brasileiro – Juventude Viva. Somado à violência, outro desafio é referente ao acesso às diferentes regiões da cidade. Nem sempre aqueles que habitam as franjas usufruem dos bens e serviços que a *polis* lhes oferece pois, a distância física também impede o acesso aos direitos. Acompanhemos o depoimento de Felícia:

Ab, quando eu vim pra cá, aqui não tinha transporte, não tinha ônibus? Tinha pra algumas pessoas, mas pra nós não! Tinha, porque assim, quando eu tinha dinheiro eu ia de ônibus, mas a gente não tinha todo dia. A gente ia daqui do Santa Rita até o Champagnat, o Vicente Rijo para estudar. Depois quando eu fui pra faculdade mesmo trabalhando, eu tinha que ir a pé lá do meu trabalho até a UEL pra poder estudar... Eu vejo que aqui teve a questão da violência que era muito maior, porque lá [na área rural] a gente não tinha violência, mas hoje a área rural mudou também, tá tudo aí infestado de violência. Lá a gente não tinha violência, mas aqui a gente tem [...]. Lá, nas escolas, a gente não tinha drogas, aqui tinha quando eu cheguei, já encontrei... tinha droga dentro da escola, tinha violência, tinha briga. Os meus colegas morreram assassinados pela polícia. A minha mãe saía pra trabalhar, meu pai saía pra trabalhar... Lá meu pai e minha mãe trabalhava na roça, mas era pertinho da gente, aqui a minha mãe trabalhava como doméstica e, às vezes, a patroa pedia pra ela ficar lá, ela pousava [no emprego]. Aí a gente tinha que ficar sozinho aqui, porque meu pai também ia pro trabalho dele e o patrão pedia pra fazer hora extra e ele, para ganhar o dinheiro para sustentar a gente, ele ficava trabalhando. Tinha vez que a gente ficava até dois dias sem ver meu pai e minha mãe e sem contato, porque não tinha telefone, não tinha nada disso. E eu tinha que tomar cuidado, porque os coleguinhas nossos, eles faziam pequenos furtos, mexiam nas coisas, então a gente estava sempre ali e alguns foram assassinados, alguns morriam. Eu tinha um medo muito grande de acontecer alguma coisa com os meus irmãos... Sabe, com essa idade eu já tinha que tá cuidando dos meus irmãos,

quando minha mãe não vinha. Eu sempre tive muito medo de escuro, de chuva, de tudo isso [...]. Aí eu tive que aprender a não ter mais esse medo, porque eu tinha que cuidar dos meus irmãos. A minha mãe teve oito gestações, dessas, ela teve sete, porque um morreu novinho, morreu recém nascido. Quando a gente veio pra cá um desses meninos que sempre ia na minha casa brincar com a gente, a mãe dele bebia, tinha um monte de coisas [problemas] e ele acabou ficando lá em casa e aí acabou que minha mãe o adotou. Minha mãe já tinha sete, veio mais um e ficou com oito filhos, seis meninos e eu e minha irmã. E eu ficava responsável por todas essas crianças, meu irmão caçula tava com um ano. Acho assim, o grande problema era esse e a falta de liberdade. Lá no sítio a gente tinha toda a liberdade, podia ir onde você queria ir, o único perigo era um bicho, uma cobra, agora aqui não. Aqui a gente sempre foi cercado por muitas favelas, o tráfico sempre aconteceu, as drogas sempre tava aí, as pessoas ofereciam drogas e falavam: Olha, experimenta é legal! Eu sempre falava não, não quero (Felícia, 55 anos, Educadora, Jardim Santa Rita).

O depoimento de Felícia mostra a realidade vivida por muitos moradores, pois quando questionados sobre as características e a relação dos entrevistados e parentes com o bairro, as respostas giraram em torno de um mesmo eixo, da violência, da insegurança vivenciadas no bairro e da distância em relação ao centro da cidade. Os entrevistados, moradores do Jardim União da Vitória, perguntados sobre o tempo de deslocamento do bairro para os locais de trabalho, próximos ao centro urbano londrinense, disseram demorar em média 40 minutos, num percurso de aproximadamente 16 km, em transporte público. O tempo de deslocamento para o centro da cidade, por vezes, é longo.

A falta de infraestrutura marca o dia-a-dia dos moradores de vários bairros periféricos, e lhes causa vários contratempos, não lhes permitindo gozar de uma boa qualidade de vida, ao contrário, sobrevivem em precárias condições, às vezes até desumanas. Ao serem interrogados sobre os espaços de lazer e entretenimento no bairro, muitos responderam que não tinham acesso. Alguns, para desfrutarem de lazer e entretenimento, têm de se deslocar a outros bairros, seja por não haver infraestrutura no próprio bairro, seja por ser ele violento.

Vale lembrar que a situação da população negra em Londrina reflete a realidade de outras cidades brasileiras. A cidade carece de um estudo mais profundo com o recorte da variável Cor/Raça, visto que, no Paraná e em várias localidades do sul do país houve a tentativa de “esconder” a população negra, em especial, da história sobre as origens das cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Londrina é considerada uma terra de oportunidades para inúmeras pessoas que chegaram e continuam chegando em busca de melhores condições de vida. Contudo, a contínua propaganda que apresentou a cidade, antes, como a “Nova Canãa” e, atualmente, como a nova e promissora metrópole não evidencia os desafios que muitos encontram em seu cotidiano na cidade.

Os temas, presentes neste texto, o da segregação e o da violência, foram recorrentes nos depoimentos dos entrevistados, porém merecem maior aprofundamento, especialmente, ao agregar a variável Cor/Raça. Pois, os problemas levantados acometem a toda população de Londrina levando ao aumento do número de enclaves fortificados ou condomínios fechados para aqueles que, na busca de satisfação da necessidade de segurança, têm maior poder aquisitivo, como lembra Teresa Pires do Rio Caldeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branco e Negro em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1971.

CALDEIRA, Teresa P. R. *Cidade dos muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

COSTA, Daniel. “Censo 2010 deve confirmar Londrina como a metrópole caçula do Brasil”. *Jornal de Londrina*. <http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?tl=1&id=1045079&tit=Censo-2010-deve-confirmar-Londrina-como-a-metropole-cacula-do-Brasil> acesso em 9 de maio de 2012.

CUNHA, Fábio César Alves da. “De ‘novo eldorado’ à região metropolitana: representações e discurso no espaço londrinense”. *Revista Formação Online*, n. 18, volume 1, p. 39-62, jan./jun., 2011. Acesso em 9 de novembro de 2014.

GOFFMAN, Erving. *Stigmaté: les usages sociaux des handicaps*. Minuit, Paris: 1975.

LAPEYRONNIE, Didier. *Ghetto urbain: segregation, violence, pauvreté en France aujourd’hui*. Paris : Robert Laffont, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Moraes, São Paulo: 1991. Tradução Rubens Eduardo Frias.

MEYER, Regina Maria Proserpi. « Atributos da metrópole moderna ». *São Paulo em Perspectiva* 14 (4), 2000, págs. 3-9.

MOURA, Rosa. *Arranjos urbanos-regionais no Brasil : uma análise com foco em Curitiba*. Doutorado, Tese em Geografia, UFPR, 2009.

NDIAYE, Pap. *La condition noire: Essai sur une minorité française*. Paris : Calmann-Lévy, 2008.

OBSERVATÓRIO das Metrôpoles. *As Metrôpoles no Censo 2010: novas tendências?* http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/texto_MetrolopesDez2010.pdf Acesso em 5 de julho de 2011.

SILVA, Maria Nilza da. “População negra: segregação e invisibilidade em Londrina”. SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis, DP e *Alli*, 2012. Págs. 105-134.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência 2012 – Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo, Instituto Sangari, 2012. <http://www.mapadaviolencia.net.br/index-2.html> Acesso em 9 de maio de 2012.

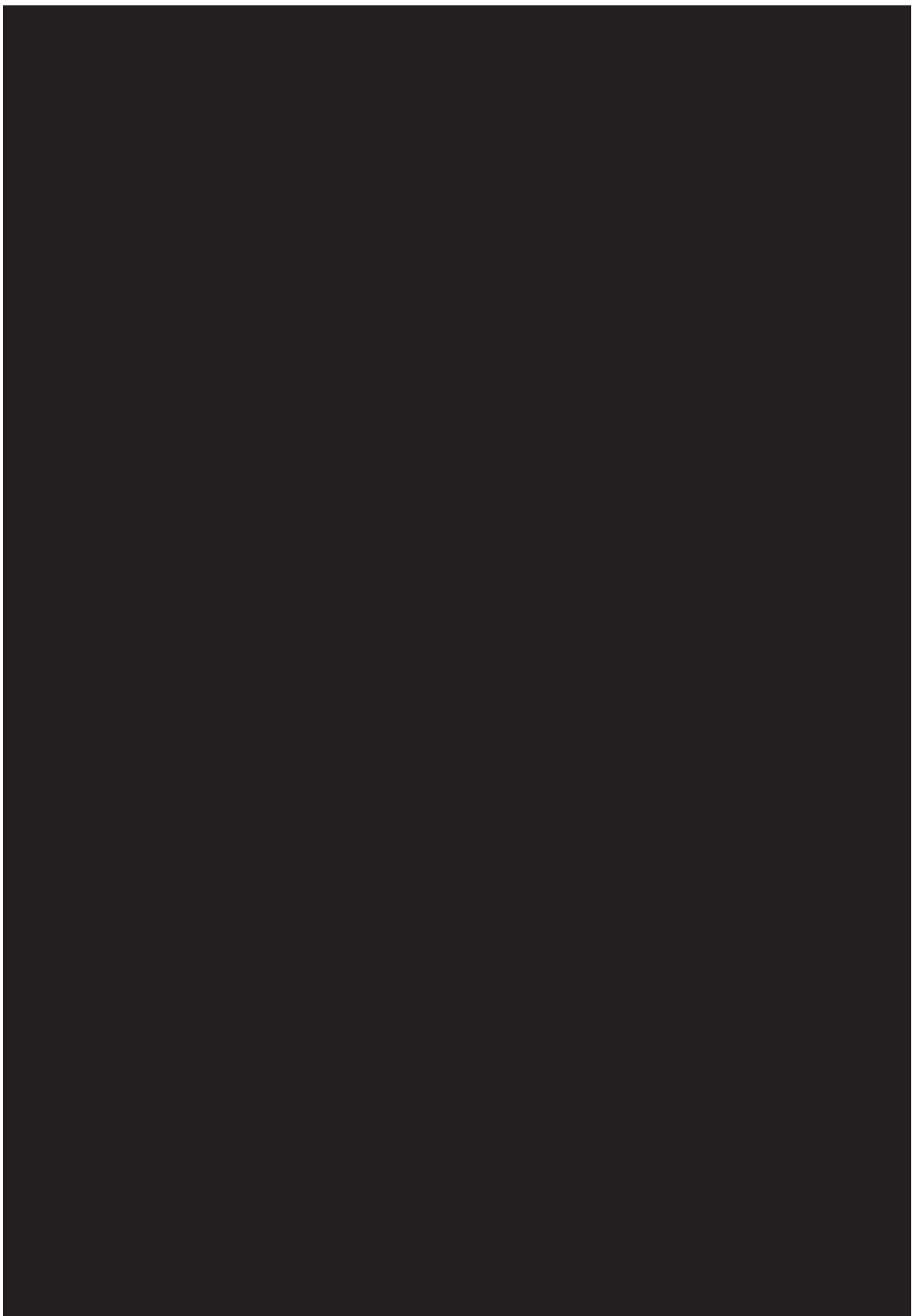
WAISELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência dos municípios brasileiros*. Brasília, Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, 2007. <http://www.mapadaviolencia.net.br/mapa2007mu.html>. Acesso em 9 de maio de 2012.

WIEVIORKA, Michel. *Em que mundo viveremos?* São Paulo, Perspectiva, 2006.

WIEVIORKA, Michel. *Neuf leçons de sociologie*. Paris : Robert Laffont, 2008.

WIEVIORKA, Michel. *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

WIRTH, Louis. *Le ghetto*. Press Universitaire de Grenoble, 1980. Traduction de « The ghetto ». Univ. Chicago, 1928.



SEGREGAÇÃO GEOGRÁFICA, DESIGUALDADES RACIAIS E MIGRAÇÕES: Londrina como destino de fluxos migratórios mineiros e nordestinos (1940-1980)

Mariana Panta¹

INTRODUÇÃO

Na história oficial de Londrina, verifica-se que o negro não aparece como agente ativo, ainda que seja comprovada a sua participação efetiva na economia local desde os primeiros tempos da colonização do município, principalmente como mão-de-obra nas lavouras de café. A história e a cultura negra assim como a própria população se desenvolvem à margem da sociedade, haja vista o fato de que o contingente negro está, na sua maioria, nos territórios demarcados pela marginalização social, o que reforça preconceitos e estigmas. Em vista disso, o presente estudo centra-se nas seguintes questões: Qual a origem dos negros invisibilizados e silenciados na história oficial de Londrina? O que teria determinado o fluxo migratório de famílias negras para Londrina? O objetivo deste artigo é analisar o processo migratório da população negra para a cidade de Londrina, cujo fluxo se deu de maneira mais expressiva entre as décadas de 1940 e 1980.

De modo geral, a maioria dos estudos sobre migrações internas desenvolvidos no Brasil não considera a raça² como uma categoria

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - UNESP e pesquisadora do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO-UEL). E-mail: marianapanta@bol.com.br.

² O uso do conceito de “raça” segue as contribuições teóricas de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães: “Raça’ é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informado por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminando. As realidades das raças limitam-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne, a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses, e valores sociais negativos e nefastos -, tal conceito tem uma realidade social plena, e combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite” (GUIMARÃES, 1999, p. 11).

analítica importante. Nessa perspectiva, cabe ressaltar a pesquisa desenvolvida por Carlos Hasenbalg (1979)³, cuja análise centra-se na distribuição geográfica da população brasileira a partir da raça. O estudo do autor traz à tona a segregação geográfica de brancos e negros no Brasil como uma das principais bases estruturantes das desigualdades raciais.

A produção acerca das migrações internas e da mobilidade espacial no Brasil é ampla e complexa. No entanto, este artigo dedica-se à discussão das migrações de contingentes negros relacionadas, principalmente, às desigualdades regionais. Para abordar esse fenômeno, num primeiro momento foi realizado o aprofundamento da pesquisa bibliográfica acerca não só das relações raciais no Brasil, enfocando-se a questão do negro, mas também das migrações internas. Paralelamente, foi feita uma pesquisa empírica baseada na realização de entrevistas em profundidade, de caráter qualitativo, para analisar as questões relativas aos processos migratórios e à ocupação do território na cidade. Optou-se pelo método de entrevistas semiestruturadas, no qual as questões são especificadas, porém, o entrevistador está mais livre para ir além das respostas fornecidas.

A análise parte do contexto das migrações internas, aqui entendidas como processo social, cujas causas estruturais impelem o grupo negro a se pôr em movimento. Contudo, busca-se considerar tanto as causas estruturais das migrações, quanto as atitudes individuais para migrar.

Foram realizadas 15 entrevistas com chefes de família, negros e negras, a maioria moradores da cidade, há mais de 30 anos. Todos os entrevistados, após serem esclarecidos sobre a proposta do estudo e sobre os conteúdos da entrevista, assinaram o Termo de Consentimento Esclarecido autorizando ou não sua identificação. No decorrer do trabalho são utilizados pseudônimos, nomes fictícios, como medida ética de preservação da identidade dos informantes. Segue o quadro de identificação dos entrevistados.

³ Este ponto é bem desenvolvido por Carlos Hasenbalg no Capítulo IV: Escravismo e Geografia Racial no Brasil. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Quadro 1. Origem dos entrevistados

Entrevistados	Estado de origem dos entrevistados	Estado de origem dos pais dos entrevistados
Adriana	Paraná	Bahia
Anderson	Paraná	Paraná (mãe) São Paulo (pai)
Ângela	Paraná	Minas Gerais
Elisa	Paraná	Paraná (mãe) Bahia (pai)
Jorge	Paraná	Bahia
Júlia	Paraná	Bahia
Laura	Paraná	Minas Gerais
Lourenço	Pernambuco	Pernambuco
Maria	Sergipe	Sergipe
Paulo	Minas Gerais	Minas Gerais
Pedro	Bahia	Bahia
Raquel	Paraná	Minas Gerais (mãe) Bahia (pai)
Rita	Paraná	Minas Gerais
Silvana	Paraná	Paraná (mãe), Bahia (pai)
Vânia	Paraná	Paraná (mãe) Minas Gerais (pai)

SEGREGAÇÃO DE NEGROS E BRANCOS COMO BASE DAS DESIGUALDADES RACIAIS BRASILEIRAS

Um complexo de circunstâncias históricas operou no sentido de restringir as oportunidades econômicas da população negra, sobretudo no decorrer de quatro décadas após a abolição da escravatura. Entre as principais circunstâncias destaca-se a política de imigração⁴, de

⁴ Um dos recursos utilizados para o embranquecimento da nação brasileira foi a miscigenação seletiva, através das políticas de povoamento e imigração europeia, partindo da concepção de que o sangue branco purificava, diluía e exterminava o sangue negro, considerado infectado e geneticamente inferior. O processo de branqueamento nacional apoiou-se no estupro da mulher negra pelo homem branco da sociedade dominante, dando origem aos produtos de sangue misto. O tipo miscigenado, atualmente definido como pardo, estabeleceu o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro (NASCIMENTO, 1978, p. 69). Nessa perspectiva, milhões de imigrantes chegaram ao Brasil nos primeiros 40 anos pós-abolicionismo, apoiados e subsidiados pelo governo brasileiro, incentivado por uma política oficial de embranquecimento nacional. Os estrangeiros chegavam a São Paulo e a outras regiões do Brasil com um lugar na nova sociedade, integrando-se à estrutura ocupacional como assalariados nas áreas urbanas (SILVA, 2006, p. 77-78). Entre 1890 e 1920 mais de 1,5 milhão de imigrantes brancos entraram no Brasil como efeito do investimento no projeto de branqueamento racial do povo brasileiro, enquanto mais de 700.000 negros foram alforriados sem nenhum tipo de política pública para integrá-los a nova sociedade em formação (DIWAN, 2007, p. 117).

cunho racista, que resultou na marginalização dos negros presentes nas regiões sul e sudeste, bem como reforçou o padrão de distribuição de negros nas regiões brasileiras menos desenvolvidas.

Ao observar-se a origem dos pais dos entrevistados (Quadro 1.), verifica-se que a maioria das famílias é proveniente do estado de Minas Gerais e do nordeste brasileiro (Bahia, Sergipe e Pernambuco), tendo como exceção apenas um entrevistado, cuja mãe é do Paraná e o pai de São Paulo.

Neste caso, é importante considerar que, desde aproximadamente 1850, os estados da região sul e sudeste⁵ do Brasil, que abrange os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, passaram a ser reconhecidos como o Brasil desenvolvido, principalmente em razão de sua carreira econômica ascendente associada à expansão cafeeira e, posteriormente, à industrialização. As regiões subdesenvolvidas eram todos os outros estados brasileiros (HASENBALG, 1979, p.124).

A delimitação do Brasil subdesenvolvido baseia-se em dados de 1950 ancorados em três indicadores de desenvolvimento social e econômico: a taxa de alfabetização, a renda industrial *per capita* e a percentagem da força de trabalho na indústria. Neste caso, os seis estados mencionados anteriormente correspondem às seis primeiras posições em cada uma destas variáveis (HASENBALG, 2005, p.133).

O regime escravista no Brasil foi um importante mecanismo de distribuição geográfica dos negros, escravizados e livres, visto que no fim do século XIX, este grupo concentrou-se nos setores econômicos mais atrasados e em regiões com menor dinamismo industrial. Embora nas porções sul e sudeste, regiões de maior dinamismo econômico, o grupo negro tivesse de competir em desvantagem com os grupos europeus, os ex-escravizados e seus descendentes puderam

⁵ A divisão do Brasil em duas regiões distintas Estudadas por Carlos Hasenbalg (do Brasil desenvolvido e do Brasil subdesenvolvido) segue a proposta de G. A. Dillon Soares, que distingue o sudeste como o Brasil desenvolvido englobando os três estados pertencentes à região sul brasileira: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O sudeste distinguido pelo autor não abrange os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que nesta divisão pertencem ao Brasil subdesenvolvido.

obter alguns ganhos econômicos. No entanto, em regiões como o Nordeste, por exemplo, os ex-escravizados e as gerações subsequentes permaneceram socialmente imobilizados num contexto agrário em estagnação. Com a abolição (1888), o restante da população escravizada nordestina foi reabsorvida sem grandes reajustamentos, num quadro de trabalho caracterizado pela dependência senhorial, incorporada às várias frações do campesinato nordestino, cujo destino foi subsequentemente condicionado pela imobilidade econômica e social da região (HASENBALG:1979, p.123,152-154). Esse é um elemento fundamental para a compreensão do processo migratório da população negra no Brasil.

A composição da população do sul e sudeste era radicalmente diferente do restante do país. A introdução tardia do trabalho escravo em grande escala e o fato de ter recebido um grande contingente de imigrantes europeus, desde o século XIX, acarretaram a concentração maior de brancos nos estados do sul e sudeste. Simultaneamente, a população negra tinha uma representação superior no resto do país, em especial no Nordeste e em Minas Gerais. Carlos Hasenbalg escreve:

[...] Como resultado de mais de três séculos de escravidão, à época da abolição a grande maioria da população afro-brasileira permanecia, em grande parte, fora da região onde uma sociedade urbana e industrial estava em formação. A dinâmica demográfica após a abolição reforçou o padrão já estabelecido de distribuição racial [...]. Nesses sessenta anos ocorreu um leve aumento da proporção da população não-branca no Brasil subdesenvolvido. Esse mesmo período testemunhou uma tendência oposta mais rápida no aumento proporcional dos brancos no Sudeste. [...]. A tendência para a polarização geográfica ou segregação geográfica dos dois grupos raciais – que, junto com os mecanismos de discriminação, está na base da estrutura das desigualdades raciais existentes – relacionava-se às características dos movimentos de migração internacional e interna, que tiveram lugar a partir do século passado. Tais processos demográficos, longe de serem puramente espontâneos, foram condicionados por políticas públicas específicas. A esse respeito, a promoção oficial da migração europeia para atender à falta de mão-

de-obra no Sudeste (e especificamente em São Paulo) é de particular importância (HASENBALG, 2005, p. 156-157).

Edward Telles analisou as diferenças regionais na composição racial de 1890 a 1999, bem como a natureza e extensão da segregação racial nas áreas urbanas determinadas pelos censos de 1980 e 1991. Com a autorização do IBGE, foram computados os índices de segregação extraídos do censo demográfico de 1980 para os 40 maiores centros brasileiros. Os negros eram minoria nas regiões do sul e sudeste, onde viviam 57% dos 170 milhões de brasileiros, predominantes nas regiões menos desenvolvidas. O censo demográfico de 2000 revelou que 73% dos brancos, 54% dos pretos e 37% dos pardos vivem na região sul e sudeste do Brasil. O maior movimento de negros para as duas regiões se deu a partir da década de 1950, quando começou uma imigração em grande escala oriunda da região do nordeste, acarretando um aumento de pretos, nas duas regiões, de 54% para 60% e da população parda de 33% para 37% entre 1960 e 1980. De 1980 a 2000, por causa da piora da economia brasileira, pretos e brancos começaram a sair do sul e do sudeste, enquanto o número de pardos aumentava significativamente. Ainda assim, a população brasileira continuava a se distribuir espacialmente de forma desigual por raça, como no século precedente (TELLES, 2003, p. 165).

Deste modo, sugere-se que o processo migratório dos entrevistados oriundos dos estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Pernambuco - estados considerados subdesenvolvidos - para o Paraná se insere num contexto histórico de mudança estrutural na economia brasileira no qual as migrações internas tinham como principal causa a segregação geográfica dos dois grupos raciais, mais especificamente, a concentração desproporcional de negros no Brasil subdesenvolvido e dos brancos no Brasil desenvolvido.

Conforme mostram os estudos desenvolvidos por Florestan Fernandes, a proletarianização dos ex-escravizados, no Brasil, se deu,

em grande medida, em virtude da migração para as cidades⁶. Essas migrações contribuíram para levar ao mercado de trabalho capitalista, indivíduos e famílias que, em seus locais de origem, estavam integradas a uma economia de subsistência. Contudo, é importante ressaltar que a inserção do negro no mundo urbano-industrial foi tardia em decorrência da ideologia do embranquecimento que disseminou a ideia de que os trabalhadores brancos de origem europeia eram superiores aos negros.

AS MIGRAÇÕES INTERNAS

Na teoria sociológica e econômica de Paul Singer (1998, p. 36, 40), as migrações internas são decorrentes de fatores históricos e de mudanças estruturais e espaciais da economia. Para o autor, as desigualdades regionais são as principais propulsoras das migrações internas e estão relacionadas ao processo de industrialização capitalista. As populações concentradas em regiões que não oferecem oportunidades econômicas vivenciam uma degeneração do nível de vida e esta situação estimula o surgimento de um estado favorável à expulsão de grandes contingentes demográficos, como ocorreu principalmente no Nordeste brasileiro e no estado de Minas Gerais, na década de 1950. Configuram-se fatores de expulsão, que levam às migrações, os fatores de mudança, decorrentes da introdução de relações de produção capitalistas no campo - que acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, objetivando o aumento da produtividade do trabalho e a redução do nível de emprego - e os fatores de estagnação, referentes à densidade populacional sobre a disponibilidade de áreas cultiváveis, bem como a monopolização da posse da terra pelos grandes proprietários, situação comum no nordeste brasileiro. Os fatores de estagnação produzem um fluxo de emigração cujo volume está associado à taxa de aumento

⁶ Cf. FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro à Sociedade de Classes*. São Paulo, 1964.

vegetativo da população em economia de subsistência em confronto com a sua disponibilidade de terra.

Além dos fatores de expulsão que determinam as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, Singer distingue também os fatores de atração que determinam a orientação dos fluxos migratórios e as áreas às quais se destinam, tendo como principais motivações a demanda por força de trabalho e oportunidades econômicas mais elevadas do que o migrante poderia ter em seu estado de origem. Singer analisa que a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como a causa principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas.

Fausto Brito⁷ chama atenção para o fato de que as análises econômicas e sociológicas sobre as migrações internas foram fortemente influenciadas pela teoria do desenvolvimento econômico, com a oferta ampla de mão-de-obra, e pela teoria da modernização social, respectivamente:

Na primeira, encontra-se a concepção de que as migrações são um poderoso mecanismo de transferência da população de regiões agrícolas, densamente povoadas, e com uma produtividade do trabalho extremamente baixa, para os setores urbanos e industriais da economia capitalista, onde o progresso técnico intrínseco garante uma produtividade do trabalho muito mais elevada. Segundo a teoria da modernização, pode-se dizer que as migrações transferem o grande excedente populacional das áreas tradicionais da sociedade para as cidades, principalmente as grandes, onde predomina um arranjo social e cultural moderno, baseado nos padrões históricos da sociedade ocidental. Na verdade, as duas grandes teorias se referem a um mesmo fenômeno, as migrações, com uma ênfase analítica maior na economia ou na sociologia (BRITO, 2009, p. 2-3).

De maneira geral, ambas as teorias tendem a apresentar uma dimensão positiva das migrações, tanto em âmbito social, quanto

⁷ Cf. BRITO, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. – Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

econômico. Contudo, cabe ressaltar que a positividade dos processos migratórios está relacionada à estagnação econômica, à pobreza extrema, às mortes, à fome, às constantes secas, ao desenvolvimento de doenças ligadas à subnutrição, enfim, à precariedade vivenciada na zona rural brasileira naquele contexto. Ainda que a vida na cidade fosse extremamente dura para os migrantes, o fato de migrar para as cidades nos anos de 1940-1980 era um aspecto positivo diante da pobreza extrema da zona rural. Esses fatores foram determinantes para o movimento migratório dessas populações. Portanto, o movimento migratório naquele contexto, não era uma questão ideológica e sim econômica.

É nesse sentido que Paul Singer⁸ analisa mais especificamente os deslocamentos migratórios do campo para a cidade e compreende as migrações como necessárias e positivas para o desenvolvimento do capitalismo e para mobilidade social do migrante, que é o grupo social em movimento dentro dos contextos dos desequilíbrios e desigualdades regionais e sociais de uma economia em desenvolvimento. Para o autor, emigrar torna-se essencial quando se pretende melhorar as condições de vida, sobretudo em razão de uma imposição estrutural do capitalismo. Nessa perspectiva, as migrações são historicamente determinadas pelo processo de industrialização capitalista, que reorganiza espacialmente as atividades econômicas e, portanto, tornam as migrações internas economicamente necessárias promovendo assim, a redistribuição da população.

No caso do Brasil, país em desenvolvimento, os desequilíbrios regionais se intensificaram com o processo de industrialização, sendo esta uma das causas fundamentais desse processo social. “As migrações internas redistribuíam a população do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil, inclusive para as

⁸ Cf. SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo, in Migração Interna, Textos Seleccionados, tomo I, coordenador, MOURA, HÉLIO; Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980.

fronteiras agrícolas em expansão, onde as cidades eram o pivô das atividades econômicas” (BRITO, 2009, p. 12).

Os trajetos percorridos pelos migrantes, através dos longos caminhos migratórios, traziam a expectativa, que nem sempre se concretizava, de melhoria das suas condições de vida. As cidades grandes eram os lugares, por excelência, onde era possível almejar a associação entre mobilidade espacial e mobilidade social, ainda que houvesse um tempo de adaptação. Essa era a principal característica do padrão migratório que prevaleceu até a década de 1980. O desenvolvimento da economia e da sociedade acarretava a abertura de caminhos para a conexão da mobilidade espacial, ou da migração, com a mobilidade social. Migrar com a família para outra cidade ou estado era uma alternativa social consagrada pela sociedade e pela cultura, incentivada pela economia com vista à possibilidade de alcançar êxito na melhoria de vida. “A migração era racional e necessária para o indivíduo que migrava, em particular, e positiva e funcional para o desenvolvimento da economia e modernização da sociedade” (BRITO, 2009, p. 13).

Historicamente, a descoberta do ouro em Minas Gerais e a extração da borracha na Amazônia atraíram contingentes significativos de migrantes, sobretudo do Nordeste, a estas regiões. Contudo, até a década de 1920, a entrada de estrangeiros no Brasil era bem superior a estes movimentos internos. De acordo com Milton Mata (1973), as migrações internas desempenharam um importante papel na recomposição espacial brasileira, principalmente a partir da década de 1930. Acompanhando a evolução das atividades produtivas, que basicamente eram agrícolas até 1940, a população foi-se deslocando do campo para as cidades. “Entre 1940 e 1970, por exemplo, a população cresceu a taxa média de 1,8%, enquanto a urbana expandiu-se a 4,8” (MATA, 1973, p. 716).

O PARANÁ COMO DESTINO DOS MIGRANTES: A CHEGADA DAS FAMÍLIAS NEGRAS

Como mostra o *Perfil do Município de Londrina – 2011 (Ano-Base 2010)*, desde os anos 50 do século XX, Londrina emergiu no cenário nacional como importante cidade do Brasil. Nessa época, o município expandiu-se consideravelmente em decorrência da produção cafeeira, o que levou à intensificação do setor primário de toda região. A população passou então de 20.00 para 75.000 habitantes; quase metade se encontrava na zona rural (LONDRINA, 2011, p. 4).

Geraldo de Menezes Côrtes (1958, p. 64) afirma, em sua pesquisa, que os estados que mais se beneficiaram de contingentes da migração interna, principalmente na década de 1950, foram: São Paulo e Paraná. Através da comparação dos dados dos censos demográficos de 1940 e 1950, o autor mostra o grande pico migratório a favor do Paraná. A grande migração para o estado do Paraná teve como destino a região leste, especialmente o norte do estado, que inclui a cidade de Londrina, cujo aumento populacional foi de 70% entre as décadas de 1940 e 1950.

As terras novas e promissoras – graças à boa propaganda realizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná e, sobretudo, à pobreza extrema vivenciada na zona rural em diversas regiões do país – constituíram-se forte atração para as migrações internas. As zonas leste do Brasil (principalmente Minas Gerais e Espírito Santo) e Nordeste foram as que mais forneceram contingentes migratórios às demais regiões. Os trabalhadores que se encontravam em condições de trabalho suficientes apenas para sua sobrevivência, ou desempregados tinham de migrar para outras áreas em busca de meios de vida.

Esse contexto é evidenciado nos depoimentos dos entrevistados, sobretudo quando estes se referem às ocupações de seus pais (meeiros, lavradores, trabalhadores rurais, serviços domésticos, lavadeiras, marceneiros, pedreiros, ensacadores de café). Os depoimentos mostram

que as pessoas (ou as famílias) partiam deixando suas terras de origem, passando por processos migratórios em busca de melhores condições de vida e melhores oportunidades. A maioria tinha experiência de trabalho nos campos e migraram para o norte do Paraná para suprir a mão-de-obra na agricultura, principalmente nas lavouras de café.

O PROCESSO MIGRATÓRIO DOS ENTREVISTADOS⁹

A população negra do Brasil subdesenvolvido teve poucas oportunidades de ascender à hierarquia ocupacional, permanecendo confinada nas ocupações agrícolas não qualificadas (HASENBALG, 1979, p.179). Esse aspecto pode ser constatado na trajetória de Maria e de sua família, oriunda do estado de Sergipe, que, acompanhando o auge do crescimento do movimento migratório no Brasil - no qual a região nordeste perdeu os maiores contingentes demográficos em proveito de outras regiões, num ritmo relativamente acelerado - chegou ao estado do Paraná e à cidade de Londrina em 1957:

Eu não tenho leitura nenhuma. A minha assinatura é o dedão. [...]. Os meus pais nunca colocaram a gente nos estudos. Mamãe colocou, mas ela estava sozinha... E daí quando o papai estava lá no estado de São Paulo, plantando algodão pra lá, nós estávamos lá no Norte. De vez em quando ele escrevia pra nós e minha mãe nos colocou na escola. Cinco filhas mulheres que ela tinha. Quando foi pra vir de lá de Sergipe pra cá [para o Paraná] arrancou-nos da escola. Estava com três meses de aula só. E pronto, nós não estudamos mais. [...] Trabalhar pra fora eu nunca trabalhei de doméstica, essas coisas não, só na roça. Eu trabalhava em contato com os meus pais. Trabalhava pra danar. Os patrões do meu pai eram brancos, italianos. Nós trabalhávamos na roça junto com ele,

⁹ Foram retirados dos depoimentos orais dos entrevistados o gaguejar em procura de uma palavra, pausas, hesitações perturbadoras e falsos começos com intuito de evitar a distorção que ocorre quando a palavra falada é enquadrada na disciplina da prosa escrita, visando facilitar a legibilidade. No entanto, a gramática, a textura da fala e a ordem das palavras foram mantidas como foram faladas, evitando-se reordená-las para fazer mais fluente, tendo em vista que, segundo Thompson, introduzir cognitivos que jamais estiveram no depoimento original pode tornar a fala irreconhecível, deteriorá-la por meio da transcrição, ou mesmo dar-lhe um novo sentido não o do falante (THOMPSON, 1992, p. 293-297). Dessa forma, buscou-se manter o texto escrito, tão fiel quanto possível, tanto ao caráter quanto ao significado do original.

saía cinco, seis, sete horas da manhã e chegava às cinco horas da tarde (Maria, 71 anos, dona de casa, Jardim São Marcos, 2007).

O depoimento de Maria mostra a precariedade vivenciada pela família no estado de Sergipe. A entrevistada frequentou a escola apenas três meses por causa da precoce inserção no mundo do trabalho informal, ajudando os pais no campo, e pela migração de sua família para o estado do Paraná, o que resultou na falta de oportunidades para estudar. Nota-se que antes de migrar para o Paraná, o pai de Maria havia-se deslocado primeiramente para São Paulo em busca de melhores oportunidades, sempre exercendo atividades no campo. Naquele tempo, era comum que um membro da família partisse primeiro, geralmente o homem, e o restante da família permanecesse no local de origem, ainda que temporariamente.

Essa vasta experiência no desenvolvimento do trabalho agrícola das famílias negras está relacionada à sua permanência no setor agrícola de regiões economicamente atrasadas. Hasenbalg (1979) mostrou que, embora no Sudeste brasileiro a taxa mais acelerada de desenvolvimento tivesse acarretado a contínua abertura de novas posições na estrutura de classes, os negros foram inicialmente excluídos das posições polares do sistema capitalista emergente, sobretudo por causa da exclusão do mercado de trabalho, tanto que o pai de Maria migrou para São Paulo a fim de plantar algodão e não para se inserir no mundo urbano-industrial (HASENBALG, 1979, p. 193).

As décadas de 1940-1950 são marcadas pela expansão cafeeira no norte do Paraná e as famílias negras foram fundamentais na configuração da mão-de-obra nas lavouras de café e também na plantação de algodão:

Hoje eu tenho 71 anos. Eu o conheci [o marido Lourenço] aqui em Londrina. Também vim junto com os meus pais. Nos conhecemos e casamos aqui. Depois que nós casamos, nós fomos para o Norte, estado de Sergipe, minha terra. E só ganhei o menino mais velho, depois ganhei mais outro. Foram dois moleques.

Eu vim de dieta de 15 dias do mais novo e vim acabar a dieta aqui, na beira do Ipanema para “tocar” algodão. Nós viemos de lá pra cá já a fim de “tocar” algodão pra nós (Maria, 71 anos, dona de casa, Jardim São Marcos, 2007).

Maria conta que conheceu Lourenço, seu marido oriundo de Pernambuco, em Londrina, e que depois de se casarem na cidade retornou ao seu estado de origem, Sergipe e, em seguida, mudaram-se novamente para o Paraná a fim de trabalhar na plantação de algodão. Foram longos trajetos percorridos pelos migrantes sempre em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Lourenço chegou a Londrina no mesmo ano em que Maria (1957), conheceu-a em Londrina e se casou na cidade. Em 2007, ano de realização desta entrevista, o casal completava 50 anos de casados. Lourenço relatou que, desde quando saiu de Pernambuco, em busca de trabalho no Paraná, nunca mais teve contato com os seus familiares:

[Tenho] 81 anos, sou de Pernambuco, casado e tenho 14 filhos. [...]. Os meus pais sempre trabalharam no sítio. Cana tinha bastante cana... Trabalhavam no sítio. [...]. Eu morei dois, três anos com um tio e com um irmão eu morei uns noventa dias mais ou menos, porque depois um tio me pegou da casa da minha tia e me trouxe para o estado do Paraná. Éramos nove irmãos. Agora não sei se mudou, não vi ninguém [desde que] eu saí de lá, eu nunca escrevi, nunca telefonei, nunca mandei recado... A gente só trabalhava e só comia, porque outra coisa eu não queria. Eu só queria o pôr da noite. Entrando o pôr da noite eu não queria mais nada. Eu trabalhava, era único homem na casa. Quando os filhos daquele velho da casa em que eu estava iam pegar um ferro elétrico pra ir trabalhar eu já estava lá na frente. Quando eles iam começar o serviço eu já estava todo é suado (Lourenço, 81 anos, aposentado, Jardim São Marcos, 2007).

Lourenço foi trazido pelo tio ao Paraná, especificamente para trabalhar. Há uma evidência empírica em relação à faixa etária dos migrantes, a saber, jovens de 15 a 29 anos de idade. Outra evidência é que os migrantes são predominantemente homens em pleno potencial

produtivo (OLIVEIRA e JANNUZZI, 2005). Lourenço chegou em Londrina com 30 anos de idade para realizar trabalho em pedreiras, que exige força e pleno vigor físico.

A estagnação econômica, os períodos de seca e a falta de emprego, fizeram que muitos nordestinos fossem para outras regiões do país, fato que pode ser reafirmado nos depoimentos de Elisa, Júlia, Adriana e Jorge. Segue primeiramente o depoimento de Elisa:

Tenho quarenta e um anos, sou de Londrina, solteira, quatro filhos. Meu pai nasceu na Bahia e a minha mãe em Assaí. Meu pai era degustador de café, trabalhava na Intercontinental. Primeiro ele foi ensacador, carregava os sacos. Até quando ele foi pegando idade até ele ficou como degustador de café. Foi subindo de cargo. Minha mãe era doméstica. [...]. Ele (o pai) diz que veio fugido de lá [da Bahia], disse que passava fome lá e veio pra cá. Ele tinha onze anos quando veio pra cá. Parece que veio sozinho. Ele trabalhava na roça. Depois aqui é que foi crescendo. Com onze anos, disse que veio pedindo carona. Eles (os pais) se conheceram em Jaguapitã (Elisa, 41 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).

Ainda que o depoimento não seja de primeira mão - Elisa quem está contando a trajetória de seus pais -, é possível captar alguns aspectos importantes: o principal motivo relatado pela entrevistada para que seu pai saísse da Bahia e viesse para o Paraná foi a fome. Nesse caso, o depoimento da entrevistada corrobora a discussão proposta anteriormente sobre a pobreza extrema na zona rural naquele contexto (em algumas regiões essa realidade permanece). Era relativamente comum migrantes viajarem de um estado para outro de carona ou no chamado estilo pau-de-arara - um tipo de transporte irregular muito utilizado no nordeste - até a região de destino.

A experiência dos pais de Júlia reafirma a precariedade vivenciada pelas famílias nordestinas naquela conjuntura, de tal modo que muitos membros da família se mudaram para o Paraná. Em sintonia com a realidade da maioria dos entrevistados, seus pais também eram trabalhadores rurais:

Tenho 56 anos. Sou de Tamarana, próximo ao município de Londrina. Meus pais nasceram na Bahia, cidade de Piritiba. [Vieram] por causa do desemprego que teve lá. E também porque os parentes deles já estavam tudo aqui no Paraná. Até eles vieram nesse negócio de pau-de-arara [risos]. Passaram por vários lugares. Primeira cidade, quando eles vieram direto da Bahia, a primeira cidade, o primeiro patrimônio que eles vieram foi Tamarana, derrubar mata, fazer plantio de café, essas coisas (Júlia, 46 anos, desempregada, Jardim Piza, 2007).

Adriana relata que os seus pais se deslocaram do estado da Bahia para o Paraná em busca de melhores condições de vida:

Eu tenho 48 anos. Vim pra cá [para Londrina] na faixa de oito anos de idade. Em Londrina eu já estou há quase quarenta anos. A gente é do Paraná, mas sou da cidade de Loanda, foi lá que eu nasci. Os meus pais já são de outro estado, da Bahia. Eles vieram da Bahia pra cá. Nasceram lá, ficaram até a idade de casar. Depois que se casaram ficaram pouco tempo até ter os dois primeiros filhos. Depois vieram em busca de vida melhor.. Foram para o estado de São Paulo, ficaram pouco tempo também. Depois se instalaram no Paraná e ficaram. A minha mãe lavava roupa pra fora e meu pai foi à vida inteira marceneiro (Adriana, 48 anos, dona de casa, Londrina, Jardim São Marcos, 2007).

Nota-se que as pessoas ou as famílias migravam em busca de melhores condições de vida e às vezes tentavam a “sorte” em outro estado antes de se estabilizarem no Paraná, como mostra o depoimento de Adriana, cujos pais migraram primeiramente para o estado de São Paulo. Sabe-se que São Paulo foi o principal destino de muitos migrantes e polo industrial na década de 1970. Porém, muitas vezes as cidades não apresentavam uma quantidade de empregos suficientes para a demanda e as pessoas eram obrigadas a se deslocar novamente para outros estados.

Assim como no depoimento de Adriana, o motivo relatado para a migração dos pais de Jorge, da Bahia para o Paraná, foi a “busca de uma vida melhor”:

Tenho trinta e nove anos e sou de Paiquerê [distrito de] Londrina, casado há dezoito anos e tenho dois filhos homens, um de treze anos e outro de cinco meses. [...]. Os meus pais são da Bahia, Jacobina. Meu pai era armador de ferragem na construção civil e minha mãe sempre trabalhou de doméstica. Eles se conheceram lá [na Bahia]. Somos nove irmãos e eu sou o caçula. Dois nasceram na Bahia e o resto tudo aqui. Ai eles vieram e voltaram e tiveram mais dois filhos lá. Ai tem dois filhos baianos mesmo, legítimos e o resto todos nasceram aqui. [...]. Eles vieram buscar uma vida melhor porque o que eles ganhavam era pouco, o dia de trabalho, o mensal. Vieram em busca de uma vida melhor, como acontece com muita gente (Jorge, 39 anos, pedreiro, Jardim São Marcos, 2012).

Antes de migrar para Londrina, Pedro foi para a cidade de São Paulo. Deixou a Bahia ainda na adolescência para buscar melhores condições de vida em outro estado. De São Paulo retornou para a Bahia e posteriormente se deslocou para o Paraná com a esposa. A realidade vivenciada por sua família não se diferencia dos depoimentos já relatados:

Tenho 58 anos, uma filha de 26 anos e sou casado. Nasci na Bahia, na cidade de Condeú, aliás, no sítio, mas no município de Condeú. Meus pais também são de lá da Bahia. Pai e mãe, tudo da Bahia. [...]. Eu vim da Bahia, desde a minha idade de 16 anos eu comecei a trabalhar no estado de São Paulo e Paraná. Ai depois eu voltei lá na Bahia me casei e vim com a família morar aqui no Paraná. Aqui no Paraná eu estou desde 1972. Antes de me casar eu morei em São Paulo. Mas depois que eu me casei vim direto para Londrina. Aqui em Londrina estou há 37 anos. [...]. Meus pais eram lavradores, minha mãe também, trabalhava só na roça. Minha mãe não estudou nada e meu pai estudou o mesmo que eu [ensino fundamental incompleto]. As duas avós que eu conheci, são da Bahia também (Pedro, 58 anos, desempregado, Conjunto Saltinho, 2007).

E, como foi mencionado anteriormente, além do nordeste brasileiro, o estado de Minas Gerais também forneceu grandes contingentes migratórios para outras regiões do Brasil. Um aspecto importante a ser analisado nos depoimentos refere-se à profissão

dos pais, que geralmente exerciam trabalhos pouco valorizados socialmente. Segue o depoimento de Raquel:

Tenho 61 anos bem vividos e sou de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná. Minha mãe é de Montes Claros e meu pai de Salvador. Sou Viúva, dois [filhos] vivos e um falecido. [...]. A minha mãe era doméstica e o meu pai trabalhava em construção civil, de prédio, fazia os prédios, aqui esses prédios tudo na [Avenida] Inglaterra meu pai que cuidava. Fez história (Raquel, 61 anos, dona de casa, Jardim Piza, 2007).

Segundo Rita, seu pai também foi pedreiro. Ele chegou a Londrina em torno de 1936, logo no início da colonização da cidade:

Tenho cinquenta e dois anos e nasci aqui em Londrina mesmo. Eu sou casada e tenho um casal de filhos O meu pai é de Minas e a minha mãe também. O meu pai era pedreiro e a minha mãe era dona de casa. Nós éramos em oito irmãos. Todo mundo nasceu aqui. [...]. Eles vieram jovens. Parece que o meu pai veio pra frente e depois a minha mãe veio. Se conheceram, ficou uma turminha e eles se conheceram. Ele veio direto, parece que foi em 1936, essa é a data mais ou menos que ele fala, é essa daí (Rita, 52 anos, babá, Jardim São Marcos, 2012).

O estado de Minas Gerais se caracterizou como fornecedor de contingentes populacionais durante a década de 1950 a 1970. O pai de Vânia também é proveniente de Minas Gerais. Em seu depoimento é possível perceber as raízes da escravidão contidas na origem da família por parte de pai:

Minha mãe nasceu na divisa de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, tudo por ali, Paraná mesmo. E o meu pai é de Minas. [...]. O meu pai era negro a minha mãe não. Ela já era mais clara, era filha de índio com português. Era uma mistura. E o meu pai era mineiro. Então assim, a minha mãe já era bem mais clara. A minha avó da parte do meu pai foi escrava. São conversas de tias que vão conversando essas coisas, esses negócios de ser pega a laço pra casar, essas coisas. Laçava e levava, não tinha casamento (Vânia, 45 anos, doméstica, Jardim São Marcos, 2012).

O depoimento de Laura, além de mostrar a origem dos pais, expõe as diversas ocupações exercidas pelo pai, bem como a sua precoce inserção no mundo do trabalho para ajudar na renda familiar:

Tenho 56 anos, nasci em Londrina mesmo. Meus pais São de Minas Gerais, Montes Claros, lavradores, os dois. Meu pai era meeiro numa fazenda. [...]. Depois meu pai foi ambulante, na cidade, ambulante. Depois foi churrasqueiro na Zona do Meretrício. Então eu cheguei a cortar 100 kg de carne, fazer aqueles espetinhos. Eu fazia, ia pra escola, voltava correndo e ia buscar carne, trazia, cortava junto com a minha mãe e fazia os espetinhos. Então sempre trabalhando. E eu creio que nós vencemos porque sempre tinha um trabalhinho pra fazer. E quando nós não tava fazendo churrasquinho, tinha café que traziam em casa pra gente escolher, sacaria de café a gente escolhia depois eles iam buscar, sempre tinha um servicinho pra fazer pra sobreviver (Laura, 56 anos, dona de casa, Ruy Virmond Carnascialli, 2007).

De modo geral, verifica-se que o intento de migrar como indivíduo ou em família se dá por causa da situação de acentuadas diferenças regionais, maior concentração de negros em regiões subdesenvolvidas e de mudanças estruturais e espaciais da economia no processo de industrialização capitalista. Isso é constatado pelos sujeitos que são cotidianamente afligidos pela fome, desemprego e extrema precariedade. Nessa situação, a migração aparece como um meio de “buscar uma vida melhor”, na expectativa de aliviar o sofrimento.

As migrações no território brasileiro estão ligadas a um processo de mudança da economia brasileira e às transformações capitalistas no campo associadas à atração exercida pelos novos polos de desenvolvimento. Para Singer (1998, p. 57), a adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente pelos mecanismos de ajuda mútua e pela solidariedade de migrantes mais antigos. Além disso, a posição social do novo migrante na nova sociedade será predeterminada, em grande parte, pelas suas relações sociais, bem como pela sua situação de classe anterior. No caso dos negros, verifica-

se que eles provêm de famílias extremamente pobres e estão imersos em uma rede de relações nas quais todos são igualmente pobres.

É preciso considerar ainda que o modo como o migrante se insere na economia e na sociedade do lugar de destino depende do seu nível educacional, de sua qualificação profissional e dos laços de solidariedade familiar de origem comum entre migrantes antigos e novos. É possível que os primeiros migrantes, ao conseguirem assegurar o seu sustento, chamem outros migrantes que podem ser parente ou amigos, oferecendo-lhes sua experiência, apoio material, ou oportunidade de trabalho. Segundo Singer, este é um importante fator de atração dos migrantes (SINGER, 1998, p. 57).

No caso dos entrevistados e de seus familiares, verifica-se que todos são de origem pobre, possuem níveis mínimos de escolaridade e, conseqüentemente, ocupam os piores postos de trabalho, aspectos que influenciaram significativamente na posição conquistada na nova cidade. Soma-se a isso a persistência do racismo que atua no sentido de manter ou mesmo aprofundar as desigualdades num “ciclo cumulativo de desvantagens¹⁰”.

AS DESVANTAGENS EDUCACIONAIS E OCUPACIONAIS

É importante considerar alguns aspectos acerca da trajetória educacional e da trajetória no trabalho, que certamente influenciam na posição social do negro, bem como no território ocupado por este grupo.

¹⁰ Cf. Hasenbalg, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro: Vértice, 1988. Cf. SILVA, Nelson do Valle. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio S. A; HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 33-51.

Quadro 2. Nível educacional, trabalho/ocupação dos entrevistados

Entrevistados	Nível de escolaridade	Trabalho/Ocupação
Adriana	Ensino médio completo	Atualmente é do lar. Foi doméstica e diarista
Anderson	Ensino médio completo	Eletricista. Quando mais novo foi lavrador.
Ângela	Ensino fundamental incompleto	Atualmente é do lar e está desempregada por problemas de saúde. Foi auxiliar de serviços gerais e doméstica.
Elisa	Ensino fundamental incompleto	Atualmente é do lar e está desempregada por problemas de saúde. Foi operadora de máquinas e doméstica.
Jorge	Ensino fundamental incompleto	Pedreiro
Júlia	Ensino médio completo	Atualmente está desempregada. É doméstica e Auxiliar de serviços gerais
Laura	Ensino fundamental incompleto	Trabalhadora rural, doméstica e do lar
Lourenço	Não alfabetizado	Aposentado. Trabalhou durante quase toda a vida na atividade de exploração de pedreiras.
Maria	Não alfabetizada	Aposentada, do lar. Sempre trabalhou como lavradora.
Paulo	Ensino médio completo	Aposentado. Trabalhou como marceneiro e posteriormente funcionário público (policial)
Pedro	Ensino fundamental incompleto	Atualmente está desempregado. Foi trabalhador rural, operador de máquinas e porteiro.
Raquel	Ensino fundamental incompleto	Doméstica e do lar.
Rita	Ensino fundamental incompleto	Atualmente é babá. Foi zeladora, doméstica e auxiliar de serviços gerais.
Silvana	Ensino fundamental incompleto	Atualmente é do lar. Foi auxiliar de serviços gerais, doméstica, pedreira e faz “bicos” (serviços informais).
Vânia	Ensino fundamental incompleto	Doméstica

Em relação à escolaridade (Quadro 2.), observa-se que dos 15 entrevistados que compuseram a amostra deste estudo, somente quatro possuem o ensino médio completo, nove não chegaram a concluir o ensino fundamental e dois não são alfabetizados. No depoimento de Maria, exposto anteriormente, foi possível notar as dificuldades para conseguir estudar, sobretudo, em razão das migrações interestaduais de sua família e de sua precoce inserção no trabalho agrícola. Maria nasceu em 1936. É interessante observar que em 1940, a taxa de alfabetização das pessoas a partir dos cinco anos de idade no Brasil, era de 46,9% para os brancos e de 22,6% para os negros. Em 1950, quando Maria tinha 14 anos de idade, essas taxas eram de 52,7% no grupo branco e 25,7%, no grupo negro (HASENBALG, 1979, p. 163).

Nas análises qualitativas de cada trajetória, evidencia-se que os obstáculos enfrentados pelos negros ultrapassam as barreiras econômicas e sociais, visto que se avultam depoimentos que enfatizam a discriminação cotidianamente sofrida nas mais importantes esferas da vida social, como na educação e no trabalho, explicitamente raciais. A escola apresenta forte tendência a repelir o negro por meio da reprodução de práticas racistas e discriminatórias que se materializam de diversas formas, sobressaindo a questão dos apelidos pejorativos referentes à raça/cor.

No ambiente de trabalho várias foram as situações de discriminação racial relatadas, que vão desde o caso da empregada doméstica que tinha a sua bolsa diariamente revistada na entrada e na saída de seu trabalho, ao caso do porteiro negro demitido pelo fato de não possuir a “boa aparência” exigida para exercer um trabalho direto com o público. A vivência dessas situações traz grande sofrimento e marca profundamente a trajetória do negro. O que os entrevistados revelam de suas experiências pessoais são as expressões concretas do racismo que limitam as oportunidades de ascensão social desse contingente populacional.

A MARGINALIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO DOS MIGRANTES

Ainda que a maioria dos autores mencionados anteriormente tenham sido otimistas em relação às migrações internas, é preciso considerar que no contexto de profundas desigualdades sociais, raciais e espaciais, nem todo migrante conseguiu se integrar à nova cidade de destino, visto que se intensificam e se projetam para o Brasil urbano as desigualdades.

Em estudo desenvolvido por Nestor Razente¹¹, o pesquisador buscou identificar como se deu a segregação socioespacial no processo de expansão do aglomerado urbano da Região Metropolitana de Londrina, enfocando a segregação no decorrer da expansão da cafeicultura. Em torno de 1920, proveniente do estado de São Paulo, o café adentra o Paraná ocupando grande parte das terras do norte e noroeste do estado. A grande expansão da economia cafeeira em apenas trinta anos tornou o Paraná um dos maiores produtores mundiais, num momento em que o café representava cerca da metade das divisas brasileiras de exportação. Nesse período, o Norte paranaense ficou conhecido como eldorado brasileiro, sinônimo de ascensão social e destino de grandes migrações internas do país, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1970. Segundo Razente, nessas décadas, a população urbana da Região Metropolitana de Londrina passava de 23,7 mil para 230,2 mil habitantes, enquanto que a população rural passava de 80 mil para 204 mil habitantes (RAZENTE, 2011).

Na década de 1950, em plena efervescência cafeeira, aumenta a segregação de uma parcela da população que passa a ocupar lugares marginalizados de Londrina, cuja distribuição residencial se afasta daquela considerada para o conjunto da cidade. Diz Razente (2011):

¹¹ RAZENTE, Nestor. Segregação socioespacial nas cidades da Região Metropolitana de Londrina – Paraná – Brasil. *Arquitextos - Vitruvius*, n. 137.06, 2011. ISSN 1809-6298.

Em termos segregacionistas esses não se confundem com os residentes nas vilas populares. Enquanto que nas vilas é o mercado de terras quem escolhe a localidade onde o dinheiro do morador pode alcançar, no novo padrão segregacionista não há alternativas. A estratégia de sobrevivência induz à invasão/ocupação de terrenos públicos ou privados. Em termos segregacionistas, o público alvo agora são os pobres migrantes rurais entrincheirados nas favelas, reconhecida por boa parte da sociedade, inclusive pela pobreza, como lugar do crime, da vadiagem, da bandidagem e da degradação dos valores e costumes.

Londrina foi uma cidade planejada na década de 1930 para atender cerca de 20 mil pessoas, no entanto, atraiu migrantes de diversas localidades por causa da sua condição de polo regional em constante desenvolvimento. Atualmente, com mais de 500 mil habitantes, apresentou nos últimos dez anos um crescimento significativo no número de habitações precárias. O problema da ocupação irregular em Londrina tem seu surgimento na década de 1950 com a favela do Pito Aceso – que não existe mais – localizada na zona sul de Londrina. Em 1953, o local foi ocupado por 15 famílias procedentes de Minas Gerais e do Nordeste e, posteriormente, três anos depois, surgiu na região leste a Vila do Grilo, atual Vila da Fraternidade, inicialmente ocupada por 18 famílias também oriundas do Nordeste do país. Em 1958 e 1959 instalaram-se ainda, mais duas ocupações irregulares, a Vila Esperança e a Nossa Senhora da Paz, ambas ocupadas por famílias advindas da zona rural e da região norte do Paraná. A partir de 1990, o número de ocupações irregulares em Londrina passou de 15 para mais de 50 distribuídas em áreas dispersas por toda a cidade, somando-se, no ano 2000, mais de 50 mil pessoas nessas áreas (FRESCA *et al*, 2008).

Nota-se, assim, que aquelas famílias pobres e negras, que migravam para a cidade de Londrina em busca de melhores condições de vida, foram condicionadas a iniciar invasões e ocupações em terrenos públicos ou privados, constituindo assim os chamados aglomerados

subnormais¹². Ao analisar-se o Mapa de Distribuição da População Negra em Londrina (cf. artigo Maria Nilza da Silva), que tem como base dados recentes do IBGE (2010) constata-se que a maioria da população negra está nas periferias pobres e estigmatizadas localizadas nas extremidades da cidade. É importante ressaltar que no maior assentamento urbano de Londrina, o Jd. União da Vitória, iniciado em 1985, o negro está presente em mais de 35% da área e, nas ocupações precárias mais recentes, essa tendência persiste. No Jd. São Marcos, por exemplo, assentamento urbano iniciado em 1997, o negro também ocupa mais de 35% do lugar. Nos territórios mais consolidados e de maior prestígio social a presença negra é ínfima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar o processo migratório de famílias negras para Londrina. Foram lançadas duas questões centrais: Qual a origem dos negros invisibilizados e silenciados na história oficial de Londrina? O que teria determinado o fluxo migratório de famílias negras para Londrina no tempo e espaço (1940-1980)? No decorrer das análises, buscaram-se abarcar tantos os valores sociais (elementos culturais objetivos da vida social), quanto as atitudes individuais (características subjetivas do grupo social considerado).

Observou-se que a maioria das famílias (os pais dos entrevistados) é proveniente do estado de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro. Tal aspecto está em sintonia com o quadro geral das 73 entrevistas realizadas pelos estudantes e pesquisadores do Grupo de Pesquisa e Estudos de Relações Étnico-Raciais e Afro-Brasileiros (CNPq/UEL) e do Laboratório de Estudos e Cultura Afro-Brasileiros (LEAFRO),

¹²O conceito de aglomerado subnormal, utilizado pelo IBGE, abarca a diversidade de assentamentos irregulares existentes no Brasil que inclui: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros. Para maiores informações cf. IBGE. *Censo Demográfico de 2010/ Aglomerados Subnormais primeiros resultados*. Censo demogr., Rio de Janeiro, p. 1-259, 2010. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006960012162011001721999177.pdf>. Acesso em: 02/04/2013.

vinculados ao projeto de pesquisa *Território e Segregação Urbana: O Lugar da População Negra em Londrina (2006-2012)*¹³ que mostra que 33% das famílias que migraram de seus lugares de origem para a cidade de Londrina são de origem mineira e 30% de origem nordestina (principalmente da Bahia). 18% são do estado de São Paulo e Goiás, Paraná e Santa Catarina completam os 19% restantes.

Este estudo indica que as migrações internas da população negra têm como uma das principais determinantes estruturais as desigualdades regionais, mais especificamente a segregação geográfica - o grupo negro, em regiões brasileiras subdesenvolvidas, e o grupo branco em regiões brasileiras desenvolvidas - intensificada no período após a abolição do sistema escravocrata. Conclui-se que, entre as décadas de 1940 e 1980, os fatores de expulsão, decorrentes de fatores de mudança e de estagnação, induziram mineiros e nordestinos a migrar em direção às cidades com polos de desenvolvimento econômico, como Londrina, em busca de meios de vida, atraídos principalmente pelas ofertas de trabalho. Nessa perspectiva, a segregação geográfica de negros e brancos no Brasil aparece como uma das principais causas estruturais das migrações internas, aqui entendidas como processo social. As desigualdades regionais impeliram o grupo negro a se pôr em movimento em busca de melhores oportunidades ou, ao menos, de condições mínimas de sobrevivência em outras áreas.

Todavia, os deslocamentos das famílias negras não cessam quando estas migram de suas regiões de origem para o lugar de destino. Ao chegar à nova sociedade, outra vez o grupo negro é posto em movimento, porém, os seus deslocamentos passam a ser intraurbanos, isto é, dentro da cidade, em busca de moradia. A tendência predominante é que essas famílias se deslocavam para lugares cada vez mais distantes das regiões centrais e dos bairros mais consolidados e passavam a ocupar bairros pobres relegados.

¹³ Esse Projeto de Pesquisa, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Nilza da Silva, cadastrado na PROPPG sob o nº 04312 teve a duração de 2006 a 2008. De 2009 a 2012 foi realizada a sua segunda etapa: Território e segregação urbana: o lugar da população negra em Londrina - II.

Contata-se que os entrevistados e seus familiares são sujeitos muito pobres, que tiveram limitadas oportunidades educacionais ou nem chegaram a tê-las. De modo geral, o que as falas dos entrevistados revelam em relação à condição específica do negro, é que este grupo social apresenta inúmeras barreiras educacionais, precárias condições de trabalho e uma sociabilidade limitada que lhes invisibiliza o desenvolvimento, que os discrimina.

Verifica-se ainda que as desigualdades existentes no campo se projetaram para o Brasil urbano. Um fato importante, já mencionado, mas que vale a pena reforçar, é que a maioria dos migrantes negros é proveniente do estado de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro e as primeiras favelas de Londrina, iniciadas na década de 1950 – Pito Aceso e Vila do Grilo, atual Vila da Fraternidade – foram justamente iniciadas por famílias oriundas de Minas Gerais e do Nordeste.

Como já havia sido afirmado por Carlos Hasenbalg, o racismo é compatível com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A dominação racial e o *status* inferior do negro persiste porque o racismo assume novas configurações e continua a atender interesses materiais e simbólicos da elite branca dominante, que desqualificam os negros em várias dimensões. A industrialização não eliminou a raça como critério de estruturação das relações sociais. “Embora a industrialização e o desenvolvimento econômico possam diminuir o grau das desigualdades raciais, a posição relativa dos grupos raciais na hierarquia social não é substancialmente alterada” (HASENBALG, 1979: 173). Essa evidência de Hasenbalg lançada em 1979 pode ser enfaticamente reafirmada na atualidade.

REFERÊNCIAS

BRITO, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. – BeloHorizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.20p. (Texto para discussão; 366).

CÔRTEZ, Geraldo de Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro à Sociedade de Classes*. São Paulo, 1964.

FRESCA, Tania Maria et al. *Ocupações Irregulares*. Londrina, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 1999.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

LONDRINA, Prefeitura do Município de Londrina–Secretaria de Planejamento–DP/GPI. *Perfil do Município de Londrina – 2011 (Ano-Base 2010)*. Londrina, 2011.

MATA, Milton da. *Urbanização e Migrações*. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, outubro, 1973.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

RAZENTE, Nestor. *Segregação socioespacial nas cidades da Região Metropolitana de Londrina – Paraná – Brasil*. Arqutextos - Vitruvius, n. 137.06, 2011. ISSN1809-6298.

SINGER, Paul, 1932. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. *Migrações internas*: considerações teóricas sobre o seu estudo, in *Migração Interna, Textos Seleccionados*, tomo I, coordenador, MOURA, HÉLIO; Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980.

SILVA, Maria Nilza. *Nem para todos é a cidade*: segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília, DF: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.

SILVA, Nelson do Valle. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio S. A; HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a máscara*: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 33-51.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira*: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

THOMPSON, Paul, 1935 – *A Voz do Passado: história oral*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



NAS FRANJAS DA CIDADE: o cotidiano dos moradores negros do Jardim União da Vitória

Alexsandro E. P. de Souza¹

INTRODUÇÃO²

Característica nacional, as desigualdades raciais têm sido objeto de estudos, sobretudo das ciências sociais desde o início do século XX. Nesse longo período, muito se desvendou do paradoxal e intrínseco caminho que liga o racismo ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro (HASENBALG, 1979; BASTIDE e FERNANDES, 2008; MUNANGA, 2008). Todavia, mesmo diante dos importantes achados teóricos que explicitam os meandros constituintes e conservadores das desigualdades raciais, há ainda uma resistência por parte de acadêmicos e também do senso comum, que desconsidera os fatores raciais no que tange às desigualdades socioeconômicas, dando assim uma exclusividade acrítica à realidade produtiva capitalista, que tende a excluir, “sem distinção”, grande parte da população do acesso a bens socialmente produzidos. Este texto tem por objetivo explicitar a realidade social vivenciada pelos negros³ residentes na periferia da cidade, optando por focar o Jardim União da Vitória, localizado na zona sul de Londrina – Paraná. A escolha desse bairro, em detrimento de outros com características semelhantes, no que tange à falta de políticas públicas e urbanas de qualidade, se deve ao fato de que este é o primeiro e mais expressivo assentamento urbano do município em população e expansão. Suas primeiras ocupações ocorreram em agosto

¹ Doutorando em Serviço Social e Mestre em Ciências Sociais pela UEL. E-mail: alex.eleoterio@gmail.com.

² Baseado em SOUZA, Alexsandro Eleotério Pereira de. *Sociabilidade e Racismo: os limites socialmente impostos ao bem-estar dos negros em Londrina*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina – UEL.

³ Aqui, negros são a soma da população que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE considera como preta e parda.

de 1985, com 15 famílias provenientes da zona rural da cidade e da favela Okay⁴, castigada por um dos maiores índices de desemprego da cidade (DORES, 2005, p. 76-77). Assim, ao retratar a realidade social dos moradores desse bairro, buscou-se compreender e explicitar como o racismo tende a catalisar os limites socioeconômicos impostos à população pobre e negra em Londrina que, desprovida de capital econômico e cultural, tem sua sociabilidade e seu bem-estar ainda mais restritos pela discriminação racial cotidianamente vivenciada.

Destarte, para se chegar à compreensão da realidade em foco, optou-se pela utilização da estratégia “bola de neve”⁵, sendo, em consequência, realizadas dez entrevistas com moradores do bairro que se autodeclararam negros. Os entrevistados foram encontrados através da indicação de colegas, professores universitários e familiares. Para preservar sua respectiva identidade, foram utilizados pseudônimos, a saber: Amélia, Barbara, Deise, Laura, Heloisa, Iray, Cléber, Eron, Márcio e Pedro.

O relato das trajetórias de vida bem como do cotidiano destas pessoas vivenciado tanto no bairro quanto fora dele, nos permite - como veremos nas páginas que seguem - compreender como uma realidade socioeconômica instável tende a se fragilizar de forma substancial em consequência do racismo e da discriminação racial.

A PEQUENA LONDRES⁶

Londrina é uma cidade paranaense situada ao norte do Estado; foi fundada em 1934 e conta atualmente com uma população estimada em 515,707 habitantes (IBGE 2012). Em relação às grandes metrópoles, esta é uma cidade nova e com um contingente populacional médio.

⁴ Atualmente Bairro Nova Conquista.

⁵ VALLADARES, L. D. *A visita do Robert Park ao Brasil, O “homem marginal” e a Babia como laboratório*. Caderno CRH. Salvador, v. 3, n. 58, p.35-49, 2010, p. 18.

⁶ Significado do nome Londrina, dada em homenagem a cidade de Londres. Isso se deu ao fato de que a empresa responsável por sua colonização, a Companhia de Terras Norte do Paraná, era de matriz inglesa.

Projetada por uma empresa privada – Companhia de Terras do Norte do Paraná⁷ – a cidade foi constituída por meio da repartição em terrenos e lotes relativamente pequenos, facilitando-se aos trabalhadores sem posses a oportunidade de adquirir uma propriedade⁸.

Os emigrantes da região sudeste, sobretudo, dos estados de Minas Gerais e São Paulo, representaram o maior contingente na cidade. Já, os grupos estrangeiros imigrantes em Londrina são constituídos por italianos, seguidos por portugueses, japoneses, alemães e espanhóis; outros grupos migratórios menores são os árabes, judeus, britânicos, chineses, argentinos, holandeses, poloneses, ucranianos, tchecos e húngaros. O Consulado Italiano de Londrina estima que mais de um terço da população do norte do Paraná são descendentes de italianos, individualmente o maior grupo étnico da região. A comunidade japonesa de Londrina soma cerca de 25.000 indivíduos com, aproximadamente, 5% da população (entre nacionais e descendentes), sendo a segunda maior do Brasil e uma das maiores do mundo fora do Japão⁹. Em consequência, sem uma identidade cultural definida, Londrina começa a identificar-se culturalmente a pátria de sua fundação, mesclando o hábitos nacional ao dos imigrantes.

Em nossa época, Londrina é uma cidade que se vê em contínuo desenvolvimento, com elevados índices sociais e com o 10º melhor IDH - dentre os 399 municípios do estado - e o 50º maior Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro com renda *per capita* de R\$ 17 533,93 segundo dados do Censo 2010.

⁷ Loteadora inglesa cuja sede se instalou no Paraná em 1929.

⁸ CASTELNOU, Antonio Manoel N. “*Panorama geral da arquitetura londrinense*”. Monografia (Graduação de Arquitetura e Urbanismo) – CESULON, Londrina, 1996.

⁹ Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) 2012. Cf.: em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=86000>. Visitado em 03/03/13.

O NEGRO EM LONDRINA¹⁰

A população negra em Londrina é representada por 26,07% do total de habitantes, segundo dados do IBGE de 2012. Todavia, mesmo com esse significativo contingente, a história dos negros londrinenses é constantemente invisibilizada¹¹. Nos registros oficiais da cidade, nota-se a tendência em se preservar a memória dos grupos hegemônicos. Valoriza-se desta forma a memória dos ingleses e dos japoneses, considerados pioneiros, e silencia-se a memória da população negra que contribuiu, sobretudo, com o trabalho braçal para a expansão agrícola da cidade. Nesse sentido, a memória coletiva está associada ao capital financeiro, pois só são lembrados na história oficial os grupos que contribuíram com o capital econômico para a formação da cidade de Londrina.

As estratégias utilizadas para a manutenção do poder dos donos do capital e para a invisibilidade dos negros em Londrina interferiram, assim como em outras cidades do país, diretamente no destino e na trajetória de toda essa população (HASENBALG, 1979). Os desdobramentos da escravidão e os padrões tradicionalistas ainda perduram nas sociedades, mantendo constantemente a discriminação e a exclusão do segmento populacional negro (MUNANGA, 2008).

Os “pioneiros” têm seus nomes gravados em ruas da cidade, além de monumentos que homenageiam sua cultura, como a praça Tomi Nakagawa, situada na área central e inaugurada em 2008 em honra aos japoneses. Também os ingleses, apesar do reduzido número, receberam homenagens com a instalação em 2010, no Calçadão¹², de algumas cabines telefônicas em estilo londrino e, recentemente - em

¹⁰ Cf.: em SOUZA, Alexandro Eleotério Pereira de. *Sociabilidade e Racismo: os limites socialmente impostos ao bem-estar dos negros em Londrina*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina – UEL.

¹¹ Cf.: em SILVA, Maria Nilza da. *O negro em Londrina: da presença pioneira negada à fragilidade das ações afirmativas na UEL*. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. 82, p. nº82, 2008.

¹² Avenida Paraná, região central de Londrina.

abril de 2014 - com a inauguração de uma passarela na BR-369, em Londrina, com torres que lembram o Big Ben¹³.

Além destes, alguns nacionais foram homenageados ao longo da história londrinense com grandes avenidas e ruas que valorizam os algozes¹⁴ da população negra, tais como a Avenida Bandeirantes e a Rua Jorge Velho ambas na região central. Na periferia da cidade, a Rua Zumbi dos Palmares¹⁵ e a unidade básica de saúde¹⁶ Dr. Justiano Climaco da Silva¹⁷ que contam com um mínimo de prestígio¹⁸. Observa-se, assim, que os negros continuam, mesmo quando prestigiados, na periferia londrinense.

Quando atentamos para aos heróis nacionais e também para os pioneiros regionais, brancos e negros, podemos perceber, de um lado, a estreita relação entre o prestígio dos “heróis” e “pioneiros” brancos, donos do capital financeiro empregado na fundação de Londrina, e de outro, espaços menos nobres reservados a um ou outro herói e pioneiro negro, como Zumbi e Doutor Climaco, vítimas do racismo brasileiro.

Ainda sobre os negros moradores de Londrina, a vivência empírica nos leva à percepção de que eles estão significativamente muito menos representados nas regiões centrais, ficando relegados às regiões periféricas da cidade. Maria Nilza da Silva observa:

O lugar urbano e social que o negro ocupa não é o mesmo do branco. A separação é evidente, embora haja um permanente controle para que possa parecer que todos têm o mesmo tipo de acesso a algo de interesse (2006, p. 70).

¹³ Monumento inglês.

¹⁴ Homens cujo impulso desbravador durante o período colonial consistiu em penetrar os sertões brasileiros em busca de riquezas minerais, sobretudo a prata e de indígenas e negros para escravização, além de serem responsáveis pelo extermínio de quilombos.

¹⁵ Líder do quilombo dos palmares, o mais emblemático dos quilombos brasileiros. Esta rua se localiza no Jardim União da Vitória, periferia da zona sul de Londrina.

¹⁶ Localizada no Conjunto Habitacional Vivi Xavier, periferia da zona norte de Londrina.

¹⁷ Médico e primeiro deputado estadual londrinense Cf.: em PANTA, Mariana; SILVA, Maria Nilza da. *O Doutor Preto Justiniano Climaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina*: UEL, 2010.

¹⁸ Zumbi foi homenageado por ser uma referência de resistência do povo negro, e Dr Clímaco por ser um pioneiro negro, e o primeiro deputado negro eleito por Londrina.

A percepção de que brancos e negros não têm o mesmo tipo de acesso material e imaterial é algo escamoteado pelo cotidiano, sobretudo, pela inexistência de meios oficiais de segregação racial e pela negação do racismo no Brasil. Todavia, quando, a exemplo dos sociólogos e antropólogos da *Escola de Chicago*, realizamos uma análise acerca do cotidiano da cidade, caminhando por diferentes regiões, tal realidade facilmente se explicita. No centro, nas lojas, *shoppings*, restaurantes, bancos, etc., os negros são encontrados de forma desproporcional ao seu número de habitantes e quando encontrados estão, em sua grande maioria, exercendo funções de trabalho tidas como socialmente inferiores¹⁹ e não usufruindo das benesses de tais espaços.

REALIDADE RACIAL BRASILEIRA

No que tange à realidade das relações raciais entre brancos e negros no Brasil, a socióloga Maria Nilza da Silva explica,

No Brasil (...), jamais existiu uma separação oficial como nos Estados Unidos [e na África do Sul]. Mas os estudos mostram que as políticas urbanas que vêm sendo implementadas ao longo de toda a história da cidade priorizam as regiões que concentram a população com alto poder aquisitivo, em detrimento, salvo raras exceções, daquelas áreas destinadas aos pobres e notadamente aos negros que estão na base da pirâmide social (SILVA, 2006, p. 23).

Segundo o geógrafo Milton Santos, território, cultura, economia e política são conceitos necessários para a compreensão do funcionamento do mundo social globalizado. Santos também acredita que o território é o único espaço no qual as pessoas têm a possibilidade de serem cidadãs. Isso se deve ao fato de que é somente nesse espaço que os indivíduos podem reivindicar direitos sociais previamente

¹⁹ Estas se constituem, sobretudo, em trabalhos para os quais a cobrança de nível educacional se restringe ao ensino médio e/ou para cuja realização se requer atividade apenas braçal.

instituídos; é quando do usufruto de tais direitos que se tornam cidadãos. Então ele nos alerta para a seguinte problemática:

A plena realização do homem, material e imaterial, não depende da economia, como hoje entendida pela maioria dos economistas que ajudam a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não material, que inclua a economia e a cultura. Ambos têm que ver com o território e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade. É no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Esta, cidadania, pode ser entendida como [...]uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância (SANTOS, 2007, p. 18-19).

As análises de Santos nos levam à compreensão de que o território habitado pelos diferentes sujeitos tem uma importância ímpar para sua respectiva sociabilidade, daí a essência do alerta de Silva (2006) de que “as áreas destinadas aos pobres e notadamente aos negros” (p.23) são, em sua maioria, preteridas pelas políticas urbanas. Sobre a segregação social urbana, Tereza P. do R. Caldeira explica:

[...]o espaço público não mais se relaciona ao ideal moderno de universalidade. Em vez disso, ele promove a separação e a ideia de que os grupos sociais devem viver em enclaves homogêneos, isolados daqueles percebidos como diferentes. Consequentemente, o novo padrão de segregação espacial serve de base a um novo tipo de esfera pública que acentua as diferenças de classe e as estratégias de separação. [...]O principal efeito da legislação urbana inicial foi estabelecer a disjunção entre um território central para a elite (o perímetro urbano), regido por leis especiais que eram sempre cumpridas, e as regiões suburbanas e rurais habitadas pelos pobres e relativamente não legisladas, onde as leis eram cumpridas com menos rigor (CALDEIRA, 2000, p. 212 e 216).

Os dados econômicos e sociais²⁰ demonstram que os negros ocupam as piores posições nos mais diferentes indicadores sociais e que a existência do racismo tende a desqualificar e inferiorizar os negros brasileiros. Nesta perspectiva, eles sofrem restrições quanto ao acesso aos territórios com maior prestígio social, o que tende a, historicamente, mantê-los em territórios socialmente desprestigiados e nos quais a infraestrutura é de má qualidade (SILVA, 2006).

O JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA E SEUS MORADORES

O Jardim União da Vitória tem como principal peculiaridade o baixo prestígio social no meio londrinense. Desprovido de boa infraestrutura urbana e em local distante²¹ do centro londrinense, não propicia aos moradores o acesso a bens e serviços, ao contrário, dificulta-o. Outro fator que tende a desprestigiá-lo é a alta taxa de criminalidade e violência em relação a outros bairros da cidade, o que, por sua vez, fez com que fosse instalado nele a primeira Unidade Paraná Seguro (UPS) da cidade, um módulo policial fixo, cujo objetivo é o monitoramento intensivo do bairro, a fim de reduzir os índices de criminalidade.

Atualmente o Jardim União da Vitória possui uma população média de 11.930 habitantes, sem considerar as encostas (União V e VI), sendo considerado o bairro mais populoso da cidade. Os moradores mais antigos do bairro (União I, II, III e IV) têm acesso aos serviços públicos básicos, porém de má qualidade, e os moradores mais recentes constroem suas moradias nos morros ou nas encostas com declividade acentuada e conseqüente risco para as famílias (DORES, 2005, p. 89). Longe do centro urbano londrinense, esta realidade é desconhecida por grande parte da população, pois os moradores da cidade procuram apenas as partes mais urbanizadas e com melhor infraestrutura.

²⁰ Cf.: Censo IBGE 2010.

²¹ Aproximadamente 16 km.

No que diz respeito aos moradores do bairro, conforme relatam os entrevistados, estes possuem nível de educação formal que não ultrapassa o ensino médio incompleto; ocupam postos de trabalhos socialmente desprestigiados, tais como os de pedreiro, servente, doméstico, pintor e garçom; e têm em média 4 filhos. Para compreendê-lo passa-se à explicitação de fragmentos da realidade dessas pessoas, experienciados tanto no bairro, quanto fora dele.

DA PERIFERIA AO CENTRO DA CIDADE: RUMO ÀS BENESSES DA URBANIDADE

Ao falarem sobre o tempo de deslocamento entre o bairro e seus respectivos trabalhos e/ou áreas de lazer, localizados próximo ao centro urbano londrinense, os entrevistados disseram demorar em média 40 minutos num percurso que tem aproximadamente 16 km, sendo o único meio de locomoção o transporte público. Mesmo que relativamente pequena, esta distância é responsável, como veremos, por garantir uma separação social que tende a dificultar, e muito, as condições de vida destes indivíduos que, sem a infraestrutura adequada no bairro, têm de se deslocar a outras regiões para a utilização de serviços ordinários:

Não tem nada pra fazer aqui, agora que tá começando a aparecer alguma coisa (Iray, 51 anos, doméstica).

O que eu menos gosto são as subidas, porque aqui tem muita subida (Barbara, 36 anos, auxiliar de serviços gerais).

O que eu menos gosto é dessa falta de infraestrutura que é brava... (Cleber, 37 anos, pintor).

O que eu menos gosto é dessa molecada na rua sem fazer nada, acho que deveria ter uma escola de curso profissionalizante pra essa molecada ficar o dia inteiro na escola (Pedro, 30 anos, autônomo).

Como apontado nos depoimentos, a falta de planejamento urbano, a falta de espaços de lazer, a falta de políticas públicas educacionais são as principais deficiências urbanas que marcam o dia-a-dia dos moradores deste bairro, e lhes causam alguns contratempos obrigando

aos dotados de algum recurso a se dirigirem a outras regiões, sobretudo à central, a fim de usufruírem de bens e serviços, porquanto onde moram não os têm. Além do mais, o bairro sofre, dia a dia, com a violência.

O MEDO: UM SENTIMENTO CONSTANTE

Questionados sobre se há os espaços de lazer e entretenimento no bairro, os entrevistados explicaram que não os há, mas que a prefeitura está construindo um espaço destinado à realização de atividades físicas e recreativas - denominado de “academia ao ar livre” - para atendimento da população local. Além da falta desses espaços, outro motivo que dificulta usufruir os momentos de lazer é a violência diária. Desta forma, em busca de um ambiente mais harmônico para o descanso e a distração familiar, os moradores têm de se deslocar a outras localidades, como pode ser observado:

Não fico aqui (no bairro) acho que por medo, há muita violência às vezes, eu mesmo saio pra fora do bairro pra me divertir (Amélia, 51 anos, servente).

Aqui, o bairro é muito violento, não dá pra sair muito (Cleber, 37 anos, pintor).

Muitas mães preferem que os filhos saiam fora do bairro pra se divertir do que ficar aqui, e isso é pela violência, né? (Iray, 51 anos, doméstica).

A violência é cotidianamente vivenciada pelos entrevistados e exposta na mídia televisiva e impressa. É uma realidade que acaba por estigmatizar a população do bairro que, não obstante ser, em sua maioria, constituída de trabalhadores, é vista pela sociedade londrinense como marginal e violenta. Sendo assim, em muitos casos, os moradores acabam perdendo seus postos de trabalho ou têm dificuldade para serem contratados, o que fragiliza ainda mais uma realidade social já limitada. Ao analisar este fato, os entrevistados nos dão os seguintes depoimentos:

O União é mal visto... As pessoas acham que aqui só mora ladrão e quem sofre como isso é a gente (Márcio, 34 anos, pedreiro).

A turma acha que quando você vai entrar em uma empresa você vai roubar, que você mexe com drogas, essas coisas assim, então é isso (Cleber, 37 anos, pintor).

Aqui antigamente, bem no começo foi muito difícil, porque foi começo... Então tudo que acontecia de ruim o pessoal falava que era aqui, aqui tem uma fama assim de ser um bairro bem violento, mas com o passar dos anos isso melhorou (Bárbara, 36 anos, auxiliar de serviços gerais).

Muitas patroas, quando a gente sai daqui e vai procurar serviço, perguntam: “ah, onde você mora?” “Eu moro no União.” “Ah! Mas lá é assim, assim [falando mal do bairro]”, às vezes já não pega pra trabalhar (Deise, 65 anos, doméstica).

Há alguns anos atrás pra gente arrumar emprego... Quando falava que morava no União, a pessoa não aceitava, dava uma desculpa, “ah! vem tal dia, já preencheu a vaga”, então fica difícil (Iray, 51 anos, doméstica).

Verifica-se portanto que, além das dificuldades encontradas pela falta de infraestrutura do bairro, os entrevistados têm ainda que lidar, diariamente, com outros dois elementos sociais: a discriminação socialmente imposta pelos moradores de bairros e regiões vizinhas e a violência de uma parte dos habitantes do próprio jardim União da Vitória. Contudo, como veremos nos depoimentos do próximo sub-tema, esta é uma realidade mais promissora do que a vivenciada nas respectivas cidades das quais nossos entrevistados emigraram, daí um sentimento de êxito pessoal, em relação a seus pais, na “luta” diária por sobrevivência.

UMA REALIDADE ÁRDUA, TODAVIA MELHOR QUE A DE OUTRORA

Dos dez entrevistados, Eron é o único nascido em Londrina. Amélia, Cleber, Iray, Laura, Márcio, Heloisa e Pedro vieram de localidades próximas a Londrina - Maravilha, Alvorada do Sul e Lerrovile -, cuja base econômica é a pequena agricultura. Bárbara

e Deise vieram de cidades dos estados do Piauí e Minas Gerais, respectivamente, contudo, apesar das singularidades regionais caracterizadas por este distanciamento geográfico, a realidade social delas se assemelha, e muito, à dos demais entrevistados.

A migração dos dez se deu durante sua infância ou adolescência e, portanto, puderam vivenciar o cotidiano de duas realidades distintas, a de sua origem e a da pequena Londrina. Sua vinda para Londrina foi impulsionada pela busca por melhor qualidade de vida, expressa por melhores salários e pelo acesso a tratamento médico especializado. Questionados sobre os motivos de suas migrações, responderam que migraram pelo desejo de sair das precárias condições de vida em que se encontravam, como podemos verificar em trechos das falas de Amélia, Pedro, Eron, Barbara, Deise e Laura, na devida ordem:

Eu vim por [causa da] doença da minha mãe, e a gente sabia que em Londrina tinha médico pra cuidar da doença dela (Amélia, 51 anos, servente).

Ambos [pais] vieram para trabalhar [...] e eu gosto daqui por Londrina ser grande e você ter mais disponibilidade de serviço (Pedro, 30 anos, auxiliar de laboratório).

Minha mãe é aqui do Paraná e meu pai é de Minas Gerais, o pai veio para o Paraná à procura de trabalho (Eron, 33 anos, motorista).

Eu vim à procura de trabalho, sozinha (Bárbara, 36 anos, auxiliar de serviços gerais).

Se meus pais vieram, eu também tive que vir, eu tinha oito anos, e eles vieram pra cá porque lá não dava mais, não dava dinheiro (Deise, 65 anos, doméstica).

Vim por problema de saúde, pra cuidar da minha saúde (Laura, 44 anos, serviços gerais).

Podemos verificar, nos depoimentos, que a vinda para Londrina foi o meio encontrado para superar a precariedade vivenciada em suas cidades natais. Quando questionados sobre a realidade vivenciada em suas respectivas cidades de origem, deram as seguintes respostas:

Em Lerroville²² eu morei em 1980, e na década de oitenta não tinha essas coisas, luz, rede de esgoto, era tudo à vela ou lampião, em algumas casas que a gente morou tinha luz, igual numa perto do campo de futebol, mas em outras não. Então a maior dificuldade foi lá, aqui é bom (Pedro, 30 anos, auxiliar de laboratório).

Eu não gostava muito não, porque era um sítio, bem tranquilo, e eu gosto mais de agitação, gosto daqui [Londrina] (Eron, 33 anos, motorista).

Porque lá [estado do Piauí] não tinha condições escolares, lá não tem condições de salário bom, emprego é difícil, lá tudo é difícil, agora aqui é outra coisa (Bárbara, 36 anos, auxiliar de serviços gerais).

Lá [estado de Goiás] a gente fica longe dos recursos, de tudo, já aqui tem tudo que a gente precisa, mercado, trabalho, escola, essas coisas (Deise, 65 anos, doméstica).

A mudança para a cidade trouxe, segundo todos os entrevistados, o que almejavam: melhoria na qualidade de vida, conquistada pelo acesso a melhor infraestrutura - em relação às cidades de onde emigraram - disponibilizada, em grande parte, por cidades de médio e grande porte (SANTOS, 2007). Desta forma, a fim de compreender qual o grau de satisfação experimentada na realidade vivida no bairro, foi perguntado a eles o que pensavam sobre suas próprias trajetórias, e todos afirmaram ter havido uma significativa melhora em suas vidas comparada com a realidade anterior vivida com seus pais, vejamos:

Melhorou muito, muito mesmo, em relação a tudo melhorou. Porque a gente não tinha nada, hoje a gente praticamente tem tudo. Hoje a gente tem uma casa, tem emprego, meu pai não é muito saudável, mas tem uma aposentadoria, tem a casinha dele, eu tenho a minha, nossos irmãos todos têm sua própria casa (Amélia, 51 anos, servente).

Melhorou..., a tendência da gente é só melhorar (Pedro, 30 anos, auxiliar de laboratório).

Melhorou bastante, essas coisas de serviço, hoje é diferente, sem roça, teve estudo, o pouco de estudo já deu pra dar uma clareada na mente (Iray, 51 anos, doméstica).

²² Distrito de Londrina.

Melhorou, eu acho que financeiramente, melhorou muito (Heloisa, 49 anos, garçonete).

Verifica-se que os entrevistados creditam a melhora da qualidade de vida às variadas possibilidades de mobilização individual e social encontradas no meio urbano que, por sua vez, tendem a proporcionar aos diferentes indivíduos - independentemente do acesso a capitais sociais específicos - o alcance de melhores condições materiais de vida, pela aquisição de bens e serviços. Todavia, ainda que tenham a sensação de que alcançaram uma significativa ascensão social e econômica, em relação a seus pais, os entrevistados têm a consciência de que vivem uma realidade social precária e sabem que têm muito a avançar em suas conquistas individuais e sociais. Vejamos os depoimentos que elucidam essa percepção:

O que eu mais gosto daqui, é da minha casa, e eu não gosto do bairro (Heloisa, 49 anos, garçonete).

O que eu menos gosto é da violência, os adolescentes por qualquer coisinha tão brigando, isso é o que eu menos gosto, porque as molecadas estão demais, e na minha rua tem bastante (Iray, 51 anos, doméstica).

Aqui é muito violento (Claudio, 37 anos, pintor).

Que eu saiba, agora apareceu uma academia ao ar livre, não tem nada... Não tem uma praça, não tem nada, nada (Laura, 44 anos, serviços gerais).

Entende-se, portanto, que houve significativa mobilidade social por parte de todos os entrevistados, contudo, mesmo com este significativo avanço social, os negros continuam na base da pirâmide econômica e social londrinense, como ocorre em outras regiões do país (HASENBALG, 1979; SILVA, 2004; IBGE, 2010). Outro fator da realidade das periferias urbanas é a violência, fruto, sobretudo, da falta de investimento público em determinadas regiões urbanas, o que por sua vez tende a dificultar o acesso dos indivíduos aos seus direitos de cidadãos (Santos, 2007).

A “RESISTÊNCIA” DIÁRIA

O fato de todos os entrevistados residentes no Jardim União da Vitória terem no máximo o ensino médio completo aponta para uma realidade de que, quanto mais anos de estudo, melhores são as condições socioeconômicas de negros e brancos (Censo/IBGE 2010). Em decorrência desqualificação profissional, todos realizam trabalho braçal e obtém, por essa razão, um salário que tende a garantir apenas as condições básicas de sobrevivência. Desta forma, acreditam que a vida no bairro, não obstante as limitações urbanas já apontadas, é boa, suprimindo assim algumas de suas expectativas individuais.

Eu acho que aqui é um lugar, pra pessoas como eu, por exemplo: viver as condições de vida que a gente vive aqui é melhor que em outros lugares, aqui é melhor porque é uma população de baixa renda, então aqui é bem melhor (Bárbara, 36 anos, auxiliar de serviços gerais).

Aqui é um lugar bom, não tem que reclamar, aqui onde eu moro é tranquilo, sossegado (Laura, 44 anos, serviços gerais).

O União é um lugar bom, gostoso pra você viver, pra você morar. Eu acho que é um bairro tranquilo (Márcio, 34 anos, pedreiro).

Acho que é um lugar que ficou muito bom, do jeito que era, agora ficou muito bom, bom demais (Deise, 65 anos, doméstica).

Esses depoimentos podem, num primeiro momento, gerar uma percepção equivocada sobre uma postura paradoxal dos entrevistados, contudo, é preciso atentar para os diferentes sujeitos com cuja situação socioeconômica eles se comparam, a saber, seus familiares, residentes ainda nas cidades de onde procedem os entrevistados, sendo sua realidade urbana e social relativamente melhor que a dos que ficaram. Assim, analisando-se as respostas, fica claro que a realidade atual comparada com a vivida em suas cidades natais mostra que os

entrevistados estão em melhores condições que os que não migraram; já, em relação ao modo de vida da maioria da população de Londrina, eles se sentem inferiorizados.

Os moradores do Jardim União da Vitória são caracterizados pela vivência de uma realidade social ambivalente, expressa em seus depoimentos. Estão satisfeitos por terem se evadido de uma realidade social de escassez, sobretudo, de recursos materiais, e terem agora maior acesso aos bens e serviços que lhes garantem melhor sociabilidade e bem-estar. Todavia, sentem-se frustrados diante de uma nova realidade que lhes oferece novos horizontes mas que nem sempre alcançam, além de continuarem a sofrer preconceitos e discriminação raciais.

O RACISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NUMA REALIDADE SOCIAL JÁ FRAGILIZADA

O mercado de trabalho é uma das áreas nas quais as desigualdades raciais são mais explícitas, sendo objeto de pesquisa de inúmeros estudiosos, tais como Hasenbalg (1979) e Fernandes (1972). Questionados sobre o sentimento de racismo ou alguma forma de discriminação racial, tanto na admissão quanto no ambiente de trabalho, os entrevistados deram as seguintes respostas:

Já senti isso sim... quando a mulher [patroa] soube que..., primeiro pela minha cor e depois pelo local que eu morava, aí ela me dispensou... Eu fui até a rádio, programa do Zezão²³, aí imediatamente surgiu cinco serviços pra mim. Ela falou pra mim que se o marido, não por ela, mas pelo marido dela, que a hora que ele viesse almoçar não ia se sentir bem de ver uma pessoa de cor, ela não chegou a me chamar de negra... Mas eu me senti muito humilhada, uma pessoa de cor na casa dela. Ela pediu pra que eu trocasse de roupa e que me retirasse da casa dela (Amélia, 51 anos, servente).

Teve uma vez no serviço que uma chefe me chamava de "negrice, negrice, negrice", aí um dia..., ela disse que tava brincando, falou pra mim "vem cá macaca" e aquilo me doeu por dentro, e eu cheguei perto dela e disse: "você não

²³ Programa de rádio transmitido em âmbito regional.

fala mais isso, porque eu não gostei”, ai ela disse “ai desculpa, desculpe”, me abraçou, mas... (Iray, 51 anos, doméstica).

Já teve algumas brincadeiras dos colegas, porque eu sou muito zoão²⁴, normal. Tipo assim, me chamava de negão, macaco, mas tudo brincadeira. (Pedro, 30 anos, auxiliar de laboratório).

Um ex-chefe meu, me chamava de negão, macaco, essas coisas assim, Mas eu precisava do emprego... Fazer o quê? (Cleber, 37 anos, pintor).

Como observado, a discriminação racial sofrida pelos entrevistados é explícita, não deixando qualquer dúvida de que são preteridos nos ambientes de trabalho pela cor de sua pele. Contudo, passam a diferenciar-se pela forma como agem diante destas situações. Amélia e Iray não as toleram, ao menos, como se vê nos episódios mencionados, e explicitam seu inconformismo com a discriminação vivenciada, aquela denunciando o fato ocorrido nos meios de comunicação, e esta mostrando-se revoltada pela rejeição e pela discriminação racial. Já, outra postura diante da mesma situação, como verificado nas falas de Pedro e Cleber é a tolerância, vista com clareza no depoimento do primeiro, que abrandava o racismo e o trata como uma brincadeira ingênua dos colegas de trabalho, como também desse segundo, que vendo o racismo como uma normalidade no ambiente de trabalho, o recebe de forma passiva, a fim de manter o posto de serviço e as relações sociais.

Faz-se necessária a percepção de que essa discriminação racial vivenciada, em particular, no ambiente de trabalho é a precursora da limitação socioeconômica que será uma das principais responsáveis - paralelamente ao acesso desigual à educação formal²⁵ - por criar uma fissura nas condições de vida de negros e brancos residentes no jardim União da Vitória. Desta forma, àqueles primeiros caberá uma realidade social cuja infraestrutura urbana é a mesma usufruída por estes segundos, ou seja, de má qualidade, todavia, com desigualdades

²⁴ Debochador/debochar.

²⁵ Cf.: em Cavalleiro, Eliane. *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001; Munanga, Kabengele. (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2000.

socioeconômicas que farão com que os negros tenham suas já precárias condições de vida ainda mais prejudicadas, o que tende a diferenciar o grupo negro do grupo branco, no que tange a qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos de fato em uma sociedade capitalista cuja essência é o lucro e, por conseguinte, a desigualdade econômica, logo, a pobreza - expressão desta realidade - é tida com certa naturalidade pelos indivíduos que a compõem. Todavia, como visto neste texto, além das limitações materiais, característica daqueles que vivem em situação de privação econômica, os negros pobres, como nos mostra o relato dos entrevistados, têm ainda de lidar com restrições além das impostas pelo pelos fatores socioeconômicos, o racismo e a discriminação racial, fragilizando-se, sobremaneira, a realidade social.

É a esta realidade social vivenciada pela população negra que buscamos dar maior visibilidade. Tal fato se dá na expectativa de que o *problema do negro*, explícito pelas variáveis socioeconômicas e das desigualdades raciais, passe a ser visto e entendido não como uma dificuldade individual, cuja resolução está nas mãos daqueles que o vivenciam, mas sim como um problema social, engendrado e mantido cotidianamente pelo tecido social, logo, passível de transformação pela conscientização e determinação do mesmo.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. 4ª edição, Editora: Anhembi, São Paulo, 2008.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora34, 2000.

CARONE & M. A. BENTO (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo*. 5º Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DIWAN, Pietra. *Raça pura: Uma História da Eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

DORES, Júlia L. Pereira das. *Exclusão Social, políticas públicas e representações sociais na cidade de Londrina PR: um olhar sobre o assentamento urbano Jardim Maracanã*. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2005.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra* (3ª. ed.). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. Editora Nobel, São Paulo, 2007.

SILVA, Maria Nilza da. *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. 1. ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares - Ministério da Cultura, 2004.

_____. *O negro em Londrina: da presença pioneira negada à fragilidade das ações afirmativas na UEL*. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. 82, p. n.º82, 2008.

SOUZA, Alexsandro Eleotério Pereira de. *Sociabilidade e Racismo: os limites socialmente impostos ao bem-estar dos negros em Londrina*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina – UEL.

VALLADARES, L. D. *A visita do Robert Park ao Brasil, o “homem marginal” e a Bahia como laboratório*. Caderno CRH. Salvador, v. 3, n. 58, p.35-49, 2010, p. 18.



EDUCAÇÃO DAS POPULAÇÕES NEGRAS: Uma história de segregação e negação

Margarida de Cássia Campos¹

INTRODUÇÃO

Sabe-se que, desde o início da colonização, a educação brasileira apresentou-se de forma discriminatória e excludente; apenas os filhos das elites tinham direito à escola básica e à universidade, enquanto que os filhos dos grupos sociais não tiveram acesso aos bancos escolares. Este tipo de estrutura manteve intacta a perpetuação das relações de poder.

Este trabalho é fruto de pesquisas realizadas junto ao LEAFRO (Laboratório de Cultura e Estudos Afro-brasileiros) vinculado à Universidade Estadual de Londrina. Seu objetivo é discutir o acesso à educação da população negra a partir de debates teóricos sobre os mecanismos utilizados para limitar-lhe o acesso ao ambiente escolar; e também responder à seguinte questão: Quais os mecanismos que cercearam o acesso à educação das populações negras? Como caminho metodológico utilizou um levantamento bibliográfico sobre a temática discutida.

Espera-se que esse debate se some às discussões a respeito da educação a que têm tido acesso os negros desde o início do século XIX até os dias atuais, no sentido de contribuir para o desvendamento do racismo que impera, nas mais diversas entidades da sociedade brasileira, incluindo a escola.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Geociências da UEL e pesquisadora do LEAFRO/UEL.
E-mail: mcassiacampos@hotmail.com.

EDUCAÇÃO DOS NEGROS DO SÉCULO XVII ATÉ O FINAL DO SÉCULO XIX

Alguns autores como Mariléia dos Santos Cruz (2005) apontam as dificuldades de pesquisar sobre a educação da população negra em especial no período da Colônia, Império, Primeira e Segunda República, pois existem vários documentos sobre a história da escolarização da população brasileira, referentes, porém, às camadas médias. Sobre isso a disciplina de História da Educação Brasileira “e seu campo de pesquisa têm sido veículo de continuísmo da reprodução do tratamento desigual relegado aos negros e índios nessa sociedade” (CRUZ, 2005, p. 22).

Cruz (2005) ainda aponta que esse tratamento desigual conferido aos sujeitos construtores de história, dá a impressão de que existem povos sem história, no caso, negros e indígenas, não lembrados nas narrativas dos autores que discutiram a temática: história da educação brasileira. Cabe então aos pesquisadores do século XXI construir uma nova história de caráter inclusivo, ou seja, discutir sobre uma velha história mostrando como alguns negros conseguiram se alfabetizar e permanecer nos bancos escolares, nos séculos passados e, se não conseguiram, por quê.

Sabe-se que, havia, durante a escravidão, mecanismos severos que cerceavam a presença do negro² na sociedade, como destacam os autores abaixo a partir de uma análise de dados obtidos por Wandercléa Lima (2002):

No período da escravidão uma série de atos oficiais legitimava as restrições que subtraíam aos africanos e seus descendentes direitos sociais e políticos básicos. Era proibido aos escravizados, por exemplo, fazer negócios, alugar casas, andar a noite após as dez horas sem a autorização escrita do senhor, entre outras restrições utilizadas pelo Estado para manter a ordem escravista (SANTOS e SANTOS, 2012, p.04).

² O termo cerceamento significa a interdição aos negros de ter acesso à educação formal.

Segundo Silva e Araujo (2005) a população escrava era proibida por lei³ de frequentar a escola formal, o que, não impediu que alguns negros e negras soubessem ler e escrever não apenas em português como em outras línguas. O professor era ou um padre, ou uma senhora ou uma pessoa de índole humanista que desejava que seu escravo soubesse ler e escrever como homem livre.

Contudo, a mesma lei, que proibia o escravo de frequentar a escola, concedia ao negro liberto, com algum recurso financeiro ou protegido por um senhor, o direito à educação. Mas, alguns autores ressaltam que, não obstante a lei federal certas províncias, como o Rio Grande do Sul, com a lei do ano de 1937, interditavam a escola até mesmo ao negro liberto (VEIGA, 2007 e DOMINGUES, 2007). Essa interdição era motivada pelo temor das elites de que escravos instruídos poderiam questionar a ordem estabelecida.

Fonseca (2005, p. 18) refere que, em Minas Gerais, “a lei⁴ proibia a frequência de escravos às escolas e não de pretos livres ou libertos, mas diz que uma lei, de 1835, muito clara na sua redação” determinava que somente pessoas livres poderiam frequentar a escola, mas proibia aos escravos o acesso as salas de aula, incluindo os negros libertos. Alagoas também não proibia explicitamente o acesso do negro à escola, porém:

O presidente da província de Alagoas apresenta uma oposição entre crianças livres e escravas, mas não se refere à impossibilidade de negros frequentarem escolas. Ao contrário, sugere que as crianças beneficiadas pela Lei do Ventre Livre e os libertos frequentarem escolas noturnas, pois isso impediria o surgimento de dificuldades que, no entendimento dele, poderiam afugentar as crianças livres que frequentavam as aulas no período diurno (FONSECA, 2005, p.19).

Portanto, diz Fonseca (2005) “em Minas Gerais e Alagoas, não encontramos nada que se compare à situação estabelecida no Rio Grande do Sul” (p.9); essas duas províncias não excluíaam os negros de

³ A proibição estava descrita no art. 6, item 1 da Constituição de 1824.

⁴ O autor apenas diz que foi uma lei, porém não destaca o número e/ou a denominação da lei.

estudar desde que fossem libertos. Mas, em Alagoas ao negro liberto era facultado somente a escola noturna, o que, de certa maneira, lhe dificultava um ensino de qualidade, porque tanto a criança como o professor já estavam cansados e o rendimento não era o mesmo que o do ensino matutino ou vespertino. Essa situação, é sabido, ocorre até nos dias atuais: as aulas do período noturno são reduzidas se comparadas às do outros períodos, além de que, tanto os mestres como os alunos trabalham durante o dia e estão cansados, razão por que a aprendizagem fica comprometida. Este é ainda um mecanismo de exclusão para os filhos daqueles que já são marginalizados na sociedade.

Porém, o fato das outras províncias⁵ permitirem o acesso do negro aos bancos escolares não o protegia dos atos de racismo. Constam vários relatos de discriminação dos negros libertos que estavam na escola. Barros (2005) destaca o relatório de um professor ao inspetor geral da Instrução Pública de São Paulo que mostra o mais cruel racismo sofrido pelos negros que frequentavam uma escola. Segundo Barros:

Ali se encontraria uma situação desagradável para ele e para a maioria de seus alunos: certos “negrinhos que por ahi andão, filhos de Africanos Livres que matriculão-se mas não frequentam a escola com assiduidade”, que não sendo interessados em instruir-se, só freqüentariam a escola para deixar “nella os vicios de que se achão contaminados; ensinando aos outros a pratica de actos e usos de expressões abominaveis, que aprendem ahi por essas espeluncas onde vivem”. O professor demonstra em seu relato aversão à presença desses alunos na escola, que só estariam lá porque ele não podia escolhê-los (BARROS, 2005, p. 84).

Muitos negros sofreram na escola as mais cruéis humilhações e maldades tanto de professor quanto de amigos, motivo pelo qual muitos abandonaram os estudos. Barros (2005) expõe ainda que, para os professores (as) de meados do século XIX, o problema era a proximidade “deste tipo” de aluno com os alunos brancos, pois os

⁵ Antes da Proclamação da República os estados denominavam-se províncias.

negros cultivarem certos “hábitos indesejáveis, repletos de “vícios”, ou atos e expressões “torpes”; estavam na escola só para corromper os “bons alunos” – ou seja, os não-negros” (BARROS, 2005, p. 91).

Havia e ainda há descrédito de alguns professores em relação à condição intelectual do negro, que às vezes é taxado como menos capaz do que o aluno branco, pela reprodução dessa ideia muitos alunos, inclusive o próprio negro, acreditam que isso é uma realidade, e é responsável pela diminuição da autoestima.

Maciel, 1997; Barbosa, 1997; Pereira, 1999 e Cruz (2005) relatam que, em alguns municípios do Brasil, os próprios negros eram autores do seu projeto de educação; eles organizaram, ao longo do século XX, escolas, os autores destacam o Colégio Perseverança ou Cesarino, criado no ano de 1860, em Campinas. Segundo tais fontes, este foi o primeiro colégio feminino do referido município. Citam também o Colégio São Benedito, fundado em 1902, para alfabetizar os filhos dos homens de cor da cidade. Moraes (1995), apud Cruz (2005), também cita as aulas públicas oferecidas em São Luís do Maranhão, pela irmandade de São Benedito, no início do século XX. Enfim, existem outras escolas citadas por Cruz (2005), em Santa Maria (RS), em São Carlos (SP), em terras de quilombo no Maranhão, as quais tinham como objetivo escolarizar os filhos de negros. Tais iniciativas demonstram que os negros foram autores de sua educação em várias regiões do Brasil, mesmo em províncias como o Rio Grande do Sul, onde se lhes negava escolarização; eles encontraram estratégias para aprender a lidar com as letras e números em escolas onde não eram discriminados por “corromper os bons alunos”.

Já no final do século XIX, segundo Cruz (2005), foi possível averiguar uma maior participação dos negros nas escolas públicas, primeiro em decorrência da lei do Ventre Livre (1871) e, com muito mais presença, após a abolição da escravatura (1888). Isso fica provado pela análise de várias fotografias de escolas de diferentes grupos onde é possível observar alunos negros. Mas, isso não quer dizer que eles

não sofriam todos os tipos de discriminação possíveis mesmo quando a população estava começando a aceitar a inclusão dos ex-escravos na sociedade brasileira.

Silva e Araujo (2005) destacam que, após o processo de libertação dos escravos, várias reformas foram implantadas pela então República, que, de certa maneira, dificultavam a inclusão do negro, agora em situação de liberto, na educação formal; as elites sempre encontraram outras formas, por vezes sutis, para negar a essa população o acesso à educação:

Na (re) leitura das reformas educacionais dos séculos XIX e XX, deduz-se que a população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma “aparente” democratização, porém, na realidade, negaram condições objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativeiro e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico. Isto posto, entende-se que a escola “apropriada” pelas classes dominantes perpetuava-se como vantagem competitiva das elites, preservando o *status quo* destas mesmas classes em detrimento da educação das populações negras rurais e/ou urbanas, cujas condições de trabalho e isolamento dificultavam - mas não eliminavam - as manifestações de descontentamento (SILVA e ARAUJO, 2005, p. 71).

Portanto, é necessário ressaltar que, apesar das muitas dificuldades, mesmo durante o período da escravidão, os negros buscaram de alguma maneira, seja na educação formal seja na informal, ser sujeitos construtores de sua história.

A EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ A DÉCADA DE 1930

Para Barros (2005), todas as dificuldades enfrentadas pelos negros, durante o século XIX, permaneceram no século XX, mesmo na condição de livres. As elites têm criado mecanismos que dificultam o

acesso do negro à educação, ademais pesquisas indicam que, primeira metade do século XX, foram criadas políticas públicas com intuito de branquear o magistério.

Jerry Dávila (2006) realiza um panorama das políticas de educação no Brasil entre os anos de 1917 e 1945, particularmente no Rio de Janeiro, denunciando como a eugenia foi valorizada como ideário do pensamento social brasileiro para construção de uma nação sadia e branca. O autor afirma que intelectuais, médicos, cientistas sociais e educadores acreditavam que a adoção de uma escola universal poderia embranquecer os negros e retirá-los da degeneração que encontravam, ou seja, “curar” os indivíduos para fundar uma nação modelo. Dávila destaca que:

Na virada do século, as elites brasileiras, seguindo a moda do determinismo racial na Europa, adotaram prontamente a crença científica racista de que os brancos eram superiores e as pessoas de ascendência negra ou mista eram degeneradas. Mas por volta da segunda década do século XX, as mesmas elites começaram a tentar escapar da armadilha determinista que prendia o Brasil ao atraso perpétuo por causa de sua vasta população não-branca. Em substituição abraçaram a noção de que a degeneração era uma condição adquirida e, portanto remediável (DÁVILA, 2006, p.26).

O autor acrescenta que os pensadores eugenistas acreditavam na possibilidade dos negros poderem superar a condição de degenerados por meio da melhora da saúde e cultura e adquirindo “dinheiro, educação, status de celebridade” (DÁVILA, 2006, p.26), ou seja, e que terminado a escola elementar, eles teriam o “diploma de brancura.” Quanto aos brancos acreditavam que também eles se corrompiam, caso não evitassem os negros.

Esta política de caráter eugenista não era restrita apenas aos alunos, Dávila mostra que, a partir da análise de fotografias e fontes iconográficas que, também os professores negros do Rio de Janeiro, após 1930 foram substituídos por moças brancas provenientes da elite carioca, formadas no Instituto de Educação entre 1930 e 1940.

Muller (2003) também analisou os esforços das políticas públicas, no Rio de Janeiro, antes de 1930 para branquear a categoria do magistério e relatou que o processo inicia em 1920, e culminou em 1930 quando a Escola Normal deixou de existir. A escola foi substituída pelo Instituto de Educação, inaugurado em 1932 para formar professores modernos, treinados de maneira científica, com boa saúde e inteligência. Para os pensadores eugênicos, estas virtudes não eram atributos dos negros. Dávila afirma que:

Os reformuladores educacionais buscaram um quadro de professores que fosse moderno, profissional, científico e representativo do ideal da classe média. Suas políticas foram bem sucedidas em produzir o quadro de professores que os reformadores educacionais imaginavam e esse quadro de professores quase exclusivamente branco (DAVILA, 2006, p. 42)

Neste sentido, o ideário moderno da primeira metade do século XX, propunha que o professor no Rio de Janeiro, fosse branco, de classe média e feminino. Dando continuidade à historiografia da educação das populações negras, é importante destacar que as políticas públicas direcionadas à criação de escolas técnicas para as populações mais carentes visaram atender o mercado de trabalho nos anos de 1920 e 1930. Cabe destacar que, com o advento de um estado nação moderno e industrial, era necessário ter uma população à altura dos novos problemas da modernidade. Quanto a isso elucida:

O elo entre indústria e a educação era mais do que causal e se estendia muito além da esfera da educação vocacional. Muitos educadores como Fernando de Azevedo e Manoel Lourenço Filho, também participaram de projetos que visavam a racionalizar a força de trabalho na indústria. Com efeito os educadores e industriais progressistas tinham muito em comum. Ambos compartilhavam uma visão de um Brasil moderno seria criado pela aplicação de paradigmas racionais e científicos à organização da sociedade (DÁVILA, 2006, p. 34).

Alguns negros que ingressaram nessas escolas técnicas acabaram por não internalizar a educação acrítica proposta de ensino da época. Eles adquiriram conhecimento sistematizado que contribuiu para criar movimentos com o objetivo de melhorar as condições educacionais da população negra em geral.

MOVIMENTOS NEGROS: RESISTÊNCIA E PROJETOS EDUCACIONAIS (DÉCADA DE 1940 A 1960)

Garcia (2007) refere que próximo do final da primeira metade do século XX foram criados dois movimentos importantíssimos: a Frente Negra Brasileira em 1931 (iniciou em São Paulo, depois se expandiu para Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco) e o Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944. O primeiro desenvolvia projetos pedagógicos, ministrava aulas de educação moral e cívica, música, inglês e alfabetizava adultos; os seus integrantes também organizavam projetos culturais que garantissem a valorização da identidade negra e combatessem o racismo.

Abdias do Nascimento criou o TEN a partir de uma peça a que assistiu no Chile, percebeu que para os papéis de negros, os autores escolhidos eram brancos. Em vista disso, quando retornou ao Brasil, criou o Teatro Experimental do Negro inicialmente somente com artistas negros e depois com todos aqueles que quisessem fazer parte desse projeto. Porém, o teatro não se limitava apenas a criar espetáculo, porquanto se propunha também a promover cursos de alfabetização, e a discutir questões mais amplas relacionadas à inserção do negro na sociedade (GARCIA, 2007).

Deve-se destacar também o *Jornal Quilombo* (editado de 1948 a 1950), veículo informativo do Teatro Experimental do Negro; sua função era promover a luta pela inclusão de todos os estudantes negros no sistema educacional, fosse ele privado, público ou militar. Fonseca (2005), ao analisar as matérias do *Jornal*, encontrou denúncias de

um jovem que fora perseguido na escola, houve retaliações morais contra ele, sendo-lhe negada a matrícula. O jornal fazia, além disso uma crítica ao material didático de Geografia no qual constatavam os dizeres “de todas as raças, a negra é a mais ignorante”. Havia também denúncia de prática de racismo explícito nos Catálogos de Obras Sociais, da Legião Brasileira de Assistência do Distrito Federal e de São Paulo. Essas entidades de fins sociais acolhiam apenas crianças brancas. A denúncia gerou uma celeuma na sociedade e foi discutida até na Câmara Federal (FONSECA, 2007).

Cabe ressaltar também a existência de duas organizações de mulheres negras no TEN: a Associação de Empregadas Domésticas e o Conselho Nacional das Mulheres Negras. Elas atuaram como artistas, muitas das quais foram alfabetizadas por iniciativa do Teatro. Essas mulheres debatiam diversas questões e escreviam artigos no *Jornal Quilombo*. É importante ressaltar que “a atuação das mulheres negras traz em seus objetivos a denúncia sobre o descuido com a infância, a juventude negra e suas perspectivas de futuro” (ROMÃO, 2005, p. 132). A autora ainda destaca a figura de Maria Nascimento que com seus artigos no *Jornal Quilombo*, não só demonstrava insatisfação pela falta de vagas nas creches, mas também se preocupava com a violência do racismo contra as crianças, e por fim convocava as mulheres, em especial as trabalhadoras, a um maior controle da natalidade.

O Teatro Experimental do Negro significou muito mais que uma instituição profissionalizante, atuando como agente educador e sendo capaz de desenvolver nos indivíduos uma consciência crítica e identitária e propagadora da sua dignidade e de seu direito a ter acesso ao conhecimento escolar.

Houve outras iniciativas importantes direcionadas a criação de organizações para a alfabetização de negros, assistência médica e jurídica, promoção de oportunidades e de acesso ao ensino superior, publicação de jornais e discussões polêmicas sobre temáticas referentes à população negra do Rio Grande dos Sul. Nesse particular,

é importante destacar a União dos Homens de Cor (UHC) fundada em 1943, em Porto Alegre, por João Cabral Alves (ROMÃO, 2005). Enfim, todas essas entidades provam que os negros encontraram formas de resistência, e das condições para sua educação e para o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação às formas de opressão a que estavam sujeitos.

No ano de 1964, com o golpe militar, o Teatro Experimental do Negro passou a sofrer perseguições políticas. Em 1968, seu fundador foi exilado interrompendo-se assim, por completo, as ações do TEN, sendo as discussões sobre as questões raciais sufocadas; “no entanto, a desmobilização desse movimento não significou o seu total desaparecimento, algumas iniciativas mesmo que de forma tímida conseguiram manter acesa a luta”(SANTOS e SANTOS, 2012, p. 8).

A EDUCAÇÃO DOS NEGROS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

Com a abertura política a partir de 1978, houve uma retomada das discussões sobre as questões raciais. Em 7 de julho houve uma manifestação em São Paulo contra uma discriminação sofrida por quatro jovens negros em um clube da cidade. Após o ato, foi criado o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) que, em 1979, deu origem ao Movimento Negro Unificado (MNU). Esse movimento sempre privilegiou os debates sobre discriminação racial, foi responsável pela criação, nos anos de 1980, de vários órgãos estatais voltados ao apoio aos movimentos negros e além disso, fomentou discussões acerca da implantação da lei contra o racismo na Constituição de 1988.

Apesar da atuação dos movimentos negros, a partir da década de 1940, e sua preocupação com questões relacionadas à educação, Cunha Jr (1999) diz que somente em 1979 é publicado um artigo em uma revista científica de educação da Fundação Carlos Chagas.

No ano anterior, formara-se o primeiro grupo em São Carlos, São Paulo, o qual utilizou-se de um espaço acadêmico para desenvolver estudos sobre a temática Negros e Educação. Tais estudos são muito recentes, ou seja; faz apenas 4 décadas que se iniciaram discussões nas academias sobre a educação direcionada aos negros; porém, não obstante a sua curta existência, hoje já contamos como uma produção significativa de artigos nesta temática.

Na década de 1980, a destacada Constituição de 1988, tornou o racismo um crime imprescritível e inafiançável (Art. 5, inc. XLII). Com certeza o parágrafo referente ao racismo foi muito importante para proteger todos aqueles que vêm sofrendo historicamente discriminação por causa da cor. A partir desse ano pode recorrer à justiça qualquer pessoa que sofra algum tipo de discriminação por causa da pele de cor negra.

Em relação às propostas afirmativas de inclusão, os cursinhos pré-vestibulares para as camadas populares são instrumento de inserção dos negros e pobres nas universidades públicas. Alguns cursinhos mais engajados, além de educar para o vestibular, ainda discutem, a respeito: das diferenças, da expansão da consciência crítica sobre a cultura popular, da autoestima, das desigualdades raciais e ações de combate a toda forma de opressão (NASCIMENTO, 2005).

Nascimento (2005) estuda sobre a natureza dos “cursos pré-vestibulares populares” e diz que toda prática educativa oferecida aos grupos em especial os negros, que foram historicamente privados dos meios de produção e que atualmente vivem em situação de discriminação, e opressão e que, de certa forma, viesse dificultando sua participação na sociedade, em razão esses cursos podem ser denominados de cursos pré-vestibulares populares. Tais cursinhos começaram a aparecer após o final da década de 1970 e início de 1980; porém, o aumento efetivo de tais instituições educacionais ocorreu a partir da década de 1990, quando iniciou a expansão do ensino superior, e os movimentos passaram a atuar no sentido de

conscientizar os negros da importância do ingresso no ensino superior. Nesse novo panorama, os cursos vestibulares populares ganham uma importância ímpar para a conquista de um projeto de emancipação e ingresso na universidade. Sobre este debate Nascimento diz:

Utilizando-se do ensino dos conteúdos exigidos nos vestibulares, os cursos pré-vestibulares populares conseguem mobilizar um grande número de estudantes atraídos pela possibilidade de ingresso no ensino superior, especialmente nas universidades públicas, onde vestibulares são verdadeiras barreiras ao ingresso de estudantes de classes populares. (NASCIMENTO, 2006, p. 141)

Tais organizações agem como ações afirmativas, defendendo o direito do acesso do negro à universidade, e, contra o racismo, a discriminação e os processos de opressão historicamente implantados pelas elites.

Como vimos, o sistema escolar não trata todos de maneira igual. É importante então investigar: Como as leis que normatizam o sistema educacional no Brasil tratam a tensão social vivida por negros e brancos na educação? Esta pergunta deu origem ao artigo de Dias (2004) que, a partir da análise da LDB (Leis de Diretrizes e Bases) de 1961 (4.024/61), 1971 (5.692/71) e 1996 (9.394/96) procurava responder às seguintes questões: “A legislação ignora a questão de raça? Haveria nas LDBs alguma referência à raça? Quais atores se fizeram presentes nessas discussões?” (p. 50).

Como resultado da pesquisa, a autora chegou às seguintes conclusões: A LDB de 1961 manifesta preocupação com a questão racial no artigo 1º, alínea g, onde se determinava que qualquer preconceito de raça ou classe deveria ser condenado, pois o tratamento deve ser igual para todos. Contudo, a inclusão da raça ficou mais no nível do recurso discursivo e não foi dado tratamento especial com a criação de políticas públicas; os educadores que ajudaram a criar a lei, ainda acreditavam na democracia racial. O debate girou mais sobre o

tipo de escola que se queria, sem se pensar em políticas afirmativas para as populações excluídas das escolas (DIAS, 2004).

Dias acrescenta que, na LDB de 1971, praticamente nada mudou; o texto referente à raça manteve-se o mesmo. Cabe lembrar que essa legislação foi adequada apenas, aos anseios políticos da ditadura militar. Já a LDB de 1996 passou por um processo intenso de debates, que duraram cerca de 10 anos. Lembra-se que o país já estava democratizado e os vários movimentos negros estavam mobilizados na comemoração dos cem anos da Abolição da Escravidão. Por todo o país foram divulgados dados esse que afirmava que a população negra se encontrava nas piores condições em relação aos indicadores sociais (renda, saúde, alimentação, educação e outros). Em 1995 foram comemorados os 300 anos da morte de Zumbi. No entanto, todos estes movimentos não foram suficientes para mostrar a problemática da questão da raça e o tratamento dado especificamente aos negros nos primeiros textos de formulação da LDB de 1996 e no texto final. Dias (2004) conclui que, pelo fato desse momento ter sido favorável a uma inserção explícita das questões raciais relativas às populações negras, poderia ter havido maiores avanços em relação à implantação de políticas afirmativas.

Mas outros debates referentes às políticas públicas estavam sendo travados no âmbito federal. Em 1996, o governo Fernando Henrique Cardoso publicou o Programa Nacional de Direitos Humanos, que reconhece que sociedade brasileira não vive uma Democracia Racial, sendo permeada por ações racistas.

No PNDH, o governo considera a questão racial como estrutural na sociedade brasileira. Nele, há artigos que tratam do incremento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta (REZENDE, 2005, p. 157).

Rezende (2005) refere ainda que, no mesmo ano, o Ministério da Justiça promoveu o seminário internacional denominado “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados modernos e democráticos contemporâneos”, durante o qual muito se discutiu sobre as ações voltadas a busca superar o racismo que impera na sociedade.

Em 1997 foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais que propunham o trabalho com temas transversais a serem discutidos por todas as disciplinas priorizando o conteúdo da Pluralidade Cultural. Para a formulação dos PCNs houve o apoio de vários integrantes do Movimento Negro que ressaltaram a contribuição da diversidade racial no Brasil, abordando-a como um aspecto positivo (DIAS, 2004). Porém, mais uma vez esse documento não propiciou um tratamento específico à raça negra e um efetivo combate aos processos de discriminação contra os negros.

No intuito de discutir as ações contra o racismo a ONU (Organizações das Nações Unidas) promoveu em 2001, na África do Sul, a Conferência Internacional denominada II Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. Na ocasião, o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) apresentou um relatório sobre a evolução de vida do brasileiro na década de 1990 mostrando:

de forma contundente os dados, produzidos por acadêmicos e pelo movimento negro, que comprovam a manutenção das desigualdades raciais ao longo dos anos pós-abolição. Este talvez tenha sido o documento mais citado para justificar a implantação de políticas públicas orientadas para a inclusão dos negros (REZENDE, 2005, p. 158)

Nessa conferência, o Brasil foi instigado a assumir o compromisso de criar políticas afirmativas a fim de diminuir as desigualdades raciais. Garcia (2007) realiza uma pesquisa que indica a importância da implementação destas políticas a partir de análise de dados

de 1993 e 2005 produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE). A autora investigou a seguinte questão: Será que a expansão da inserção de alunos de classes populares nas escolas brasileiras provocou alguma diluição no quadro das desigualdades sociais e raciais após séculos de exclusão? Ao analisar mais de três dezenas de gráficos, tabelas e quadros com dados de indicadores de renda, acesso dos negros a cargos mais importantes em uma empresa e, em especial, os indicadores de acesso à educação em todos os níveis, a autora chega à conclusão de que apesar de mais de 100 anos da abolição da escravatura, os dados indicam ainda uma diferença abissal entre negros e brancos e que, para “diminuir as desigualdades raciais, é preciso que se criem, políticas específicas para as populações negras, no sentido de impedir a manutenção desta disparidade entre brancos e negros nas gerações futuras” (GARCIA, 2007, p. 58).

É nesse contexto de desigualdades seculares entre brancos e negros que se debatem as políticas de cotas raciais. O estado do Rio de Janeiro surge como pioneiro em 2001. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) reservou no mínimo 40% das vagas a estudantes negros e pardos. Em 2002 a Universidade do Estado da Bahia também passou a reservar uma parte das vagas para alunos negros. A primeira federal a ingressar nesta política de ações afirmativas foi a Universidade de Brasília, em 2003.

Mas a política de ação afirmativa mais importante em relação a um trabalho pedagógico que visa diminuir o racismo na sociedade brasileira foi promulgada em nove de janeiro de 2003 (lei 10.639/03). Se esta lei fosse efetivamente implementada em todas as escolas, ela seria uma arma poderosa de combate ao processo de exclusão sofrido pelos negros desde o Brasil Colônia, porque inclui, como obrigatório,

o estudo da história e cultura dos afro-brasileiros e Africanos. Os alunos iriam entender o porquê das políticas afirmativas de cotas raciais⁶ e seriam seus defensores, em efeito, a implementação dessa lei possibilitariam desmentir o mito de uma democracia racial no Brasil.

Por fim, acredita-se que a lei é importante, mas para que os conteúdos (a história, cultura e a importância do negro na formação da sociedade brasileira) sejam trabalhados de maneira correta, é necessária a formação continuada dos professores, pois muitas vezes eles próprios são agentes de racismo, e reproduzem o comportamento da sociedade.

Todavia, mais de 10 anos após a promulgação da lei quando se promove uma discussão sobre o tema, o que mais se evoca é uma África mitológica com suas comidas típicas, apresentações de capoeiras, artesanato, e vídeos do continente africano visto como primitivo e selvagem, enfim outras atividades que não tocam no racismo e nas grandes desigualdades raciais que persistem no Brasil com implicações diretas sobre a posição social que cada um ocupa na sociedade. “Em contraste, os negros estão sobre representados na ocupação de serviço doméstico. O negro é também a maioria, em todo o Brasil, em trabalhos não remunerados” (GARCIA, 2007, p.91). Portanto os estudos realizados por Garcia evidenciavam:

superioridade dos rendimentos dos homens e mulheres brancas/os em relação aos homens e mulheres negras/os. Os negros recebiam 48% do salário dos brancos. As mulheres brancas são mais bem remuneradas que os homens negros. O caso das mulheres negras é o mais grave: elas recebem apenas 30% da renda de homens brancos e a metade do salário das mulheres brancas (GARCIA, 2007, p.96).

Esses dados indicam a disparidade entre brancos e negros quanto a remuneração pelo trabalho. Há ainda outros momentos na escolaridade e na saúde e que reforçam os estereótipos negativos.

⁶ Cotas raciais são reservas de vagas a grupos étnicos (negros ou índios) em instituições privadas ou públicas, considerada como ação afirmativa.

Os alunos das escolas básicas⁷ precisam entender essas disparidades raciais inerentes a nossa sociedade, só assim será possível construirmos um país com menos discriminação, pois a escola é espaço ideal para desconstruir esse injusto e desumano processo tornando “normal” em nossa sociedade por vários séculos. Somos, infelizmente, ainda herdeiros de uma educação de matrizes européias e de grupos étnicos que continuam desconsiderados em suas especificidades, principalmente nos conteúdos ministrados listados nos currículos das disciplinas tanto da escola básica como da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa vê-se que os mecanismos internos e cotidianos de exclusão das populações negras do ambiente escolar são sutis e diversos, mesmo com leis que garantem escola pública e gratuita para todos. Os negros foram discriminados e muitos sofreram discriminação dos colegas e dos professores, considerando-os inferiores. Por tais humilhações muitos desistiram dos estudos e a maioria, em vista disso, e por se julgarem inaptos ou incapazes, não se aventuraram a ingressar na escola.

Conclui-se que as políticas afirmativas atuais, como as cotas para ingresso nas universidades pode, de certa forma, amenizar as desigualdades entre os negros e os brancos, mas são necessários outras políticas que garantam aos negros recompostem-se racial e socialmente mediante acesso e permanência em escolas, públicas e de qualidade.

Para isso, a escola precisa implementar a lei 10.639/03; deve-se também discutir francamente o racismo e mostrar que ao longo da história, construíram-se estereótipos discriminatórios em relação aos negros. O próprio racismo foi criado pela prepotência de um sobre os outros por uma prática verdadeiramente desumana. Para implantação dessa lei, é indispensável que se preparem e capacitem os professores e que estes estejam imbuídos de sentimentos humanos e acolhida

⁷ Escolas de ensino fundamental I e II e ensino médio.

com acompanhamentos de todos os alunos sem nenhuma distinção. Essa temática deve ser discutida de forma crítica e sem reserva. Deve ser trabalhada por professores preparados para abordar e discutir o conteúdo. Esses profissionais precisam, acima de tudo, ser desprovidos de pensamentos racista. Obviamente, por esse motivo estamos muito longe de uma sociedade justa sem qualquer tipo de discriminação seja ela social ou racial.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Irene Maria Ferreira. *Enfrentando Preconceitos*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX. In: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da Educação dos negros e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 79-92.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da Educação dos negros e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 21-34.

CUNHA Jr., Henrique. Pesquisas educacionais em temas de interesses dos afro-brasileiros. In: LIMA, Ivan Costa, et. all.. (orgs). *Os negros e as escolas brasileiras*. Florianópolis, n. 6. Núcleos de Estudos Negros, 1999.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais. Da LDB de 1961 a Lei 10.639. *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, n. 38, p-49-80, julho de 2004.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro e educação: alguns subsídios históricos. In: MARCON, Frank; SOGBOSSI, Hippolyte Brice (orgs.). *Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03*. São Cristóvão: Editora UFS, 2007, p. 25-39.

FONSECA, Marcos Vinicius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 7, n. 13, p.11-50, 2007

_____. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. *História da Educação dos negros e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.93-116

GARCIA, Renísia Cristina. *Identidades Fragmentadas: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira 1993-2005*. Brasília: INEP, 2007.

LIMA, Wandercléa Santos de. *Os Escravos na Legislação Provincial de Sergipe 1835-1888*. 2002.132 f. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2002.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professoras Negras no Rio de Janeiro: história de um branqueamento. In: Oliveira, Iolanda (org). *Relações Raciais e Educação: novos desafios*. Rio de Janeiro: LPP-UERJ/DP&A Editora, 2003, p.76-106.

NASCIMENTO, Alexandre. Negritude e cidadania: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares. *História da Educação dos negros e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005 p.139-157.

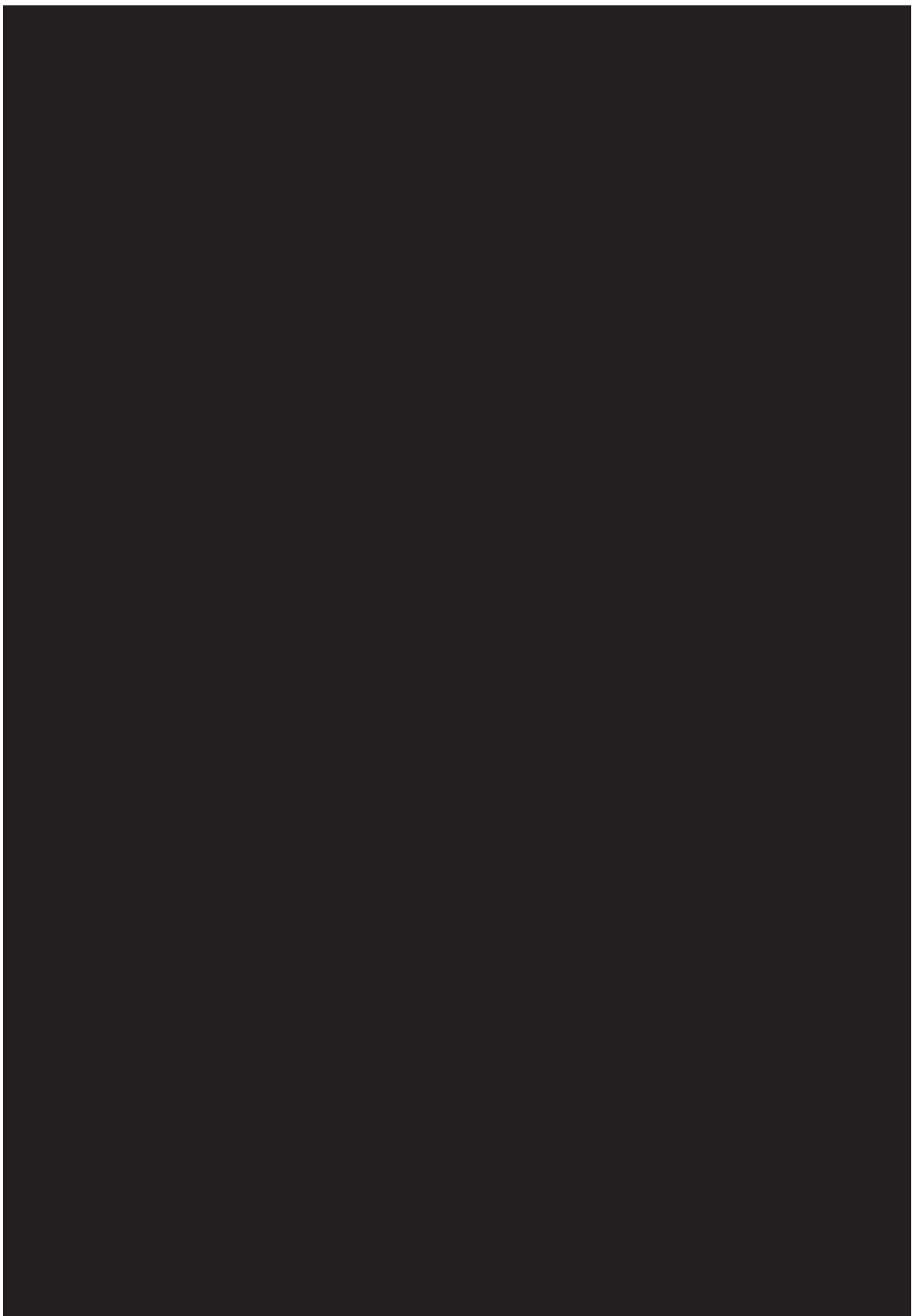
REZENDE, Maria Alice. A política de cotas para negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. In: *História da Educação dos negros e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005 p.157-160.

ROMÃO, Jeruse. Educação, instrução e alfabetização no Teatro Experimental do Negro. In: *História da Educação dos negros e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005 p.117-139.

SILVA, Geraldo, ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da Educação dos negros e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 65-78.

SANTOS, Diana Viturino e SANTOS, Josimari Viturino. *Um olhar à história da educação dos negros no Brasil: demandas que impulsionaram a formulação de políticas de ações afirmativas para acesso ao ensino superior*. 2012. Disponível em http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo_01/PDF/7.pdf . Acesso em 12/10/13

PEREIRA, J. P. Colégio São Benedito: a escola na construção da cidadania. In: NASCIMENTO, T. A. Q. R., et. all. *Memória da educação*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.



RACISMO E DISCRIMINAÇÃO DENTRO DA ESCOLA: males de origem

Leandro Moreira¹

Marivânia Conceição de Araujo²

INTRODUÇÃO

Este texto³ tem o objetivo de apresentar e discutir a problemática de práticas de racismo e discriminação no ambiente escolar, especificamente, de alunos de uma escola da rede pública estadual da cidade de Londrina – Paraná. Além disso, pretende identificar uma possível origem de tais práticas na sociedade brasileira, em geral, ou seja, os seus *males de origem*⁴, as quais permearam e perpassaram as relações sociais e como elas se produzem e reproduzem nos dias atuais.

As práticas que motivam os preconceitos discriminatórios discutidas neste trabalho referem-se à raça/etnia, a fenótipos⁵ e orientação sexual entre outros, ou a intolerâncias provocadas pela pluralidade cultural e de comportamento, ou ainda, numa só palavra, a “alteridade”.

¹ Mestrando em Ciências Sociais na UEM e especialista em Ensino de Sociologia pela UEL. E-mail: le.moreira@ymail.com.

² Professora Associada e coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros – NEIAB da Universidade Estadual de Maringá - UEM. E-mail: marivaniaaraujo@yahoo.com.br.

³ Este trabalho é uma amostra parcial da discussão e dos dados da minha dissertação de mestrado (em elaboração) em Ciências Sociais pela UEM.

⁴ A expressão utilizada no resumo, “males de origem”, faz referência direta à obra de Manoel Bomfim: *“A América Latina: males de origem”*. Edição do Centenário. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005; no intuito de identificar a origem dos preconceitos no Brasil.

⁵ O preconceito social, étnico e racial denota uma predisposição psicológica de um indivíduo contra o outro que não lhe é igual em termos econômicos (condições sociais distintas às suas), fenotípicos “cor da pele, tipos de cabelos, formas faciais e demais atributos visualmente identificáveis que denunciem, de alguma forma a origem familiar” ou culturais “língua falada, dialetos ou sotaques, modo de trajear, religião, forma de organização da família, identidade territorial e dimensões a estas assemelhadas” (PAIXÃO, ROSSETO, MONTOVANELE, CARVANO, 2010, p. 20). Disponível em: http://www.redesaude.org.br/portal/comunica/2011-12/includes_publicacoes/01_Relatorio_2009-2010_desigualdades%20raciais.pdf Acessado em: 27/08/2012.

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados dados coletados com alunos do 3º ano do ensino médio do período matutino, num colégio estadual da região central da cidade em 2013. Foram aplicados questionários com perguntas fechadas, distribuídas em três turmas, compostas por 98 estudantes matriculados⁶. No entanto, no dia da aplicação dos questionários estavam presentes somente 88 alunos.

Em seguida, foi feito um recorte temático e selecionadas apenas algumas das questões da Dissertação de Mestrado intitulada *Homofobia na Educação Escolar: estudo de caso comparativo de duas escolas da cidade de Londrina- Paraná*, que abordassem, com maior especificidade, o mote e os objetivos da pesquisa. A seleção feita com a população alvo, alunos do 3ºano, justifica-se por estarem cursando o último ano da educação básica. Pressupõe-se que, em razão disso será possível verificar qual a percepção que eles têm sobre o outro, sobre as alteridades e sobre os valores cidadãos⁷ que foram construídos durante todo o período da educação escolar⁸.

A pesquisa justifica-se pela elevada ocorrência de práticas preconceituosas e discriminatórias no espaço escolar. Segundo levantamento feito pelo MEC – Ministério da Educação, e do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, intitulada: “Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar” divulgado em 2009, os dados são alarmantes. Analisou-se a incidência do preconceito e da discriminação em 501 escolas de 27 estados, com uma população de 18.599 pessoas do quadro funcional escolar. O resultado mostrou que 94,2% dessa população possuem algum preconceito referente ao tipo “étnico-racial” e que,

⁶ Disponível em: http://www4.pr.gov.br/escolas/turma_matricula.jsp Acessado em: 02/08/2013.

⁷ O conceito de cidadania utilizado neste trabalho está expresso na Constituição Federal de 1988, especificamente no Artigo 205, e também nos Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC (BRASIL, 1998).

⁸ Educação Escolar é o termo que está expresso nas diretrizes do MEC, “compreende os ensinoss básico, secundário e superior, integra modalidades específicas e inclui atividades de ocupação de tempos livres” (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2005, p.5125). Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2005/08/166A00/51225138.pdf> Acessado em: 03/02/2014.

90% dos entrevistados possuem algum nível de distanciamento social em relação aos negros (FIPE⁹).

Já, para o embasamento teórico, serão apresentadas e discutidas as reflexões de autores brasileiros como Manoel Bonfim, Florestan Fernandes entre outros, a respeito da construção de estereótipos, padrões de comportamento, função social da educação pública e da escola no Brasil, possibilidades de mudanças e rupturas. A investigação científica feita por eles discute a função social da educação, a introdução da instituição educacional no Brasil, bem como as possibilidades de mudança social através da escola pública entre outras.

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NO BRASIL – MALES DE ORIGEM

Considerando-se o que foi dito, pode-se dizer que, as instâncias responsáveis pela gestão da educação e escola no Brasil, se dispõem a viabilizar um debate sério acerca das várias formas de preconceito e discriminação dentro da escola. Os dados apresentados na pesquisa do INEP mostram que formas de violência, como o racismo, são ocasionadas pela diversidade de estereótipos e de fenótipos existentes, sejam eles físicos e corporais ou culturais.

Os diferentes tipos de intolerâncias têm sido atrelados, em sua gênese, à formação do país, isto é, ao processo de colonização, à miscigenação de raças constitutivas da nação brasileira. Segundo Manoel Bomfim, dos países colonizadores da América do Sul, Portugal e Espanha:

[...] só possuímos os encargos: nem paz, nem ordem, nem garantias políticas; nem justiça, nem ciência, nem conforto, nem higiene; nem cultura, nem instrução, nem gozos estéticos, nem riquezas; nem trabalho, nem hábito de trabalho livre, muita vez, nem mesmo possibilidade de trabalhar; nem atividade social, nem instituições de verdadeira solidariedade e cooperação (BOMFIM, 2005, pág. 53 - 54).

⁹ FIPE. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf Acessado em 12/09/2010.

Manoel Bomfim afirma que os efeitos do regime econômico-administrativos nas colônias, para o Brasil, foram desastrosos, como “o trabalho escravo, a perversão do senso moral, o desenvolvimento dos instintos agressivos” e o “medo ao estado tirânico” (2005:169), estes permearam todo o período do Brasil colônia e império. Esse modelo, implantado no Brasil, foi chamado por Bomfim de “vícios” da metrópole. Tais vícios têm suas raízes e são herança da educação recebida da nação colonizadora e, posteriormente, de políticas de higienização/eugênicas adotadas nas primeiras décadas do século XIX, período imperial do Brasil.

Dessa forma, a problemática dos preconceitos vivenciados e a violência daí decorrente, atualmente podem ser atribuídas à falta do reconhecimento das alteridades, bem como a intolerância e a discriminação. Estas manifestações teriam seu germe atrelado às nações que colonizaram os povos sul-americanos, Portugal e Espanha. Tais condições foram geradas pelas medidas político-administrativas adotadas pela metrópole. Dessa maneira, os primeiros colonos portugueses recém- chegados ao Brasil vinham apenas para explorar e tomar a terra e seus nativos:

[...] Assim, cada colono, sem freios aos instintos egoísticos, organizou o seu domínio em feudo. São caricaturas de senhores medievais – um feudalismo vilão, sobre uma vassalagem de negros escravos. Nos interstícios dos feudos, uma população que, de ignorante e embrutecida, voltou à condição do selvagem primitivo (BOMFIM, 2005, p.160).

Esses povos adentraram no continente americano somente com uma intenção, “saquear, sem nenhum outro objetivo – a rapina, a pirataria, o parasitismo predador” (BOMFIM, 2005, p. 106). O que incentivava a vinda deles para a América eram a exploração e a produção de riqueza por meio da escravidão, como afirma Bomfim:

[...] Não foram só as riquezas, foi tudo: povos, civilização, monumentos históricos. A violência da sua voracidade tudo consumiu. Os portugueses cortavam os pés e as mãos das mulheres para arrancar-lhes os brincos e braceletes – os espanhóis arrasaram um mundo para colher alguns sacos de ouro (2005, p. 107).

Os primeiros invasores portugueses que habitaram o Brasil, fossem degredados, fossem fidalgos, trataram logo de escravizar os povos aqui existentes, índios, e posteriormente trouxeram os negros, desconstituindo e desorganizando a coesão destes grupos. Contudo, o parasitismo dos europeus transformou-se em sedentarismo evoluindo para a decadência e degeneração. Diz Bomfim:

[...] No Brasil, os poucos colonos, em luta também com a má vontade do índio, adotam a ideia, pedem negros, e a África se constitui, assim, numa fonte de copiosos recursos para o reino. É um parasitismo depredador – o tráfico de escravos, mas que prepara por si mesmo o parasitismo sedentário (2005, p.115).

Este padrão de comportamento, adotado pelos portugueses, veio a se refletir na constituição e representação da organização da sociedade brasileira vigente, sendo um germe dos males de origem, bem como das práticas vexatórias e de intolerância, pois, ao longo dos séculos de colonização, os portugueses construíram um enorme país com base populacional escravocrata, grandes latifúndios de conotação comercial e puramente de exploração.

[...] Há no caráter das novas nacionalidades uma série de qualidades – vícios – que são o resultado imediato desse mesmo regime imposto pelas nações ibéricas. Essas qualidades traduzem a influência natural do parasita sobre o parasitado, influência constante, fatal mesmo, nos casos de parasitismo social, máxime quando o parasitado procede diretamente do parasita, quando é gerado e educado por ele (BOMFIM, 2005, p. 135).

Contudo, o início do século XIX traria mudanças significativas na forma de organização social e política do Brasil colônia, especificamente com a chegada da família real portuguesa, em 1808 e posteriormente na mudança de *status* para a condição de Império. Com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, surgia a necessidade de uma nova dinâmica social para o funcionamento, a ordem e o progresso da sociedade. Para tanto, o rei trouxe consigo todo aparato administrativo (instituições) e o que existia de mais moderno e científico na Europa.

[...] Em função da ideia de que era preciso fazer filhos mais sadios para a *pátria* que a independência recém-inaugurara, impôs-se a convicção de que a velha família patriarcal era incapaz de proteger a vida dos seus membros. Daí a necessidade de modernizar esse lar, preenchendo-o com prescrições científicas e cuidados mais eficazes, do ponto de vista da saúde e educação (TREVISAN, 2007, p. 171).

Na busca por um melhor desenvolvimento consistia em civilizar as populações aqui existentes. Em virtude desse projeto implantaram-se métodos administrativos e de gerenciamento para melhorar a raça, com medidas médicas, higiênicas, morais e eugênicas, voltadas ao bem-estar da sociedade, como afirma Trevisan:

[...] Foi através do especialista em higiene que o Estado imiscuiu-se no interior das famílias. Com livre-trânsito nesse espaço outrora impenetrável à ciência, o médico-higienista acabou impondo sua autoridade em vários níveis. Além do corpo, também as emoções e a sexualidade dos cidadãos passaram a sofrer interferências desse especialista cujos padrões higiênicos visavam melhorar a raça e, assim, engrandecer a pátria. A partir da ideia de um corpo saudável, fiel aos ideais de superioridade racial da burguesia branca, criavam-se rigorosos modelos de boa-conduta moral (2007, p. 172).

A partir deste momento, a configuração do país, ou seja, sua organização política, econômica e social estaria condicionada e

fomentada pelo pensamento racional, com tendências científicas, não mais teológicas, com um único objetivo, desenvolver e civilizar a nação brasileira, como retrata o lema da bandeira, “ordem e progresso”.

FIM DA ESCRAVIDÃO E A PRIMEIRA REPÚBLICA DO BRASIL

Com os movimentos abolicionistas, com a expansão demográfica, os processos de urbanização e a crise da Monarquia que culminou na ruptura do antigo regime e na implantação da Primeira República do Brasil, surgiram as tentativas de industrialização. A antiga República trouxe as ideias que existiam do outro lado do Atlântico, como o *liberalismo e o positivismo*¹⁰, em que o Estado tinha como premissa a função de legislar, planejar e garantir a ordem pública, forma adotada no Brasil.

[...] A proibição do tráfico, em 1850, medida internacional que visa atender aos interesses do capital, desencadeia um processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. A modernização das lavouras de café pelo investimento de capitais outrora aplicados no tráfico, bem como o aparecimento e a instalação das primeiras indústrias do país, são algumas das profundas mudanças ocorridas na sociedade brasileira (SOARES, 2007, p.79).

A constituição da Primeira República do Brasil seguia tendências democráticas de ordem internacional, de um novo pensamento social que se havia formado no continente europeu. Nesse contexto, uma das medidas de gerenciamento implantada pela nova República foi a “eugenia”. A eugenia foi uma ciência constituída no auge do surgimento

¹⁰ Baseada na ideia de que os seres humanos são livres e iguais, a Revolução Francesa, no século XVIII, apresentou-se como um marco divisório na linha do pensamento, da ideologia e da mudança de poder, criou-se a noção de “direito civil” privilegiando o indivíduo, a liberdade e o direito a propriedade privada, nasce o Estado Liberal com a função de legislar, planejar e garantir a ordem pública. Junto ao Estado Positivo descrito por Augusto Comte, e com o início da ciência positivista, a sociedade liberal ganharia um novo molde, insuflado de racionalidade e de cientificismo, surgia à necessidade de uma nova dinâmica social para o funcionamento, a ordem e para o progresso das sociedades. A constituição do positivismo se projeta na reconstrução da civilização ocidental, através do consenso social, educação moral e coerção física (ALCÂNTARA, 2007, p. 28).

da maquinaria e da industrialização na Europa, século XIX. Na busca desenfreada por uma melhor forma de desenvolvimento econômico e industrial, os Estados Modernos se empenham pela conquista de *status*, posição política, poder e dominação, mediante a melhoria da raça, pois melhorando a raça e a qualidade de vida das pessoas, o Estado gerará mais prosperidade e riqueza (DIWAN, 2007, p. 14).

A Teoria de Inferiorização das Raças, predominante no século XIX, preconizava ideias de que alguns povos seriam mais evoluídos do que outros, física, moral e intelectualmente. A dinâmica da emergente sociedade capitalista exigia que se desenvolvesse o potencial dos cidadãos, para melhor desenvolver a sociedade; por isso, juntamente com as práticas higiênicas, eugênicas e de planejamento familiar, foram sendo excluídas as pessoas consideradas incapazes de produzir e gerar riquezas como os deficientes físicos e mentais, os negros, os mestiços, os mulatos, os homossexuais, povos considerados “primitivos” ou de cultura e forma organizacional diferente e todas as raças que fossem diferentes da raça branca – ariana, como afirma Pietra Diwan:

[...] Purificar a raça. Aperfeiçoar o homem. Evoluir a cada geração. Se superar. Ser saudável. Ser belo. Ser forte. Todas as afirmativas anteriores estão contidas na concepção de eugenia. Para ser o melhor, o mais apto, o mais adaptado é necessário competir e derrotar o mais fraco pela concorrência. Luta de raças. Para a política, luta de classes [...] a eugenia moderna nasceu sob essas ideias principais. Uma invenção burguesa gerada na Inglaterra industrial em crise (2007, p. 21).

Na emergente, República do Brasil, o eugenismo constituiu-se como um grande desafio para a implantação de tais práticas, pois a maioria da população era resultado da miscigenação de diversos grupos étnicos, negros, índios e brancos, como expõe Soares (2007):

[...] No Brasil, por volta da segunda década do século XIX, já em momento posterior à conquista da Independência, é desencadeado um vigoroso projeto de eugeniização da população brasileira. Este projeto

se coloca como possibilidade de alteração de um quadro no qual a metade da população do Brasil era constituída de escravos negros, índice que permanece até por volta de 1850, quando, para uma população de 5.520.000 pessoas livres, encontram-se 2.5000.000 negros (p. 73).

Assim, é possível constatar a consolidação de uma “rede de poder”, a que se resume os esforços da nova classe burguesa, médicos, políticos, intelectuais, de instituições, como a Igreja e o Estado, e também de relações com o exterior para a reconstrução da sociedade brasileira, com uma nova ordem econômica, política e social. Para isso será necessário regenerar a raça e ressaltar as virtudes e a moral.

As teorias raciais também se constituíram em instrumentos de poder da burguesia, visto que, apesar dos ideais da nova República, de igualdade e cidadania¹¹, a mentalidade ainda era escravocrata e as novas e antigas classes dominantes não queriam perder seus privilégios e seu *status*. Segundo Florestan Fernandes, a transição recém-inaugurada do Império para a República exigia uma recomposição das estruturas de poder, sendo então preciso preencher os cargos do aparelho administrativo e burocrático do Estado e das instituições, que foram ocupados pelos “filhos da aristocracia” e pela camada média intermediária. Ocorre que a nova classe burguesa era de origem rural, razão porque foram os filhos e descendentes dessa classe que passarão a exercer o poder e a administração nesta nova ordem social (FERNANDES, 1976, p. 241).

Todavia, na transição para a República a igualdade era apenas “aparente” (camuflada). Sua implantação não trouxe ideais benefícios às populações escravizadas, pelo contrário, mantiveram-se os privilégios das classes ditas superiores garantidos por práticas burocráticas que obstavam à instauração de mecanismos democráticos.

¹¹ O conceito de cidadania adotado para este trabalho é o de Marshall, que entende a cidadania relacionada à existência dos direitos civis, políticos e sociais. Dessa forma, a educação está diretamente relacionada a ela, sendo, portanto, co-responsável pela formação dos indivíduos, pois o objetivo da educação é “moldar o adulto em perspectiva” (MARSHALL, 1967, p. 63).

Nesse contexto, surgem as instituições educacionais, empenhadas no desenvolvimento cultural já alcançado certo êxito nas sociedades onde foram implantadas. A burguesia assentada no poder se apropriou do aparelho escolar, tornando-o obrigatório, mas a seu serviço como meio de promover a aprendizagem da nova ordem social.

AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS E A INFLUÊNCIA DA EUGENIA

A constituição e a relevância de todo o procedimento educacional formal, numa sociedade, dependem de uma obra social e de um pensamento coletivo, ligada a interesses, políticos e econômicos, de grupos dominantes, hierárquicos e até religiosos. A educação deveria ser massificada, democratizar-se e sua centralidade é a escola, que estabelece conexões com o meio social. Não é possível negar seus valores e sua função social, bem como sua posição na estrutura da sociedade. Segundo Antônio Cândido, a escola é considerada “o eixo nas sociedades modernas” (CANDIDO, 1966, p. 12-13).

Uma das medidas adotadas pelo pensamento pedagógico brasileiro, dentro do espaço escolar, foi a implantação da Educação Física que, como componente curricular, traria benefícios disciplinares para melhorar a composição e a forma do corpo e da raça, já que possui um caráter higiênico, eugênico e moral, como assinala Soares (2007, p. 71):

[...] Apoiada pelo poder do Estado que “medicaliza suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas”, a medicina social, em sua vertente higienista, vai influenciar a condicionar de modo decisivo a Educação Física, a educação geral e toda a sociedade brasileira.

A figura do médico higiênico e da ciência eugênica aliada às políticas institucionais do Estado, vai adentrar em todas as instâncias e segmentos da sociedade, pois é preciso melhorar a raça. Segundo

o médico Renato Kehl¹², percussor das ideias eugênicas no Brasil, “a nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco” (DIWAN, 2007, p. 87):

[...] Políticas compulsórias como a restrição à imigração, a esterilização e o controle de casamentos estavam entre suas propostas. Além de Kehl, maior propagandista da eugenia brasileira, diversos médicos inspirados por ele e pelo movimento internacional se envolveram fervorosamente em defesa da pureza e da limpeza da raça no Brasil (DIWAN, 2007, p. 87).

Na análise do pensamento eugênico, o negro, o índio e a toda mestiçagem derivada destes grupos, representavam um atraso no desenvolvimento da sociedade, pois eram considerados atrasados e inferiores. O progresso seria alcançado em sua plenitude somente às sociedades puras, ou seja, de raça branca europeia. Desse modo, uma das medidas adotada pela República foi a política da imigração: com o incentivo do Governo, emigrantes de diversos de países da Europa, da raça branca, adentraram o país com a finalidade de alavancar o desenvolvimento e o progresso, num processo civilizatório.

Com a construção do sistema educacional visava-se o aperfeiçoamento dos indivíduos e a libertação da população brasileira da degenerescência. A ideia do eugenismo teve seu ápice com Getúlio Vargas no poder (1930). Por ele foi criado o Ministério da Educação e Saúde – MES - com o plano geral de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, e não somente isso, o “consenso entre os formuladores de políticas era que as escolas eram as linhas de frente da batalha contra a degeneração” (DÁVILA, p. 55, 2006).

¹² Dr. Renato Kehl foi “fundador e presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo. Kehl foi grande articulador e incentivador do movimento eugenista no Brasil, divulgando o pensamento eugênico através de um grande número de obras publicadas sobre o assunto e cuja lista de títulos encontrava-se no livro *Porque sou eugenista*” (SOARES, 2007, p.121).

[...] Os líderes dos reformadores educacionais que construíram ou expandiram o sistema de escolas públicas pelo Brasil no período entreguerras não eram só pedagogos. Eles eram médicos e cientistas sociais atraídos pela perspectiva de utilizar a educação pública como arena para ação social. Esses reformadores estabeleceram uma visão de valor social que privilegiava aparência, comportamento, hábitos e valores brancos, de classe média (DÁVILA, 2006, p. 32).

Alguns intelectuais da época, impulsionados pelo recém-criado MES, assumiram a questão da educação pública. Os educadores transformaram as escolas em laboratórios eugênicos, “lugares onde ideias sobre raça e nação eram testadas e aplicadas sobre as crianças” (DÁVILA, 2005, p. 56). Foram colocadas em prática no sistema escolar, o Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE)¹³, departamento federal criado no governo Vargas voltado a pesquisas educacionais avançadas em várias cidades do Brasil, entre as quais a capital Rio de Janeiro, tendo em suas ações pesquisas educacionais, sociológicas, eugênicas e psicológicas em quatro departamentos: Serviço de Testes e Medidas Escolares, Serviço de Cinema e Rádio Educacional do IPE, o Departamento de Ortofrenia e Higiene Mental e por fim, o Departamento de Antropometria (DÁVILA, 2006, p. 69).

A “era Vargas” (1930-1945) consolidou em todas as instâncias governamentais e segmentos da sociedade as políticas públicas para melhoramento da raça. Após esse período, algumas ações determinadas pelo IPE permaneceram ainda por algum tempo.

¹³ O Instituto de Pesquisas Educacionais – IPE – foi criado pelo educador Anísio Teixeira quando fora diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal em 1931. O IPE foi baseado no Institute for Education Research do Teachers College da Universidade da Columbia, em Nova York (DÁVILA, 2006, p. 67).

NOVAS PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO

A educação escolar¹⁴ teve seu papel ressignificado somente no período da redemocratização da sociedade brasileira, após a década de 1980. Seu destaque se deu na abertura política e na criação da Constituição Federal de 1988 em que a educação escolar se apresenta como a corresponsável pela valorização da condição humana e pelo desenvolvimento pleno da cidadania, conforme o seguinte trecho:

[...] Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL. Constituição Federal, 1988).

Com essas diretrizes, o Ministério da Educação lança em 1995 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) - *Temas Transversais*, fomentadores da noção de direitos civis, de respeito e cidadania, afirmando que um dos objetivos do ensino é formar o cidadão, formando-o capaz de exercer seus direitos e cumprir seus deveres, o que significa assumir oficialmente a escola como instituição corresponsável por formar o cidadão (BRASIL, 1997, p. 09).

No entanto, na tentativa de alicerçar e ampliar a discussão e também atingir os alunos do nível médio, houve um desdobramento dos PCNs – *Temas Transversais*- e em 2007 foi instituído pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED) a Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos (CDEC).

A CDEC foi pensada levando-se em conta as novas demandas vivenciadas pelos profissionais da educação nas escolas e com o objetivo de suprir lacunas na formação moral dos estudantes, partindo

¹⁴ Educação Escolar é o termo que está expresso nas diretrizes do MEC, “compreende os ensinamentos básico, secundário e superior, integra modalidades específicas e inclui atividades de ocupação de tempos livres” (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2005, p.5125). Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2005/08/166A00/51225138.pdf>. Acessado em: 03/02/2014.

do princípio de que vivemos numa esfera democrática, de pluralidade de ideias, gostos, costumes e crenças, sendo o maior desafio extirpar práticas de intolerância e discriminatórias.

[...] O desafio maior é sem dúvida, o conhecimento em si, razão do nosso trabalho e função essencial da escola. No entanto, constantemente vai além, demonstrando-nos demandas novas, exigindo um posicionamento em relação aos novos desafios que se opõem para a educação e que devem ser trabalhados neste contexto, tanto para os profissionais da escola, como para os educandos, seus pais e a comunidade, em toda a complexidade de cada um desses segmentos. Tais desafios trazem as inquietudes humanas, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais, levando-nos a avaliar os enfrentamentos que devemos fazer. Implica, imediatamente, a organização de nossas tarefas e o projeto político-pedagógico que aponta a opção pela direção educacional dada pelo coletivo escolar, nossos planos, métodos e saberes a serem enfrentados, para hoje, sobre o ontem e com a intensidade do nosso próximo passo (PARANÁ - SEED, 2012).

O empreendimento do CDEC até agora foi a produção de Cadernos Temáticos, formulados em cinco “desafios socioeducacionais”, os quais são: Educação Ambiental, Prevenção do uso indevido de drogas, Relações Étnico-Raciais, Sexualidade e Violência na escola e também algumas capacitações para professores da rede pública estadual (PARANÁ - SEED, 2012).

Apesar da resignificação do papel da educação e dos avanços, sobretudo nas últimas décadas, como a introdução da “cidadania” nas diretrizes do MEC e, mais recentemente, a inserção da lei 10.639¹⁵, os dados que serão apresentados no tópico a seguir revelam traços alarmantes sobre discriminação e racismo vivenciados atualmente dentro da escola.

¹⁵ A lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira na educação escolar e nos estabelecimentos de ensino oficiais e particulares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm Acessado em: 03/05/2014.

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA – ANÁLISE DOS DADOS

Os dados que serão apresentados a seguir foram coletados com alunos do 3º ano do ensino médio do período matutino, no segundo semestre de 2013, para uma pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais da UEM, que está em andamento. Os questionários foram aplicados no Colégio Estadual Professor José Aloísio Aragão localizado na região central da cidade, conhecido também como Colégio Aplicação de estágio-docência dos cursos de licenciatura da UEL, o qual é tido como escola modelo¹⁶.

A população pesquisada é de 98 alunos matriculados, distribuídos em três turmas. No entanto, no dia da coleta de dados estavam presentes somente 88, cinquenta do sexo feminino e 38 do masculino. Vê-se que o gênero feminino é predominante na escola (56%). Pode-se dizer que esse dado reforça o que outras pesquisas têm revelado: é crescente o número de mulheres estudando e ocupando maior espaço também no mundo do trabalho¹⁷.

Logo em seguida, foi perguntado aos alunos em que cor de pele eles se reconheciam. Identificaram-se como brancos 49, como pardos 23, como pretos 9 e como amarelos 7. Também foi perguntado se eles já sofreram algum tipo de discriminação na escola e, 36 afirmaram que *sim* e 52 responderam *não*. Entre os motivos de discriminação mais citados pelos alunos a aparência física é a mais citada por 19; na sequência, a raça ou cor, por 8, o aperfeiçoamento escolar por 4, religião por 4 e outro motivo por 1.

Observando-se os dados citados acima, é possível perceber que, numa expressão numérica bem significativa, 36 alunos, ou 40%, sofreram algum tipo de discriminação na escola, e as causas mais

¹⁶ Disponível em: <http://www.uel.br/aplicacao/pages/o-aplicacao/historico.php> Acessado em: 14/04/2014.

¹⁷ Segundo a pesquisa feita pelo Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná, CIEE-PR, disponível em: <http://www.cieepr.org.br/estagio-revela-maior-numero-de-estudantes-do-sexo-feminino>. Acessado em: 24/10/2012.

recorrentes (52%) figura a aparência física, seguida da raça ou cor (22%). As duas causas somam 74% de discriminação por fenótipos.

A problemática dos preconceitos associa-se ao estereótipo¹⁸ e a raça ou cor, ou seja, também os fenótipos, no campo da política e economia, foram o principal motivo para que levassem o Brasil, a implantar ações e políticas públicas como práticas eugênicas e higiênicas no espaço escolar, conforme apresentado no decorrer deste texto. Ressalta-se entre essas políticas a constituição do MEC. Nos dizeres de Soares (2007):

[...] Para os intelectuais da época que acreditavam nos poderes da eugenia, colocava-se a necessidade de sua divulgação e propagação para além do espaço familiar, num outro espaço também homogeneizador – a escola (p. 123).

Entretanto, passadas décadas e períodos de reconfigurações políticas e democráticas, ainda é muito evidente e forte a discriminação racial nas escolas. Apesar destes discursos terem sido formulados há mais de um século, como afirma Manoel Bomfim, existem resquícios que permeiam as relações sociais não só entre os alunos, mas também em todo quadro escolar.

Conquanto a ciência eugênica tenha sido abolida após a Segunda Guerra Mundial, em decorrência da limpeza étnico-racial feita pela Alemanha, observa-se também, pela apresentação dos dados acima, que há uma grande manifestação de preconceitos marcante em relação aos estereótipos e aos fenotípicos permeando as relações sociais na escola.

Também é possível fazer uma comparação entre os dados *Cor da Pele e Motivo da discriminação*. Somados, 36% dos alunos identificaram-

¹⁸ O estereótipo é geralmente imposto, enraizadas características externas, tais como a aparência (cabelos, olhos, pele), roupas, condição financeira, comportamentos, cultura, sexualidade. Tais classificações (rotulagens) nem sempre são positivas e podem, muitas vezes, causar certos impactos negativos nas pessoas. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/estereotipo/> Acessado em: 03/05/2014.

se como pretos ou pardos. Já, quanto a *Motivos da discriminação*, os dois maiores citados foram a “aparência física” e a “raça ou cor” com 75% do total. Essa informação se relaciona a próxima pergunta feita aos alunos: *Quem foi o agente causador da discriminação?* Quem mais discrimina são: colegas, 33; professores, 2; membros da diretoria/ coordenação, 1, perfazendo o total de 91,67%.

Também foi perguntado aos alunos se em algum momento da educação escolar, já havia sido abordada a temática “*preconceito, discriminação e racismo*” na escola. A resposta foi afirmativa (96,59%), ou seja, 85 e apenas 3 responderam *não*.

Observando os dados acima, é possível perceber que os alunos tiveram esta temática trabalhada, em algum momento da educação escolar, além de outras diversas matérias curriculares sendo: sociologia citada por 56, filosofia por 15, história por 8, educação física por 1, geografia por 1, em várias por dois e não lembram, dois.

Pode-se perceber, que as exigências curriculares definidas pela lei 10.639/03 e 11.645/2008¹⁹ estão sendo cumpridas; no entanto, cabe verificar em que medida e frequência este tema é trabalho na escola, se a discussão está sendo sistematizada ou se faz apenas em feriados ou datas comemorativas, como no Dia da Consciência Negra. Cabe ainda examinar por quais mecanismos as intolerâncias, por causa da diversidade de fenotípicos e raça/etnia ou cor, produzem e se reproduzem nos dias atuais.

Também é possível perceber que a educação escolar é apenas uma das ferramentas de construção, corresponsável, pela formação dos indivíduos. Existem outras formas de comunicação responsáveis pela formação das pessoas, entre as quais os meios de comunicação. Nesse contexto, é possível perceber a construção de personagens estereotipados por canais de rádio e televisão, seja por causa da raça/

¹⁹ A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (BRASIL, MEC, pág. 24, 2004).

etnia ou cor, da orientação sexual, do comportamento ou de padrões de estética e beleza. A estereotipação destas formas de comportamento produzida e reproduzida nestes espaços midiáticos, deve-se, a discursos raciais construídos outrora e que reforçam as práticas de intolerância.

A formatação do currículo escolar, bem como a configuração das diretrizes do sistema educacional brasileiro, são condicionadas por interesses de grupos dominantes ou intelectuais, com base tradicionalista e conservadora, e, com fins econômicos ou morais, empenhados eles em perpetuar as concepções de mundo e seus prestígios modos de vida. Antônio Cândido (1966) afirma que [isso ocorre]

[...] como herança do antigo sistema inalterável na economia mundial, instituições políticas fundadas na dominação patrimonialista e concepções de liderança que convertiam a educação sistemática em símbolo social dos privilégios e do poder dos membros e das camadas dominantes (p. 414).

Dessa forma, percebe-se que as mazelas geradas na instituição educacional têm, em seu gérmen, valores socioculturais de grupos dominantes e que podem ser percebidos na educação escolarizada do contexto atual.

Os “males de origem” do preconceito e da discriminação são intrinsecamente ligados à formação da nacionalidade brasileira de forma secular, haja vista as políticas e ações adotadas pelo poder local, durante os períodos, colonial, imperial ou republicano e, conforme pelos dados apresentados anteriormente, pela FIPE (2009) e dados do Mestrado. Nesse sentido, os discursos referente a eugenia e higienia utilizados outrora para fundamentar políticas segregacionistas e práticas discriminatórias são percebidos atualmente na esfera educacional.

Esta análise necessita de investigações mais profundas, sob outros olhares e novas indagações, na tentativa de saber por quais meios ou

atores se dão a reprodução e a manifestação destes preconceitos no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa foi possível constatar que a problemática dos preconceitos, da violência e intolerância está diretamente relacionada com a formação da nacionalidade brasileira, e da mentalidade exploratória e parasitária, conforme relato de Manoel Bomfim, trazida pelas nações ibéricas e que posteriormente, no início da República, se agregou às ideais positivistas e de civilização como as teorias de inferioridade racial, eugênica e higiênica.

Essa mentalidade vai influenciar diretamente, de forma negativa, discriminatória, os povos nativos e seus descendentes, que foram escravizados e marginalizados durante todo o processo “civilizatório”, por séculos, e isso estende-se até os dias atuais, haja vista os dados alarmantes coletados da pesquisa a respeito de práticas discriminatórias e de intolerância presentes nas relações sociais.

Nesse processo, a constituição da instituição educacional pública foi forjada para civilizar e melhorar a raça no Brasil. Cabe ainda pensar na efetiva contribuição que a escola deve prestar para desfazer estereótipos e preconceitos, já que a ela preconiza a valorização e a formação de cidadãos, como um dos seus objetivos.

Por fim, esta pesquisa propõe análises mais aprofundadas que revelem se a educação escolar refuta ou inspira práticas discriminatórias e mostre qual é a contribuição que a educação dá para a formação pessoal dos alunos. Também propõe investigar a que outros mecanismos os estudantes recorrem para desfazer os estereótipos e as práticas vexatórias de discriminação nas relações sociais do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda H. C. *Os clássicos no cotidiano*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

BRASIL. MEC. *Secretaria de Educação Básica Conselho escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico*. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética* - Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Edição do Centenário. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. A estrutura da escola. In: FORACCHI, M.M; PEREIRA, L. *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Nacional, 1966.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%EAo_Compilado.htm Acessado em: 01/09/2012.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Florestan. O Dilema Educacional Brasileiro. In: FORACCHI, M.M; PEREIRA, L. *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Nacional, 1966a.

FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. Ed. Dominus. São Paulo, 1966.

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf Acessado em: 26/07/2013.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PARANÁ - SEED - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8#o_q_sao Acessado: 23/10/2012.

SOARES, Carmen L. *Educação física: raízes europeias e Brasil*. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

TREVISAN, João S. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2007.



MEMÓRIA E ESQUECIMENTO DA TRAJETÓRIA NEGRA EM LONDRINA

Thiago Lima¹

INTRODUÇÃO

Devido à constatação de um *déficit* relativo à memória social de Londrina - a população negra é omitida na historiografia do município ou pouco lembrada quando comparada a outros grupos populacionais - o presente estudo visa analisar a história do negro na região através da imagem. Vinculado ao projeto “A População Negra em Londrina: Memória e Realidade Social²” em curso desde 2009 quando foram pesquisadas as trajetórias de personalidades negras da cidade³, este trabalho pretende examinar o percurso sociocultural, político e econômico da população negra, recorrendo às imagens produzidas no decorrer dos anos de formação e consolidação do território. A análise busca verificar de que maneira a imagem do negro foi construída e como foi possível produzir uma amnésia histórica com o intuito de se estabelecerem vantagens de uma raça em detrimento de outras.

A definição do conceito de raça permeia o discurso científico e é recorrentemente tema de discussão. Para esta análise, entendemos “raça” como uma construção social que remete aos discursos sobre as origens de um grupo os quais utilizam termos referentes à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue (GUIMARÃES, 2003, p.96).

¹ Graduando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina e bolsista PIBIC/CNPQ. E-mail: thflima@hotmail.com.

² Este projeto, coordenado pela Prof. Dra. Maria Nilza da Silva, tem como objetivo divulgar a trajetória de personalidades negras, quase todas “esquecidas” na memória social de Londrina e assim contribuir para maior conhecimento da história política, econômica, cultural e social da cidade.

³ As publicações estão disponíveis na página do laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiro (LEAFRO-UEL): <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/publicacoes-da-equipe-leafro.php>.

A metodologia aplicada consiste na análise interpretativa de imagens e no exame de artigos, documentos e bibliografia sendo a temática centrada nas relações raciais; consiste também no debate que envolve a utilização de recursos imagéticos nas Ciências Sociais, estabelecendo pontos de diálogo entre a antropologia hermenêutica, a antropologia visual e os principais representantes da consciência negra.

Serão utilizados os conceitos de cultura e descrição densa de Geertz, e as análises seguirão a abordagem interpretativista que auxiliará a revelar os significados inscritos – mas nem sempre aparente – nas imagens.

A OBLITERAÇÃO DA MEMÓRIA E AS POSSIBILIDADES DA IMAGEM

A negligência que exclui da memória social do município a trajetória do negro na historiografia de Londrina, constitui um empreendimento secular de obliteração da lembrança do afro-brasileiro. Abdias do Nascimento atenta para este fenômeno em que a camada dominante se beneficia de diversas formas:

Com esta providência se conseguiriam vários benefícios: primeiro, aliviaria a consciência de culpa dos descendentes escravocratas, os mesmos que ainda hoje continuam dirigindo os destinos do país; segundo, simultaneamente ao desaparecimento do seu passado, o negro brasileiro assistiria também à onubilação de sua identidade original, de sua religião de berço e de sua cultura, o que resultaria na erradicação da personalidade africana e no orgulho que lhe é inerente (NASCIMENTO, 1980, p.84).

Os esforços para apagar a memória do negro se apresentam também de formas variadas. Os documentos relacionados à escravidão, assim como os instrumentos utilizados para torturá-los foram eliminados⁴. No sistema educacional, as escolas e universidades oferecem resistência

⁴ Sobre a obliteração da memória e os mecanismos para eliminar provas e documentos referentes aos maus tratos sofridos pela população negra, ver *Documento nº3: Considerações não-sistematizadas sobre arte, religião e cultura afro-brasileiras em O Quilombismo* (Abdias do Nascimento, 1980, p.81-151).

quanto à sistematização do ensino referente à cultura africana⁵. No lugar da lacuna produzida pela destruição da memória, outras são implantadas. Estas segundas, deturpadas ou mesmo inventadas, possibilitaram o surgimento de crenças como a democracia racial no Brasil, a harmoniosa integração racial característica da nossa sociedade e a miscigenação espontânea.

Abdias do Nascimento vai ainda mais longe quando faz a leitura de Cheikh Anta Diop, um egiptólogo senegalês que afirma que grande parte da cultura, religião, filosofia e ciência ocidentais foram roubadas/plagiadas do Egito negro (todavia até mesmo a origem negra do Egito foi insistentemente contestada por alguns egiptologistas que tentavam provar uma origem branca). Dito de outra forma, quando se trata de ciência, desenvolvimento político, filosofia, enfim, tem sido inadmissível para a elite dominante creditar qualquer espécie de avanço que não tenha sua origem nas mãos branco-europeias⁶.

A memória referente à população negra passa por processos de distorções em diferentes níveis que se combinam: 1) faz-se desaparecer, apaga-se; 2) amenizam-se, abrandam-se as reais dimensões de dada conjuntura (ou atenuam-se, agravam-se) e 3) fabrica-se, cria-se⁷. Neste processo de obliteração da lembrança seguido da implantação de memórias inventadas pelas elites, a construção da imagem do indivíduo negro se deu de diferentes formas, ora protegida pela autoridade científica, ora recorrendo-se a argumentos sagrados e religiosos.

Os propósitos das fotografias “compósitas” de Francis Galton e as fotografias antropométricas de Thomas Henry Huxley e John Lamprey convergiam no que tange a descrição e classificação das

⁵ A lei 10.639 criada em 2003 sofre dificuldades para ser implementada mesmo 10 anos após sua promulgação. O ensino de História e Cultura Afro-brasileira é visto como secundário em muitas instituições de ensino e os docentes nem sempre estão capacitados para ministrar o curso. Para mais informações, ver *O Negro na Universidade: o direito à inclusão* (Maria Nilza da Silva, 2007, p. 46).

⁶ NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*, 1980, p.249.

⁷ Além dos mecanismos de apagar a memória do negro já citados nos estudos de Abdias do Nascimento, Ivair Augusto dos Santos, chama a atenção para a desqualificação das práticas de racismo para o crime de injúria, exemplo de ações que visam abrandar a gravidade e seriedade do tema (Santos, 2012, p.133).

diferentes raças humanas através da antropologia física comparativa. Cesare Lombroso tentou identificar as personalidades criminosas, assassinas, loucas – antropologia criminal – e H. D. Diamond propôs uma tipologização das doenças mentais e nervosas. Por outro lado, o mito de Cam justificou séculos de escravidão e barbárie sofridos pelos povos africanos sob o respaldo da bíblia⁸. Cito Carmen Rial (2003) em seu ensaio sobre o ocorrido no 11 de setembro em que ela relata como o “bárbaro” árabe/mulçumano foi apresentado nas cadeias globais de TV:

Se fossemos julgar pelas imagens mostradas nestas redes (CNN, FOX NEWS e BBC), o mundo islâmico seria formado por seres humanos sempre agrupados, permanentemente gritando, com as mãos erguidas ameaçadoramente, barbudos, que portam fotos de Bem Laden, que jamais falam ou andam individualmente, com soldados correndo atrás deles. Teríamos países onde as pessoas estão permanentemente manifestando-se nas ruas. Não há cotidiano, tempo morto, trabalhos [...] Ora, se sabe, o poder da câmera para criar o acontecimento. Na ausência de manifestação, a câmera gera: sua presença cria performance, faz com que a multidão atue como o esperado para ser filmada. Isso era comum nos dias que antecederam a queda de Reza Parlev [...] Os olhos dos telespectadores americanos viam todos os dias uma multidão em fúria (não é difícil criar o efeito de multidão, quem filma ou fotografa sabe disso). No resto do tempo, o Irã continuava a viver normalmente, mas essas não eram imagens que interessassem, não eram notícia (RIAL, 2003, p.10).

A partir desta passagem, podemos pensar na presença da intencionalidade no momento em que uma imagem é produzida. O “autor” da imagem, o “ator” na imagem e o “leitor” da imagem (GODOLPHIN, 2005) são sujeitos dotados de subjetividades e os modos de ver no ato fotográfico ou na leitura do produto resultante do ato variam de acordo com a bagagem cultural dos envolvidos.

⁸ SAMAIN, Etienne. *No fundo dos olhos: os futuros visuais da antropologia*. Cadernos de Antropologia e Imagem, n°6, p. 147, Rio de Janeiro, 1998.

Podemos concluir neste excerto que a memória pode ser moldada por quem a produz. Ricardo Augusto dos Santos, ao refletir sobre a ideia de inferioridade do negro, atenta para o fenômeno em que:

os discursos usados por (Renato) Kehl podem ser compreendidos como produções simbólicas da construção da identidade nacional. São representações, memórias, identidades que acrescentam significados às ações humanas (Santos, 2005, p.5).

Ao longo dos séculos, houve sempre o desejo de se proclamar a superioridade de um grupo sobre outro (Diwan, 2007, p. 27), e as bases profundas do racismo reside exatamente no desejo de alguns de dominar os demais. Pietra Diwan observa ainda que, “no Brasil, essa amnésia voluntária (em relação ao termo eugenia) foi produzida historicamente e dificulta a construção crítica da nossa história (p.18)”.

O PASSADO PRESENTE

É sabido que a trajetória da população negra no Brasil amarga o tráfico negreiro e a escravidão. Quão diversas foram e são as formas de violência impostas aos negros e quanto se forçou a miscigenação estuprando-se, para esse fim, mulheres negras com o objetivo de atender a uma política de branqueamento e alcançar o progresso nacional⁹.

Com o incentivo às imigrações europeias após a abolição da escravatura, não se propôs nenhuma política de reparação ou auxílio e o negro ficou abandonado à própria sorte¹⁰. Conjunturas que ajudam a explicar a marginalização da população negra: alocação em favelas; assentamentos e outros tipos de habitações precárias; condições de pobreza; subempregos; educação irregular; e circunstâncias de desvantagens em todas as esferas da sociedade. Mas ainda assim,

⁹ Cf. NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁰ HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades sociais no Brasil*. 2005, p. 139.

não são poupados esforços para provar que sucesso e fracasso são derivados do mérito pessoal e as discrepâncias econômicas e sociais são deslocadas de seu contexto.

No município de Londrina, norte-paranaense, essa realidade não é diferente. Apesar das contribuições sociopolíticas, econômicas e culturais da população negra na edificação e consolidação da cidade, a semelhança com a situação do negro em âmbito nacional permanece a mesma. Quando muito, a relevância do negro em relação à memória coletiva da região está geralmente vinculada tão-somente à dança, ao samba, à capoeira, à feijoada. A visão reducionista de que a contribuição da população negra no território limita-se a questões culturais cai por terra quando são analisadas as trajetórias de personalidades como Doutor Justiniano Clímaco da Silva, Cypriano Manoel, Doutor Oscar Nascimento e Vilma Santos de Oliveira, para citar alguns poucos de muitos exemplos. Voltaremos a estas personagens mais adiante. Não obstante, segundo estudos realizados pela professora doutora Maria Nilza da Silva, a população negra se concentra em áreas de menor prestígio, em territórios pobres e marginalizados da cidade, bem como figuram entre os que têm menor tempo de estudo, recebem menores salários e encontram maiores dificuldades no ingresso e permanência na Universidade Estadual de Londrina. Os dados apenas confirmam a realidade que a população negra vivencia cotidianamente¹¹.

¹¹ A realidade vivenciada pela população negra foi tema central de diversos estudos que se apresentaram convergentes e complementares. Entre eles, os trabalhos de Wiewiorka (2010), Nascimento (1980), Munanga (1986), Appiah (1995), Santos (2012), Silva (2007).

Figura 1. Associado da AROL.



LONDRINA E OS PIONEIROS

A colonização de Londrina ocorreu entre os fins da década de 1920 e início da década de 1940. A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi a responsável por colonizar grande parte do norte-paranaense e despertou interesse de migrantes do Brasil e do mundo. Entre os pioneiros, George Craig Smith e o alemão Hans Kopp foram os primeiros a registrar imagens de Londrina. A CTNP investia em estratégias publicitárias para atrair compradores e estas primeiras fotografias hoje possuem valor documental e servem de instrumento de pesquisa e análise histórica. Em 1933, José Juliani prestou serviços para a CTNP e foi um dos mais importantes fotógrafos da cidade. Fotografou o início e as transformações de Londrina e nessas incursões está registrada a presença do pioneiro negro.

Figura 2. Manoel Cypriano como motorista na abertura de estrada na região londrinense – final da década de 1930. Foto: José Juliani



Apesar de personalidades importantes na construção da cidade, o negro londrinense é esquecido nos registros oficiais. Com raras exceções, nomes como o de Manoel Cypriano não aparecem no memorial do pioneiro, ainda que tenha chegado em Londrina no ano de 1936 e apesar da sua importância na história da cidade.

Figura 3. CTNP. Foto: José Juliani



Cypriano foi funcionário da CTNP e representa uma das principais lideranças negras que Londrina conheceu. Fundou o Clube Quadrado – o nome faz referência ao Clube Redondo, onde negros eram proibidos de frequentar –, a Sociedade Beneficente Princesa Isabel e a Associação Recreativa Operária de Londrina (AROL).

Estes espaços fundados por Cypriano serviam para que os membros pudessem sociabilizar, se reunir e discutir a situação da população negra. Na AROL, havia uma escola, parque infantil, biblioteca e apresentações de músicas e bailes eram promovidos, entre outras atividades.

Figura 4. Concurso da rainha da primavera - clube redondo – 1938.
Foto: José Juliani



Figura 5. Dr. Oscar do Nascimento discursando, ladeado por Cypriano Manoel e outros membros, em um dos eventos realizados pela AROL – 1959. Foto: Álbum de Dr. Oscar.



Figura 6. A Escola da AROL, 1957. Foto: Álbum de Dr. Oscar.



A não presença do negro em uma imagem também pode fornecer informações valiosas. Além do já citado Clube Redondo, outra imagem bastante significativa é a dos primeiros formandos de medicina da UEL em 1972. Confira a foto abaixo:

Figura 7. Primeira turma de formandos do curso de medicina da UEL – 1972.



Em uma análise interpretativa, parece-me correto afirmar que, no contexto em que a foto foi tirada, a primeira turma de médicos da faculdade tinha sua predileção por futuros profissionais de cor branca, realidade esta que permanece na atualidade¹². Ainda na área médica, uma das poucas exceções que consta nos registros oficiais da cidade é a história do pioneiro Justiniano Clímaco da Silva. Narrada num livro¹³ em que consta sua trajetória como médico, professor e

¹² Cf. GREENHALGH, Laura. Doutor Preto. Estado de São Paulo, 31 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,doutor-preto,1069772,0.htm>. Acesso em: 23/04/2014.

¹³ As bibliografias do Doutor Clímaco e de Dona Vilma fazem parte da iniciativa do LEAFRO – Laboratório de Cultura e Estudos Afro-brasileiros – da UEL, de escrever a história do negro londrinense com o intuito de preencher as lacunas existentes na historiografia do município. A equipe continua com os estudos referentes às personalidades negras de Londrina e é esperado que mais biografias sejam documentadas.

deputado, as dificuldades encontradas para o exercício da profissão e a grandiosidade do ser humano que ele foi.

Em um trabalho semelhante, a biografia de Vilma Santos de Oliveira, Já Mukumby, ou simplesmente Dona Vilma, como é conhecida, nos é apresentada a trajetória de uma militante do movimento negro e líder religiosa de Londrina, seu percurso político-social, sua dedicação à promoção de uma sociedade mais justa e seu combate à intolerância.

Também foi publicada a biografia do Doutor Oscar Nascimento, amigo próximo de Manoel Cypriano, advogado com formação em economia e combatente na luta contra a discriminação racial. Outrossim, há necessidade de desprender esforços para documentar a vida de personagens, ainda anônimas, que contribuíram para o município, mas que ainda não se teve a oportunidade de descobrir. São Clímacos, Vilmas, Cyprianos, Nascimento que, por alguma razão, a camada dominante insiste em ignorar. Mais do que médicos, advogados, líderes religiosos, militantes e trabalhadores em geral que ajudaram a construir a cidade, são referências na luta por uma sociedade mais igualitária.

Figura 8. Doutor Oscar Nascimento **Figura 9.** Pastor Jonas

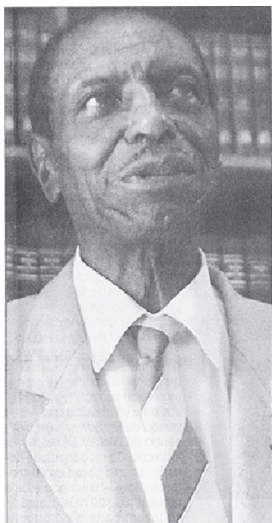
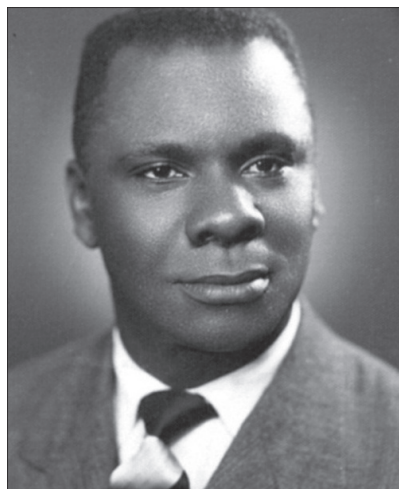


Figura 10. Dona Vilma



Figura 11. Doutor Clímaco



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora sistematicamente omitida na historiografia da cidade, a população negra é parte fundamental da história londrinense. São protagonistas nas mais diversas áreas de atuação. A invisibilidade do cidadão negro não significa inexistência. Ao contrário, são homens, mulheres, jovens, adultos, crianças, idosos. Trabalhadores, desempregados, homossexuais, heterossexuais, cristãos, ateus. Agem e interagem nas esferas política, econômica, cultural e religiosa tanto nos dias atuais quanto o fizeram no passado. No entanto, a obliteração da memória de uma parcela específica da população persiste ainda hoje.

As imagens contidas no presente trabalho visam demonstrar que é possível extrair informações de uma imagem e analisá-las. Mostram o indivíduo negro no seu trabalho, no lazer, no clube. Mas, sua ausência em locais específicos aponta os aspectos excludentes da nossa sociedade. Apesar disso, os trabalhos do Leafro e a história de lideranças como Dona Vilma, Dr. Clímaco, Dr. Oscar Nascimento e

Pastor Jonas, verdadeiros exemplos de resistência, nos fazem pensar que uma outra realidade é possível.

Figura 12. Membros da AROL – Associação Recreativa Operária de Londrina. Foto: Álbum de Dr. Oscar.



Figura 13. Desfile AROL em comemoração ao 13 de maio – 1959.
Foto: Álbum de Dr. Oscar do Nascimento.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Sebastião Rodrigues. *Somos todos iguais perante a lei*. Cáli, 1977.

APPIAH, Rwame. *Na casa de meu pai*. São Paulo, Contraponto, 1995.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. São Paulo. Nova Fronteira, 1984.

BONI, Paulo César. *A fotografia como mídia visual da recuperação histórica de Londrina*. Londrina. Domínios da imagem, Ano I, N. 2, 2008.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura*. São Paulo. Contexto, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, 1966.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GODOLPHIN, Nuno. *De árvores, pedras e homens*. Rio de Janeiro, 2005.

GREENHALGH, Laura. *Doutor Preto*. Estado de São Paulo, 31 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,doutor-preto,1069772,0.htm>. Acesso em: 23/04/2014.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Como trabalhar com “raça” em sociologia*. São Paulo, 2003.

Hamilton, Charles. *Black Power*, Nova Iorque, Vintage Books, 1967.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Caixões infantis expostos*. 1994.

LEITE, Mirian Moreira. *Retratos de família*. São Paulo, 1986.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e sentidos*. São Paulo, 1986.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo*. Rio de Janeiro, Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da. (orgs.). *O negro na universidade: o direito a inclusão – Brasília, DF :Fundação Cultural Palmares, 2007*.

PANTA, Mariana; SILVA, Maria Nilza da. *O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina*. Londrina: UEL, 2010.

RIAL, Carmen. *Guerra de Imagens: O 11 de setembro na mídia*. Florianópolis, 2003.

SCHWARTZ, Lilia. *Nomeando as diferenças*. Rio de Janeiro, 1995.

SAMAIN, Etienne. *No fundo dos olhos: os futuros visuais da antropologia*. Cadernos de Antropologia e Imagem, nº6, p. 147, Rio de Janeiro, 1998

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *Direitos Humanos e as práticas de Racismo*. Brasília, 2012.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Quem é bom, já nasce feito?* Rio de Janeiro, 2005.

SOUZA, Alexsandro Eleotério Pereira de; MERISSI, Laís Celis; DINIZ, Larissa Mattos; LANZA, Fábio. *YáMukumby a vida de Vilma Santos de Oliveira*. Londrina: UEL, 2010.

TACCA, Fernando de. *Sapateiro: o retrato da casa*. 1991.

WIEVIORKA, Michel. *O racismo, uma introdução*. Paris, Perspectiva, 2007.

WIEVIORKA, Michel. *Novas lições de sociologia*. Lisboa, Teorema, 2010.

REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

Figuras 1, 5, 6, 12 e 13: Álbum de Dr. Oscar do Nascimento.

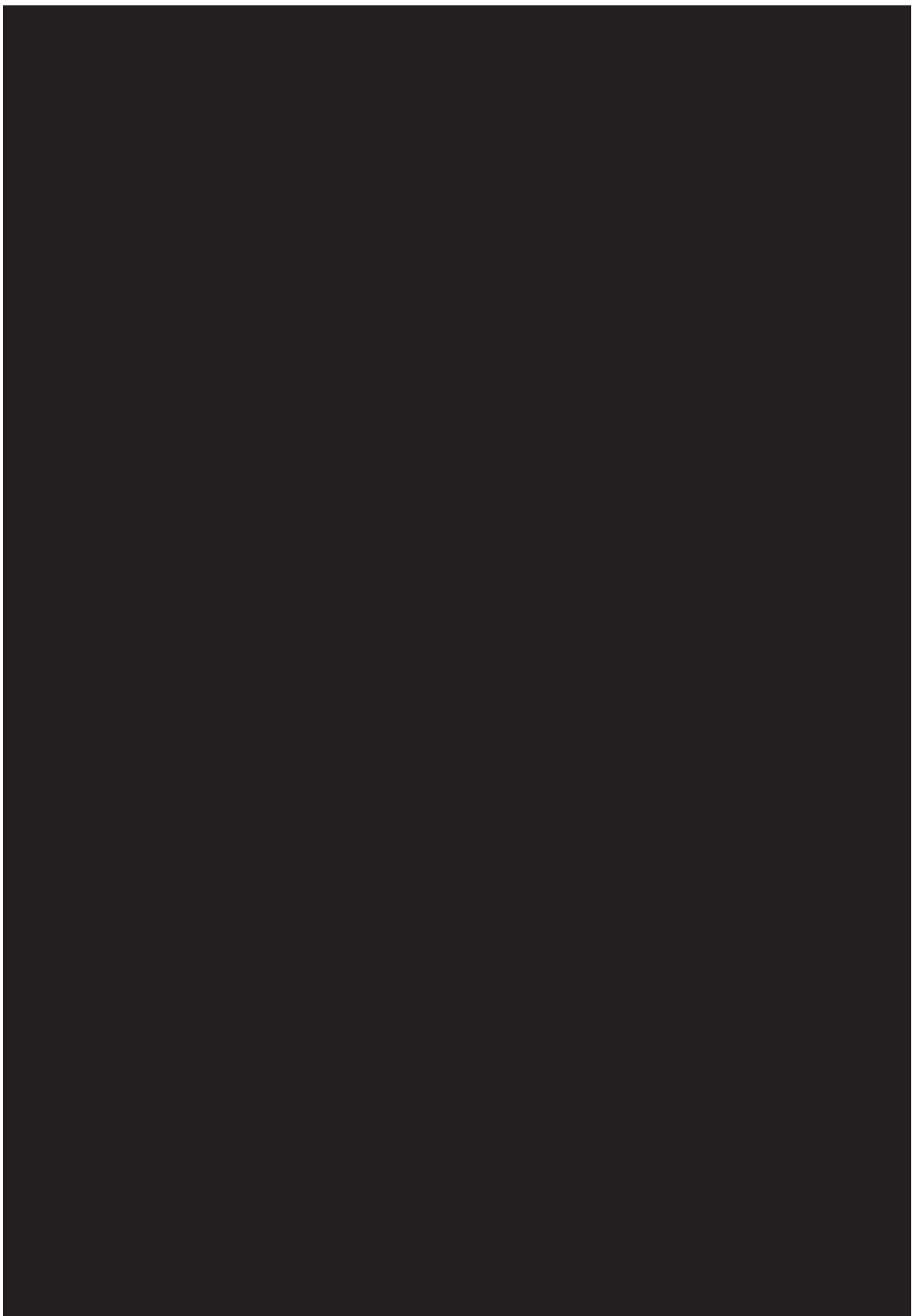
Figuras 2, 3 e 4: Fotos: José Juliani.

Figura 7: disponível em http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_Cod_Categoria=2&FWS_N_Texto=16069, acessado em 15 de maio. 2013.

Figura 8: Foto: Paulo Wolfgang. *Folha de Londrina*. Folha2. Comunidade Negra é homenageada em Londrina. Londrina-PR, 20 nov. 2002.

Figura 10: Foto: Milton Dória. Acervo pessoal de Dona Vilma. In: LANZA, Fábio; SOUZA, Alexsandro Eleotério Pereira; MERISSI, Laís Celis; DINIZ, Larissa Mattos. *YáMukumby: a vida de Vilma Santos de Oliveira*. Londrina: UEL, 2010.

Figura 11: Foto: Álbum de família do Dr. Clímaco. In: PANTA, Mariana; SILVA, Maria Nilza da. *O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina*. Londrina: UEL, 2010.



O NEGRO NA IMPRENSA EM LONDRINA: SERÁ que a notícia é boa?

Guilherme Souza Costa¹

INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2013, três casos marcantes foram destaque nos jornais locais de Londrina, no norte do Paraná, com retratos da violência e intolerância com as minorias étnico-raciais: o assassinato da líder do Movimento Negro, Dona Vilma dos Santos, a Yá Mukumby, de sua mãe e de sua neta por um vizinho; a agressão e atos de abuso de poder cometidos por três guardas municipais contra um estudante negro de 20 anos; e o empenho das associações comerciais para a suspensão do feriado de 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

O assassinato da Mãe de Santo e militante do Movimento Negro, Yá Mukumby, ocorreu na noite de 03 de agosto de 2013. (ELORZA, FRAZÃO, 2013; REDAÇÃO BONDE; 2013)². Vinte dias depois, a Promotoria denunciou à Justiça o crime de intolerância religiosa e racismo.

Em 28 de agosto de 2013, o estudante de 20 anos, Caio Cesar Alves denunciou três guardas municipais por abuso de poder. De acordo com os responsáveis pela apuração do caso, testemunhas, reforçando as explicações da vítima, relataram que o jovem teria sido agredido por um dos guardas depois de acenar, à distância para dois

¹ Jornalista e Mestrando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: guilhermecostacontato@gmail.com.

² ELORZA, Thelma. FRAZÃO, Marcelo. Yá Mukumby e mais três pessoas são assassinadas a facadas na zona oeste. *Jornal de Londrina*, 04 de agosto de 2013. Disponível em < <http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?tl=1&id=1396591&tit=Ya-Mukumby-e-mais-tres-pessoas-sao-assassinadas-a-facadas-na-zona-oeste> > acesso em 20 de janeiro de 2014. REDAÇÃO BONDE. Yá Mukumby e mais três morrem esfaqueados em Londrina. *Bondenews*, 04 de agosto de 2014. Disponível em < http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--111-20130804 > acesso em 20 de janeiro de 2014.

amigos enquanto a viatura passava pelo local; os agentes entenderam o gesto como uma provocação. O rapaz teria sido agredido, algemado e colocado dentro da viatura. Foi aberta sindicância para investigar a conduta dos servidores (GONÇALVES, 2013)³. No dia seguinte, em entrevista ao *Jornal de Londrina*, o jovem alega ter sido vítima de racismo: “Comigo estavam dois amigos que também acenaram. Só eu fui preso e espancado. A cor pesou sim - mas ainda bem que eles não apanharam.” A reportagem de Marcelo Frazão ressalta a condição social de vulnerabilidade do entrevistado e caracteriza como sequestro relâmpago e tortura os atos sofridos pelo jovem (FRAZÃO, 2013)⁴.

Durante a semana que antecedeu as celebrações do Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, que é comemorado como feriado municipal em Londrina – norte do Paraná - e em mais de mil municípios brasileiros, a imprensa londrinense acompanhou a movimentação da FIEP (Federação das Indústrias do Paraná) com o apoio de associações comerciais, dos sindicatos patronais e de grupos da sociedade civil na Justiça para o cancelamento do feriado. O argumento era que não cabia aos municípios a instituição de feriados de caráter cívico, razão para que o feriado seria inconstitucional (REDAÇÃO BONDE, 2013)⁵. Lideranças negras se manifestaram dizendo que os interesses econômicos por trás das tentativas de cancelar essa conquista do Movimento Negro eram, na verdade, discursos racistas. Observaram Silva e Tavares:

³ GONÇALVES, Juliana. Guardas Municipais são afastados por suspeita de agressão a jovem de 20 anos. *Jornal de Londrina*, 28 de agosto de 2013. Disponível em < <http://www.jornaldelondrina.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=1403633&tit=Guardas-municipais-sao-afastados-por-suspeita-de-agressao-a-jovem-de-20-anos> > acesso em 28 de abril de 2014.

⁴ FRAZÃO, Marcelo. “Achei que ia morrer”, diz jovem agredido em Londrina”. *Jornal de Londrina*. 29 de agosto de 2013. Disponível em < <http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?id=1403865> > acesso em 28 de abril de 2014.

⁵ REDAÇÃO BONDE. “TJ concede liminar que cancela o feriado em Londrina”. 18 de agosto de 2013. Disponível < http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--646-20131118 > acesso em 28 de abril de 2014.

A suspensão do feriado de 20 de novembro é a manifestação nefasta do racismo presente em nossa sociedade, que prefere não enxergar as desigualdades e a violência contra os brasileiros, sobretudo, contra os negros. O feriado foi conquistado com muita luta e à custa de inúmeras vidas que tomaram ao longo da história do país. A justificativa de prejuízo financeiro é risível diante das mortes dos negros e das trajetórias escolares ceifadas pelo racismo presente em nossas instituições educacionais, o qual, mesmo sem rosto, porém de forma eficiente, se manifesta por meio de uma mentalidade racista (TAVARES e SILVA, 2013)⁶.

O resultado foi uma adesão parcial das associações, instituições e empresas e a abertura de uma discussão sobre a importância, conveniência e constitucionalidade da comemoração do feriado (ELORZA E GONÇALVES, 2013)⁷.

Nos 365 dias do ano, lendo no jornal notícias do dia, lembramos de ter visto, em apenas três ocasiões, estampadas nas páginas dos jornais matérias que traziam as demandas das minorias étnico-raciais e denúncias de caso de abuso e intolerância. Fica então evidente que a desigualdade racial que permeia as esferas socioeconômicas, políticas e educacionais no Brasil também se estende aos meios de comunicação.

Conforme denuncia o sociólogo Florestan Fernandes⁸ (1972), difunde-se dentro e fora do Brasil uma falsa ideia de democracia racial no país. Entretanto, o teórico põe em cheque a pressuposição de que tal equilíbrio social está longe de ser alcançado. De acordo com o autor, os longos processos de miscigenação e formação de uma sociedade heterogênea no país se sustentam em uma perspectiva em que o sucesso se traduz na capacidade do negro alcançar o modelo do branco e em que o fracasso reflete a sua incapacidade de abandonar a situação de negro/mestiço.

⁶ TAVARES, Paulo César Vieira. SILVA, Maria Nilza da. Feriado de 20 de novembro: a consciência necessária. *Jornal de Londrina*, 24 de novembro de 2014.

⁷ ELORZA, Telma. GONÇALVES, Juliana. “Londrina tem o feriado no Dia da Consciência Negra pela metade”. *Jornal de Londrina*, 20 de novembro de 2013. Disponível em < <http://www.jornaldelondrina.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1426669> > acesso em 28 de abril de 2014.

⁸ FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo. Ed. Difel, 1972.

Essa ideia mascarada de cordialidade e igualdade nas relações entre brancos e minorias raciais também se reflete, portanto, nos veículos de comunicação brasileiros. Cremilda Medina (2004, p. 30)⁹ afirma que a produção de sentidos na imprensa reflete uma complexidade sociocultural de ordem ética, técnica e estética. No imaginário social brasileiro produz-se um discurso punitivo em relação a temas delicados, por exemplo: a pena de morte, a eugenia, o genocídio e o exílio de seres humanos. E não somente em meio aos trabalhos dos jornalistas, também na literatura científica, na produção intelectual e histórica, é perceptível o reflexo dos valores expressidos pela sociedade. A pesquisadora afirma que, se as estruturas tendem a agir em prol da manutenção da ordem vigente, não é de se espantar que a comunicação social emita os mesmos sinais conservadores que são discriminatórios de outros que ameaçam o *status quo*.

INVISIBILIDADE: A MAIOR FORMA DE RACISMO NA MÍDIA

É evidente que avanços têm sido feitos e que escrachos óbvios praticados no passado pela imprensa brasileira não são mais aceitos nas redações dos jornais, hoje em dia. Mas, fica literalmente impresso na história brasileira o fato de que não era difícil encontrar, em meio às matérias jornalísticas, emprego de expressões que associam a cor negra a atitudes e condições depreciativas, como em “a ovelha negra da família” ou “a coisa está ficando preta”¹⁰. Uma manchete do jornal *O Dia*, de agosto de 2001 trazia os dizeres “Safari com verba pública” para relatar que a Câmara enviaria representantes para participar de um debate sobre o racismo na África do Sul.

⁹ MEDINA, Cremilda. “Imprensa e racismo: espelho das contradições sociais”. In. CARRANÇA, Flávio. BORGES, Rosane da Silva. (Org.) *Espelho Infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos jornalistas no Estado de São Paulo, 2004. p. 29-34.

¹⁰ Sobre o assunto, consultar: WIEVIORKA, Michel. *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva. 2007 e SCHWARTZ, Lilia. “Nomeando as diferenças: a construção da ideia de raça no Brasil”. In. Gláucia Villas Lobo e Marco Antonio Gonçalves (Orgs.). *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro. 1995.

O próprio jornal *O Globo*, um dos veículos mais influentes do país, trazia como manchete “Governo dará privilégios ao negro” em 20 de novembro de 1995, quando o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em pronunciamento na Serra da Barriga, reconhecia a existência de discriminação no país. Era a primeira vez na história brasileira que um representante do Estado reconhecia mecanismos de produção e manutenção de desigualdade racial no Brasil (OLIVEIRA, 2004, p.162-163)¹¹.

Esse retrato infiel das minorias se estende ainda mais quando adicionamos a questão de gênero à equação. A jornalista Edna de Melo (2004) realizou uma análise qualitativa das principais revistas femininas¹², na década de 1990: *Claudia* e *Marie Claire*. A conclusão da pesquisadora é que raramente se via a imagem de mulheres negras associadas a bons padrões de estilo, beleza e comportamento ou como exemplos de saúde e vitalidade. Ao contrário, eram correntes matérias em que as personagens passavam por transformações no visual, ao estilo “antes e depois”. Na maioria das vezes, as participantes passavam por alisamentos nos cabelos, aplicação de maquiagem e roupas que as dissociavam ou distanciavam da condição de mulher negra (MELLO, 2004, p. 37-39)¹³.

Mas, hoje em dia, o decoro e a maioria dos preceitos éticos parecem ser cada vez mais incorporados às práticas das redações e, conforme nos lembra Ricardo Alexino Ferreira (2004, p. 22), diferente da publicidade, as reportagens não podem conter polissemia em que uma mesma imagem possibilita diferentes leituras e assim facultar

¹¹ OLIVEIRA, Eduardo Henrique Pereira. “O potencial da internet na luta contra o racismo”. In. CARRANÇA, Flávio. BORGES, Rosane da Silva. (Org.) *Espelho Infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos jornalistas no Estado de São Paulo, 2004

¹² Segmentada para o público feminino, com temáticas voltadas para moda, saúde e beleza, por exemplo.

¹³ MELLO, Edna de. “As cores da mulher negra no jornalismo”. In. CARRANÇA, Flávio. BORGES, Rosane da Silva. (Org.) *Espelho Infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

ambiguidades e, por conseguinte, corroborar para reforçar o status do negro em posição de inferioridade¹⁴.

A década de 1990 marcou o início de uma maior presença da questão racial nos meios de comunicação social no Brasil e no mundo. O espaço aberto nos assuntos políticos com o fim da Guerra Fria, a comemoração dos 100 anos de Abolição da Escravatura e a cobertura do fim do regime de *apartheid* na África do Sul são exemplos a ser citados como contribuição para essa mudança. Antonio Sergio Alfredo Guimarães (2004, p. 113)¹⁵ considera um marco na história da imprensa brasileira o editorial da *Folha de S. Paulo* de 1995, intitulado “Racismo à Brasileira”, que dizia “Além de manifestações explícitas de racismo e desigualdade étnica, assim como outras, está implícita nas injustiças sociais. Trata-se de uma forma especialmente perversa de racismo, já que mascara e se perpetua por detrás de uma enorme distância socioeconômica”.

Florestan Fernandes também traz suas considerações acerca da atenção que o jornal passa a prestar às temáticas raciais:

O caderno especial da Folha intitulado “Racismo Cordial” (25.6.1995) possui significado histórico. Assunto proibido e cercado de tabus, o racismo no Brasil emerge aí sob muitas facetas perturbadoras. Produto de pesquisa estatística em âmbito nacional, a publicação esclarece que toda a sociedade brasileira é atingida com intensidade pelo racismo, inclusive do negro contra o próprio negro. Trata-se, pois, de uma contribuição empírica positiva à descrição de nossa sociedade (FERNANDES, 1997, p. 247)¹⁶.

¹⁴ FERREIRA, Ricardo Alexino. Quando a imprensa branca fala de gente negra: visão eurocêntrica da imprensa na cobertura de afrodescendentes. In: CARRANÇA, Flávio. BORGES, Rosane da Silva. (Org.) *Espelho Infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

¹⁵ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “O recente anti-racismo brasileiro, o que dizem os jornais diários”. In: CARRANÇA, Flávio. BORGES, Rosane da Silva. (Org.) *Espelho Infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

¹⁶ FERNANDES, Florestan. *A força do argumento*. São Carlos: EDUFSCar, 1997.

O problema agora não está, então, nas ofensas abertas, o perigo mora na invisibilidade do preconceito e da discriminação nos veículos de comunicação. O mercado publicitário possui o CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) para fiscalizar as propagandas veiculadas a partir de denúncias dos espectadores – e sem interferência governamental (livre de pressões políticas – pressupõe-se), uma vez que se trata de uma entidade autorreguladora – e coibir a disseminação de material publicitário que apresente injúrias, mensagens subliminares ou incite os preconceitos ou práticas intolerantes à diversidade.

A indústria cinematográfica parece ter aberto espaço para filmes que trazem a temática da condição negra, tanto em um retrospecto histórico quanto em uma denúncia crítica às práticas racistas atuais. O ano de 2013, por exemplo, foi marcado pela trajetória de longas metragens como *12 Anos de Escravidão* (*12 Years a Slave*, EUA, Steve McQueen, 2013), *O Mordomo da Casa Branca* (*The Butler*, EUA, Lee Daniels, 2013) e *Fruitvale Station – A Última Parada* (Idem, EUA, Ryan Coogler, 2013) que levaram milhões de pessoas às salas de cinema, conquistaram a crítica e ganharam prêmios nos festivais mais importantes do mundo. Talvez um dos maiores ícones da História na luta contra a desigualdade racial, Nelson Mandela, ganhou uma justa cinebiografia em *Mandela: Caminho para Liberdade* (*Long Walk to Freedom*, África do Sul, Justin Chadwick, 2013). Até mesmo o cinema brasileiro se destaca: como não citar o sucesso de bilheteria de *Faroeste Caboclo* (Idem, Brasil, 2013), cujo roteiro foi inspirado na famosa canção de Renato Russo.

Enquanto isso, o jornalismo caminha em passos lentos. Uma das mais conceituadas jornalistas brasileiras, Miriam Leitão comenta:

E como o racismo se apresenta na imprensa? Apresenta-se na mesma forma odiosa com que o racismo se apresentou no país ao longo dos anos, das décadas, dos séculos: vamos fingir que não estamos vendo. É uma coisa deliberada? Uma coisa consciente? Não, não é consciente, não

há uma reunião em que se fala assim: “Nós, os brancos, decidimos que esse assunto não tem espaço”. Não é exatamente assim. Se fosse, alguém poderia questionar e a discussão começaria. O problema do racismo brasileiro é que ele não é explícito” (LEITÃO, 2002, p. 42)¹⁷.

Ricardo Alexandrino Ferreira (2004, p.19-26) ressalta que a culpa não é necessariamente do jornalista cuja formação (no sentido de educação e qualificação profissional) é sabidamente deficiente nos cursos de comunicação social do país. Os repórteres arraigam uma cultura de “jornalismo light”, em que opera a lei do menor esforço. Para agravar a situação, a prática da profissão está inserida em uma lógica de rotinas produtivas, determinadas por diferentes critérios de noticiabilidade¹⁸. Ainda, o jornalista realiza seu trabalho sob uma condição de alienação do trabalho tanto quanto qualquer operário de fábrica, sem realmente ter consciência do processo de elaboração final do seu produto, que é a reportagem¹⁹.

As pesquisas de Ferreira (Op. Cit., 2004, p.19) apontam que as principais deficiências do jornalismo brasileiro no tocante às desigualdades sociais estão na reduzida presença de negros exercendo a profissão de jornalista, na dificuldade em demonstrar a insatisfação e as exigências de representação social de grupos minorizados, em denunciar crimes de discriminação e evitar cair em estereótipos. De acordo com o autor, a maioria dos jornalistas negros entrevistados em sua pesquisa de doutoramento: “Olhares Negros: percepção crítica de afrodescendentes sobre a imprensa e outros meios de comunicação social”, se dizem insatisfeitas com sua representatividade nos veículos em que trabalham, mas não sabem apontar especificamente qual seria o melhor modelo de abordagem.

¹⁷ LEITÃO, Miriam. “A imprensa e o racismo”. In. RAMOS, Sílvia (Org.) *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

¹⁸ Sobre isso, consultar WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. LISBOA, Ed. Presença, 1994.

¹⁹ Mais em MARCONDES Filho, Ciro. *O Capital da Notícia – Jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo. Ática, 1986. P. 41

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2004, p. 113-133) talvez ofereça uma saída quando elenca quatro pontos-chave da argumentação antirracista. Primeiro: a negação da igualdade de oportunidade para negros e para brancos. Em segundo lugar, evidenciação das desigualdades raciais de renda, emprego e educação. Terceiro ponto: a denúncia do tratamento diferencial dos brancos e negros pela polícia e pela Justiça. Por fim, denúncia da imagem de subalternidade e de inferioridade social do negro.

Esse último aspecto é levantado pelo autor quando ele considera e analisa a presença de personagens negros no meio televisivo. Não se vêem na televisão tantos negros quanto aponta a proporção da população negra no país. Os poucos que aparecem nos programas estão, na maioria das vezes, em papéis que sugerem condições de trabalhos subalternos, como empregados domésticos ou trabalhadores braçais, quando não retratados como assaltantes e traficantes.

NAS MANCHETES DOS JORNAIS DE LONDRINA

O assassinato da líder no Movimento Negro em Londrina, Yá Mukumby, foi então um golpe na luta enfrentada pelos negros em ver reconhecida sua existência e dignidade. A história de vida de luta de Dona Vilma é um grande exemplo de militância a favor dos inferiorizados. Entre os seus feitos, não podemos esquecer sua decisiva participação na implantação de políticas de cotas para negros oriundos de escolas públicas no processo seletivo da Universidade Estadual de Londrina, UEL (LANZA et. al., 2013)²⁰.

A aplicação de ações afirmativas na Universidade enfrentou duras críticas em um combate que se dava em duas frentes: dificuldade de identificar quem é negro em um país marcado pela miscigenação e o discurso carregado de hipocrisia segundo o qual não se deve

²⁰ LANZA, Fabio. [et. Al.]. *Yá Mukumby: a vida de Vilma Santos de Oliveira*. 2. Ed. revisada e ampliada. Londrina. UEL, 2013.

constranger o negro a sofrer a racialização para receber o benefício (MUNANGA, 2007, p.7-20)²¹.

No entanto, vale ressaltar que as ações afirmativas são políticas de Estado compensatórias, que a partir de uma demanda da sociedade civil, garantem o cumprimento de direitos civis não integralmente garantidos pelo meio social (e a imprensa não escapa dessa responsabilidade). Valter Roberto Silvério destaca que as ações afirmativas são um importante mecanismo social para que os diferentes grupos vivenciem as diversidades raciais, étnicas, culturais, de classe, de gênero, de orientação sexual e assim por diante (SILVÉRIO, 2007, p.21)²².

Quando perdemos Yá Mukumby, um ícone na luta por essa e muitas outras causas nobres, constatamos um golpe contra os afrodescendentes cujas sensações podem ser refletidas no comentário de Dora Lúcia de Lima Bertúlio sobre a responsabilidade da sociedade nas relações raciais:

Aqui o racismo se transveste em diversas apreensões sociopolíticas e culturais, fazendo surgir outros valores meritórios que irão inibir a autoestima daqueles indivíduos e desconstruir a capacidade de desenvolvimento de toda a comunidade negra, desagregando sua humanidade e, por consequência, sua condição de sujeito de direitos (BERTULIO, 2007, p. 51)²³.

²¹ MUNANGA, Kabengele. “Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior”. In. QUEIROZ, Jairo Pacheco. SILVA, Maria Nilza da. (Orgs.) *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

²² SILVERIO, Valter Roberto. “Ação afirmativa: uma política que faz a diferença”. In. QUEIROZ, Jairo Pacheco. SILVA, Maria Nilza da. (Orgs.) *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

²³ BERTULIO, Dora Lucia de Lima. “Ação afirmativa no Ensino Superior: considerações sobre a responsabilidade do Estado Brasileiro na promoção do acesso à Universidade – o Sistema Jurídico Nacional”. In. QUEIROZ, Jairo Pacheco. SILVA, Maria Nilza da. (Orgs.) *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

Apesar do golpe da perda de Yá Mukumby, continua a luta pela igualdade racial. A lei 10.369/03²⁴, apesar da grande dificuldade de sua aplicação, vem transmitir a história e cultura africana nas escolas de ensino fundamental e médio da cidade. A Universidade Estadual de Londrina (UEL) destina 20% das vagas do vestibular para estudantes negros oriundos de escola pública e conta ainda com as ações do NEAA (Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos), o PROPE (Programa de Apoio ao Acesso e Permanência para a Formação do Estudante) e o LEAFRO (Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros). No âmbito municipal, contamos com as atividades promovidas pelo CMPIR (Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial) além do Grupo de Trabalho de Combate ao racismo através de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação, o Núcleo Regional de Educação (NRE), a Secretaria Municipal de Saúde, a Gestão de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, a Universidade Estadual de Londrina (UEL), o Centro de Direitos Humanos (CDH), a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, da Saúde Pública e da Saúde do Trabalhador e representantes da sociedade civil organizada.

Mas, parece que Londrina tem o costume de mesclar episódios tristes com as comemorações de suas conquistas. O exemplo mais recente foi a prisão do jornalista Lourival Santos no dia em que o Londrina Esporte Clube conquistava o título estadual em vinte anos. Após o jogo contra o Maringá, na partida final do Campeonato Paranaense de Futebol de 2014, o narrador foi detido por ter chamado de macaco um jogador do LEC. A Rede Massa Tibagi, afiliada do SBT em Maringá afastou o jornalista que apresenta um programa na emissora (REZENDE, 2014)²⁵.

²⁴ Consultar: BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2005.

²⁵ REZENDE, Otto. "Jornalista preso por racismo é afastado pela Rede Massa". *Mídia e Esporte*, 15 de abril de 2014. Disponível em < <http://midiaesporte.blogspot.com.br/2014/04/jornalista-presopor-racismo-e-demitido.html> > acesso em 28 de abril de 2014.

As comemorações do Dia Internacional Contra a Discriminação Racial, celebrado em 21 de março, em 2013 também não foram menos conturbadas. Estudantes e entidades negras realizaram um protesto com faixas e cartazes em frente a uma agência do banco Itaú. O motivo foi o impedimento da entrada da estudante da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Thaiza Carvalho Corrêa, de 27 anos, no local. Ela relata ao portal online *odiario.com* que a atitude dos funcionários foi motivada por racismo. Na manhã seguinte, a jovem registrou boletim de ocorrência e foi encaminhada à Delegacia da Mulher. A equipe de reportagem do *blog* procurou pela gerente do banco para apurar o caso, mas ela informou que a direção da empresa não autorizou os funcionários a comentar sobre o assunto (LEITE, 2013)²⁶.

A invisibilidade é uma das grandes crueldades do racismo. É lamentável que tenhamos que levantar bandeiras desta natureza em uma sociedade que compreende e reconhece que negros, indígenas e brancos formaram a nossa civilização brasileira, mas que nos considera invisíveis e pensa que somos poucos, contáveis, identificáveis aqui e acolá, perdidos neste país [...]” (DA SILVA, 2002, p. 22)²⁷

Dora Lucia de Lima Bertulio (2007, p. 69) ressalta que a cor é um poderoso instrumento de discriminação na distribuição de justiça. Essa exclusão, segundo a pesquisadora, se reflete constantemente não somente nas decisões judiciais, como no caso da anulação do feriado, mas também nas ações policiais, como no fato denunciado de abusos cometidos pela Guarda Municipal de Londrina ante a um jovem estudante negro, revelando as consequências do racismo institucional presente nessas organizações. Juízes, tribunais e agentes públicos de

²⁶ LEITE, Juliana. “Estudante denuncia prática de racismo após ser impedida de entrar em banco de Londrina”. Portal *odiario.com* 21 de março de 2013. Disponível em < <http://londrina.odiario.com/londrina/noticia/555456/> > Acesso em 29 de abril de 2014.

²⁷ DA SILVA, Benedita. “Invisibilidade como instrumento de exclusão”. In. RAMOS, Silvia (Org.) *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

segurança demonstram atitudes de uma sociedade racista baseados em estereótipos.

De acordo com o ouvidor da Polícia Militar, Benedito Mariano, negros representam 62% das vítimas de morte violenta por policiais no estado de São Paulo²⁸. Em números absolutos, o Brasil é o país onde mais se mata no mundo. Segundo dados da ONU (Organização das Nações Unidas), são mais de 22 mortes para cada 100 mil habitantes. Mas este triste primeiro lugar pode ser ainda pior. Se considerarmos apenas os jovens negros de 18 a 24 anos do sexo masculino, o número de assassinatos é de 150 casos para cada 100 mil. Esse número, para se ter uma ideia é quinze vezes maior que nos Estados Unidos e cinco vezes maior que na Colômbia (BARRETO, 2012)²⁹.

O racismo institucional exercido na estrutura apresentada compõe, assim, uma das violências mais explícitas no cotidiano de pessoas negras no Brasil, quer em seu sistema repressivo institucionalizado – as polícias, quando exercem seus poderes de controle e repressão e investigação, o exercem preponderantemente sobre a população negra, pela razão única de pertencimento racial ao grupo negro – quer em razão do racismo individual que, nas vicissitudes de uma ideologia, age diretamente sobre o indivíduo quando no cumprimento de seu dever funcional (BERTULIO, 2007, p. 69).

A expressão racismo institucional surgiu com o reconhecimento de que as instituições, práticas administrativas e estruturas políticas e sociais podem agir de maneira excludente e discriminatória. O racismo passou a ser identificado como uma situação possível de ocorrer independente de vontades individuais, a partir de práticas ou omissões realizadas por instituições que podem criar e prejudicar o interesse de um grupo por causa da raça (SANTOS, p. 23)³⁰.

²⁸ MARIANO, Benedito. "Ouidoria da Polícia Militar de São Paulo. Negros são 62% das vítimas". In. *Folha de S. Paulo – SP*, 20 de outubro de 1999, p.31.

²⁹ BARRETO, Luciana. "Negros no Brasil: Brilho e Invisibilidade". *Caminhos da Reportagem*, 13 de novembro de 2012. TV Brasil, Rio de Janeiro.

³⁰ SANTOS, Ivair Augusto Alves do. *Direitos Humanos e práticas de racismo*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2013.

Ainda que essas instituições sejam administradas por pessoas não racistas, elas podem estar sujeitas ao racismo inconsciente. O racismo institucional traz a ideia de que a discriminação racial pode funcionar sem que opiniões ou preconceitos estejam em causa e leva a imaginar uma sociedade cujos segmentos dominantes não tenham consciência de suas práticas racistas. Isso asseguraria uma posição confortável, um afastamento de qualquer possibilidade de mudança, não obstante de auferirem de vantagens dessas situações (WIEVIORKA, 2007, p.31)³¹.

Hildézia Medeiros (2002, p. 29)³² aponta algumas ações que devem ser tomadas pelas empresas jornalísticas: promover a participação plena e equitativa dos afrodescendentes nos meios de comunicação, lutar para que haja distribuição nos postos decisórios e fomentar campanhas que enfatizem a importância do engajamento na luta antirracista.

CONSIDERAÇÕES

Conforme podemos ver ao longo de todos esses exemplos, a imprensa e os meios de comunicação de massa, como instituições não escapam da culpa deste racismo inconsciente, apesar de os jornalistas não serem preconceituosos. Miriam Leitão fala em nome da classe:

Eu falei no início que a imprensa é racista porque a sociedade é racista. Nós sabemos que a imprensa tem a capacidade de formar opiniões. Será que a imprensa estaria realmente reproduzindo opiniões da sociedade ou estaria ajudando a formar essas opiniões, ajudando neste caso, a reforçar o racismo? É muito difícil saber começa e onde termina esse processo. Mas o essencial é perceber que a imprensa caminha junto com a sociedade. Às vezes estamos atrás, às vezes um pouco na frente, às vezes puxando, às vezes sendo empurrados. É um processo de troca permanente. Mas a

³¹ WIEVIORKA, Michel. O racismo, uma introdução. São Paulo: Perspectiva, 2007.

³² MEDEIROS, Hildézia. "Pauta de ações". In. RAMOS, Sílvia (Org.) *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

imprensa não tem o poder de mudar a sociedade, ela é parte da sociedade (LEITÃO, 2002, p.49).

Na história do país, os problemas de interesse da população negra não são recorrentes no jornalismo brasileiro. A falta de reconhecimento das demandas específicas dos afrodescendentes, o uso frequente de estereótipos, a ausência de imagens com valoração positiva e escassa produção de reportagens com foco na temática racial são alguns dos desafios que a imprensa brasileira precisa enfrentar. Os jornais locais, como os de Londrina não escapam a essa lógica. No entanto, o racismo e o etnocentrismo ainda persistem como maior causa de invisibilização dos temas específicos sobre a população negra nos veículos de comunicação.

Afinal, se Geraldinho Vieira Filho (1991)³³, em suas pesquisas, investiga se o jornalista brasileiro sofre o chamado “complexo de Clark Kent”, exercendo a profissão como um super-herói disfarçado de homem comum, certamente não é para salvar toda a humanidade, mas sim apenas algumas parcelas que mais lhe interessam.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Luciana. *Negros no Brasil: Brilho e Invisibilidade*. Caminhos da Reportagem, 13 de novembro de 2012. TV Brasil, Rio de Janeiro.

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. Ação afirmativa no Ensino Superior: considerações sobre a responsabilidade do Estado Brasileiro na promoção do acesso à Universidade – o Sistema Jurídico Nacional. In. QUEIROZ, Jairo Pacheco. SILVA, Maria Nilza da. (Orgs.) *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

³³ VIEIRA FILHO, Geraldo. *Complexo de Clark Kent: são super-homens os jornalistas?* São Paulo: Summus, 1991.

DA SILVA, Benedita. Invisibilidade como instrumento de exclusão. In. RAMOS, Silvia (Org.) *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

ELORZA, Telma. GONÇALVES, Juliana. *Londrina tem o feriado no Dia da Consciência Negra pela metade*. Jornal de Londrina, 20 de novembro de 2013. Disponível em < <http://www.jornaldelondrina.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1426669> > acesso em 28 de abril de 2014.

_____, Thelma. FRAZÃO, Marcelo. *Yá Mukumby e mais três pessoas são assassinadas a facadas na zona oeste*. Jornal de Londrina, 04 de agosto de 2013. Disponível em < <http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?tl=1&id=1396591&tit=Ya-Mukumby-e-mais-tres-pessoas-sao-assinadas-a-facadas-na-zona-oeste> > acesso em 20 de janeiro de 2014.

FERNANDES, Florestan. *A força do argumento*. São Carlos: EDUFSCar, 1997.

_____, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo. Ed. Difel, 1972.

FERREIRA, RICARDO ALEXINO. “Quando a imprensa branca fala de gente negra: visão eurocêntrica da imprensa na cobertura de afrodescendentes”. In. CARRANÇA, Flávio. BORGES, Rosane da Silva. (Org.) *Espelho Infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

FRAZÃO, Marcelo. “Achei que ia morrer”, diz jovem agredido em Londrina. *Jornal de Londrina*. 29 de agosto de 2013. Disponível em < <http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?id=1403865> > acesso em 28 de abril de 2014.

GONÇALVES, Juliana. “Guardas Municipais são afastados por suspeita de agressão a jovem de 20 anos”. *Jornal de Londrina*, 28 de agosto de 2013. Disponível em < <http://www.jornaldelondrina.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=1403633&tit=Guardas-municipais-sao-afastados-por-suspeita-de-agressao-a-jovem-de-20-anos> > acesso em 28 de abril de 2014.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O recente anti-racismo brasileiro, o que dizem os jornais diários. In. CARRANÇA, Flávio. BORGES, Rosane da Silva (Org.). *Espelho Infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

LANZA, Fabio. [et. Al.]. *Yá Mukumby: a vida de Vilma Santos de Oliveira*. 2. Ed. revisada e ampliada. Londrina. UEL, 2013.

LEITÃO, Miriam. A imprensa e o racismo. In. RAMOS, Silvia (Org.) *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

LEITE, Juliana. “Estudante denuncia prática de racismo após ser impedida de entrar em banco de Londrina”. Portal *odiario.com* 21 de março de 2013. Disponível em < <http://londrina.odiario.com/londrina/noticia/555456/> > Acesso em 29 de abril de 2014.

MARIANO, Benedito. Ouvidoria da Polícia Militar de São Paulo. “Negros são 62% das vítimas”. In. *Folha de S. Paulo* – SP, 20 de outubro de 1999, p.31.

MEDEIROS, Hildézia. Pauta de ações. In. RAMOS, Silvia (Org.) *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

MEDINA, Cremilda. “Imprensa e racismo: espelho das contradições sociais”. In. CARRANÇA, Flávio. BORGES, Rosane da Silva. (Org.) *Espelho Infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos jornalistas no Estado de São Paulo, 2004. p. 29-34.

MELLO, Edna de. “As cores da mulher negra no jornalismo”. In. CARRANÇA, Flávio. BORGES, Rosane da Silva. (Org.) *Espelho Infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele. “Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior”. In. QUEIROZ, Jairo Pacheco. SILVA, Maria Nilza da. (Orgs.) *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

OLIVEIRA, Eduardo Henrique Pereira. “O potencial da internet na luta contra o racismo”. In. CARRANÇA, Flávio. BORGES, Rosane da Silva. (Org.) *Espelho Infel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos jornalistas no Estado de São Paulo, 2004

REDAÇÃO BONDE. “TJ concede liminar que cancela o feriado em Londrina”. 18 de agosto de 2013. Disponível < http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--646-20131118 > acesso em 28 de abril de 2014.

_____. “Yá Mukumby e mais três morrem esfaqueados em Londrina”. *Bondeneews*, 04 de agosto de 2014. Disponível em < http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--111-20130804 > acesso em 20 de janeiro de 2014.

REZENDE, Otto. “Jornalista preso por racismo é afastado pela Rede Massa”. *Mídia e Esporte*, 15 de abril de 2014. Disponível em < <http://midiaesporte.blogspot.com.br/2014/04/jornalista-preso-por-racismo-e-demitido.html> > acesso em 28 de abril de 2014.

SANTOS, Ivair Augusto Alves do. *Direitos Humanos e práticas de racismo*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2013.

SILVERIO, Valter Roberto. Ação afirmativa: uma política que faz a diferença. In. QUEIROZ, Jairo Pacheco. SILVA, Maria Nilza da. (Orgs.) *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

TAVARES, Paulo César Vieira. SILVA, Maria Nilza da. “Feriado de 20 de novembro: a consciência necessária”. *Jornal de Londrina*, 24 de novembro de 2014.

VIEIRA FILHO, Geraldo. *Complexo de Clark Kent: são super-homens os jornalistas?* São Paulo: Summus, 1991.

WIEVIORKA, Michel. *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.